



inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 006, de 01/02/2010, publicada no DOU de 03/02/2010, resolveu outorgar à:

Maria Odete de Araújo, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

FRANCISCO LOPES VIANA

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 41, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Estado do Pará

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19, III, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes, considerando o disposto no Art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidades de Conservação Federal das Categorias Resex e RDS e; Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, instituído pela Portaria ICMBio nº 13, de 06 de fevereiro de 2008, aprovou o Plano de Manejo da Unidade na reunião ordinária realizada nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2010, em Altamira/PA, por meio da Resolução nº 03, de 01 de outubro de 2010; Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I da Portaria.

Art. 2º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da Unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na Sede da Unidade na cidade de Altamira/PA e em meio digital na página eletrônica do Instituto Chico Mendes na rede mundial de computadores.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

### PORTARIA Nº 42, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Guanabara-RJ.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IV do artigo 19, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 29, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais; Considerando o Decreto S/Nº de 15 de fevereiro de 2006, que cria a Estação Ecológica da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro; Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo IBAMA nº 02070.000940/2011-61, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Guanabara, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Guanabara é integrado por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

#### DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ/IFCS, sendo titular e Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sendo suplente;

III - Instituto Estadual do Ambiente - INEA, sendo um titular e um suplente;

IV - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER - RIO, sendo um titular e um suplente;

V - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, sendo um titular e um suplente;

VI - Prefeitura Municipal de Magé - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, sendo um titular e um suplente;

VII - Prefeitura Municipal de Guapimirim - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo um titular e um suplente;

VIII - Prefeitura Municipal de Itaboraí - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo sendo titular e Prefeitura Municipal de Itaboraí - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca, sendo suplente;

IX - Prefeitura Municipal de São Gonçalo - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Ambiental, sendo um titular e um suplente;

#### DA SOCIEDADE CIVIL:

X - Colônia de Pescadores Z8 - Niterói, sendo um titular e um suplente;

XI - Colônia de Pescadores Z9 - Mauá, sendo um titular e um suplente;

XII - Associação Homens do Mar - AHOMAR, sendo titular e Sindicato dos Pescadores Profissionais, Artesanais, Aprendizes de Pesca, Pescadores Amadores, Maricultores, Aquicultores, Piscicultores, Beneficiadores de Pescados e Descascadores de Camarão, Carcinicultores e Catadores de Caranguejos que Trabalham da Águas Doces e Salgadas e nas Empresas de Beneficiamento em todo o Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ, sendo suplente;

XIII - Água Doce Serviços Populares, sendo titular e Instituto Tecnorte, sendo suplente;

XIV - Instituto Nacional de Tecnologia Sustentável - IN-NATUS, sendo titular e Instituto de Desenvolvimento Municipal - IDM, sendo suplente;

XV - Instituto BioAtlântica - IBIO, sendo titular e Instituto Marés, sendo suplente;

XVI - Universidade Gama Filho - UGF, sendo um titular e um suplente;

XVII - Federação Municipal das Associações de Móradores e Entidades Afins de Magé - ACOMAMEA, sendo titular e Cooperativa Manguezal Fluminense, sendo suplente;

XVIII - Associação de Moradores e Amigos do Porto do Rosa - AMAPROSA, sendo titular e Associação de Moradores Amigos da Ilha Itaoca - AMAII, sendo suplente;

XIX - Associação de Pescadores de Itambi - ITAPESCA, sendo titular e Associação dos Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi - ACAPECA, sendo suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Estação Ecológica da Guanabara, sendo seu suplente indicado pelo mesmo.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§ 1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§ 2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento e, quando necessário, manifestação.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do ICMBio para publicação de nova Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

### PORTARIA Nº 43, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Cria no âmbito do Instituto Chico Mendes, a Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das competências atribuídas pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, e pela Portaria nº 532/Casa Civil, de 30 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008; Considerando o disposto no art. 1º, III, da Lei nº. 11.516/2007, que atribui ao Instituto Chico Mendes a competência para fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; Considerando o disposto na Portaria do ICM Nº 78, de 3 de setembro de 2009, que criou o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), com o objetivo de realizar pesquisas científicas e ações de manejo para conservação e recuperação de espécies ameaçadas de mamíferos aquáticos, dentre outros; Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil perante a Comissão Internacional da Baleia, organização internacional instituída pela Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, firmada em Washington, em 2 de dezembro de 1946; Considerando ser comum o encalhe de mamíferos aquáticos no Brasil e a necessidade de realização de estudos para o conhecimento dos fatores de causa e das espécies impactadas; Considerando, por fim, o processo de elaboração de planejamento estratégico, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; resolve:

Art. 1º - Criar a Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB), com atuação em todo território nacional, cuja finalidade é otimizar o monitoramento e atendimento a encalhes e capturas em artes de pesca, bem como o desenvolvimento de pesquisa e armazenamento de informações em banco de dados nacional sobre mamíferos aquáticos, para viabilizar o intercâmbio de informações entre as instituições que trabalham com mamíferos aquáticos no Brasil.

Art. 2º - Para efeito do disposto nesta Portaria, considera-se:

a) Mamíferos aquáticos: cetáceos, sirênios e pinípedes que possuem dependência direta com o meio aquático para o desenvolvimento de suas atividades vitais, tais como alimentação e reprodução;

b) Encalhe: evento no qual o mamífero aquático aparece morto em terra ou na água, ou, se ainda vivo, apresenta-se doente ou debilitado.

c) Atendimento: as atividades de identificação, coleta de dados, resgate, reabilitação e promoção de soltura de mamíferos aquáticos;

d) Captura em arte de pesca: interação de mamífero aquático com qualquer artefato de pesca que venha a causar-lhe injúria ou morte.

Art. 3º - A REMAB está subordinada administrativamente ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), e terá seu funcionamento estabelecido no Regimento Interno anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A REMAB terá um Secretário Executivo e um Secretário Adjunto, que necessariamente serão analistas ambientais do ICMBio indicados pela Chefia do Centro Mamíferos Aquáticos.

Art. 4º - A REMAB é composta, em âmbito regional, pelas seguintes Redes de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos Regionais do Brasil:

I - Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Norte e Centro Oeste (REMANOR), abrangendo os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins;

II - Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Nordeste (REMANE), abrangendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

III - Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Sudeste - REMASE, abrangendo os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo;

IV - Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Sul - REMASUL, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

§ 1º As redes regionais terão constituição e funcionamento estabelecidos em Regimentos Internos específicos.

§ 2º Cada rede regional terá um Secretário Executivo, que necessariamente será um Analista Ambiental do ICMBio indicado pela Chefia do CMA, e um Secretário Adjunto, necessariamente membro da respectiva Rede Regional, a ser escolhido entre seus pares.

Art. 5º - Fica criado um Comitê Gestor para organizar e gerenciar o funcionamento da REMAB, composto pelos seguintes membros titulares:

I - Chefe do CMA;

II - Secretário Executivo da REMAB;

III - Secretário Executivo, Secretário Adjunto e mais um representante, de cada uma das Redes Regionais.

Parágrafo único: Cada membro titular do Comitê Gestor deverá ter um respectivo suplente.

Art. 6º - A participação de qualquer pessoa como representante técnico, representante institucional, Secretário Executivo, Secretário Adjunto, representante da Rede Regional ou convidado em qualquer atividade da REMAB é voluntária e não-remunerada, considerada de relevante interesse público.

Art. 7º - O ICMBio se compromete a buscar os recursos necessários para o funcionamento da REMAB e das Redes Regionais, especialmente no que tange à realização das reuniões.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

## Ministério do Trabalho e Emprego

### GABINETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

#### DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 29 de junho de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46000025641200752 Empresa: PIONEER DO BRASIL LTDA Passaporte: TH3507607 Estrangeiro: YOICHI YAMAWAKI, Processo: 46000015645200641 Empresa: TECHNO-TRANS AMÉRICA LATINA SISTEMAS GRÁFICOS LTDA. Passaporte: 923804179 Estrangeiro: BERND ANDREAS WALLAT, Processo: 46000007993200998 Empresa: HISAMITSU FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA Passaporte: TG5433528 Estrangeiro: JUNICHI IMAMURA, Processo: 46000007682201062 Empresa: MARUBENI BRASIL S.A. Passaporte: TG6704324 Estrangeiro: KOICHI NAGASHIMA, Processo: 46000006380200691 Empresa: MARUBENI BRASIL S.A. Passaporte: TG8545077 Estrangeiro: NOBUYOSHI FUJIHIRA, Processo: 46000005909200578 Empresa:



Governo Federal  
Ministério do Meio Ambiente – MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

## Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio



Altamira/PA, setembro de 2010.

**Ministério do Meio Ambiente – MMA**

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio**

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República

**Izabella Mônica Vieira Teixeira**

Ministra do Meio Ambiente

**Rômulo José Fernandes Barreto Mello**

Presidente do ICMBio

**Paulo Fernando Maier Souza**

Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP

**Érika Fernandes Pinto**

Coordenadora Geral de Gestão de Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) / Macroprocesso Gestão Socioambiental

**Luís Wagner F. Guimarães**

Chefe da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio

**Patrícia Greco Campos**

Coordenadora de Elaboração do Plano de Manejo

## **Equipe Técnica**

### **Coordenação**

Daniel G. B. Penteadó – Analista Ambiental/ICMBio  
Patrícia Greco Campos – Analista Ambiental/ICMBio  
Daniel M. P. de Castro – Analista Ambiental/ICMBio

### **Consultoria para Revisão e Complementação do Plano de Manejo**

Rafael de Carvalho Sposito – Consultor

### **Colaboradores**

ICMBio  
IPAM, UFPa, ISA, LAET, SEMAT/PMA, AMORA  
Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio

### **Elaboração e organização do texto**

Silvio de Souza Junior – Analista Ambiental/ICMBio  
Lino F. S de Viveiros – Analista Ambiental/ICMBio  
Taína R. Menegasso – Analista Ambiental/ICMBio  
Luís Wagner F. Guimarães – Analista Ambiental/ICMBio  
Ana Carolina C. M. Canary – Analista Ambiental/ICMBio  
Michele M. Ferreira – Analista Ambiental/ICMBio  
Luciana N. Viana – Analista Ambiental/ICMBio  
Aline Cristina S. Leite – Analista Ambiental/ICMBio  
Cristiano T. de Siqueira – Educador  
Maria Luíza Camargo – Socióloga  
Maurício Torres – Agrônomo  
Rogério Gutierrez – Geógrafo  
Cristiane C. Carneiro – Bióloga  
Valéria Vasconcelos – Educadora  
Vivianne S. da Silva – Bióloga

### **Apoio Financeiro**

Programa ARPA/MMA

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
1.1. Etapas da Elaboração do Plano de Manejo.....	14
2. Caracterização da Unidade.....	15
2.1. Histórico e Decreto de Criação.....	15
2.1.1. A Criação da Resex.....	19
2.2. Localização e Situação Fundiária .....	23
2.2.1. Localização .....	23
2.2.2 Situação fundiária.....	31
2.3. Dinâmica de Ocupação Estadual e Regional .....	36
2.4. Caracterização Ambiental .....	39
2.4.1. Meio biótico.....	39
2.4.2. Meio físico.....	50
2.5. Caracterização Social.....	60
2.5.1. Perfil geral da população.....	60
2.5.2. Histórico da Ocupação.....	63
2.5.3. Formas de organização.....	66
2.5.4. Atividades culturais.....	68
2.5.5. Infraestrutura .....	69
2.5.6. Políticas Públicas .....	77
2.6. Atuação de Instituições na Resex .....	92
2.7. Caracterização Econômica.....	93
2.7.1. Atividades produtivas .....	93
2.7.2. Dinâmica das atividades econômicas .....	103
2.7.3. Potencialidades de uso dos recursos naturais.....	109
2.8. Análise Situacional da Unidade .....	111
2.8.1. Ameaças e conflitos externos.....	111
2.8.2. Ameaças e conflitos internos.....	120
3. Gestão da Unidade .....	122
3.1. Estrutura da Gestão da Unidade .....	122
3.1.1. Gestão da Unidade.....	122

3.1.2. Infraestrutura e Equipamentos.....	124
3.1.3. Pessoal.....	124
3.1.4. Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio.....	125
3.1.5. Conselho Deliberativo.....	126
3.1.6. Proteção dos Recursos Naturais.....	127
3.2. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso .....	127
4. PLANO DE UTILIZAÇÃO .....	128
4.1. Elaboração do Plano de Utilização .....	128
4.2. Plano de Utilização .....	129
5. ZONEAMENTO DA UNIDADE .....	138
6. Cenários .....	144
6.1. Cenário Ótimo .....	145
6.2. Cenário Mais Provável.....	149
6.3. Cenário Ruim.....	151
7. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE.....	153
7.1. Metodologia Utilizada.....	153
7.2. Programa Qualidade de Vida e Cidadania.....	154
7.2.1. Subprograma Saúde .....	154
7.2.2. Subprograma Educação .....	156
7.2.3. Subprograma Saneamento .....	159
7.2.4. Subprograma Comunicação .....	160
7.2.5. Subprograma de Cultura.....	161
7.2.6. Subprograma de Esporte e Lazer .....	162
7.2.7. Subprograma de Habitação .....	162
7.2.8. Subprograma de Energia .....	163
7.2.9. Subprograma de Transporte .....	164
7.3. Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas.....	165
7.3.1. Subprograma Extrativismo (produtos não-madeireiros).....	165
7.3.2. Subprograma de Animais Silvestres .....	167
7.3.3. Subprograma Recursos Pesqueiros.....	168
7.3.4. Subprograma de Segurança Alimentar .....	170

7.3.5. Subprograma de Produtos Madeireiros .....	171
7.3.6. Subprograma Turismo .....	172
7.3.7. Subprograma de Pesquisa .....	174
7.3.8. Subprograma de Certificação Ambiental.....	175
7.4. Programa Recuperação de Áreas Degradadas.....	175
7.4.1. Subprograma Recuperação de Áreas Degradadas .....	175
7.4.2. Subprograma de Impactos Ambientais .....	176
7.5. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental .....	177
7.5.1. Subprograma de Monitoramento.....	177
7.5.2. Subprograma de Proteção Ambiental.....	178
7.5.3. Programa de Gestão e Administração .....	179
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
9. Referências .....	184
Anexos.....	187
ANEXO A – Decreto da criação da Reserva Extrativista Rio Iriri.....	187
ANEXO B – Procedimento de uso de palha babaçu em construções.....	190
ANEXO C – Acordo de Pesca de 15 de abril de 2009.....	193

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Decreto da Criação da Reserva Extrativista Rio Iriri.....	181
ANEXO B – Procedimento de Uso de Palha Babaçu em Construções.....	184
ANEXO C – Acordo de Pesca de 15 de abril de 2009.....	187

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. Etapas da elaboração do Plano de Manejo.....	14
Tabela 2.2. Espécies arbóreas de maior ocorrência na região da Resex Riozinho do Anfrísio.....	40
Tabela 2.3. Espécies registradas, endêmicas do sul da Amazônia.....	44
Tabela 2.4. Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas na ESEC Terra do Meio. 44	
Tabela 2.5. Espécies de aves de especial interesse para a conservação.....	45
Tabela 2.6. Espécies de mamíferos, levantados nos mosaicos de UCs da Terra do Meio..	46
Tabela 2.7. Espécies da herpetofauna previstas para a Terra do Meio.....	47
Tabela 2.8: Valor dos produtos vendidos no garimpo Madalena.....	110
Tabela 7.1: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de saúde</a> .....	149
Tabela 7.2: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de educação</a> .....	151
Tabela 7.3: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de saneamento</a> .....	153
Tabela 7.4: <a href="#">Ações propostas para subprograma de comunicação</a> .....	154
Tabela 7.5: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de cultura</a> .....	155
Tabela 7.6: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de esporte e lazer</a> .....	156
Tabela 7.7: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de habitação</a> .....	157

Tabela 7.8: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de energia</a> .....	157
Tabela 7.9: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de transporte</a> .....	159
Tabela 7.10: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de extrativismo</a> .....	160
Tabela 7.11: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de animais silvestres</a> .....	162
Tabela 7.12: <a href="#">Ações propostas para o subprograma recursos pesqueiros</a> .....	163
Tabela 7.13: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de segurança alimentar</a> .....	165
Tabela 7.14: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de produtos madeireiros</a> .....	166
Tabela 7.15: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de turismo</a> .....	167
Tabela 7.16: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de pesquisa</a> .....	168
Tabela 7.17: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de recuperação de áreas degradadas</a> ..	
.....	Erro: Origem da referência não encontrada
Tabela 7.18: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de impactos ambientais</a> .....	171
Tabela 7.19: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de monitoramento</a> .....	172
Tabela 7.20: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de proteção ambiental</a> .....	173
Tabela 7.21: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de gestão</a> .....	174
Tabela 7.22: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de comunicação</a> .....	175
Tabela 7.23: <a href="#">Ações propostas para o subprograma de organização comunitária</a> .....	175

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Proposta inicial de criação de UCs na Terra do Meio.....	20
Figura 2.2. Região da Terra do Meio.....	23
Figura 2.3. Mapa de localização da Resex Riozinho do Anfrísio.....	24
Figura 2.4. Mapa de acesso a Resex Riozinho do Anfrísio.....	25
Figura 2.5. Localização da área na Amazônia Legal.....	27
Figura 2.6. Localização da área no Pará.....	28
Figura 2.7. Municípios na área da Resex.....	29
Figura 2.8. Mapa da faixa de abrangência do Decreto nº 1.164/71.....	32
Figura 2.9. Mapa de contextualização fundiária da Resex.....	34
Figura 2.10. Diversidade de Paisagens da Resex Riozinho do Anfrísio.....	41

Figura 2.11. Geologia da Resex Riozinho do Anfrísio.....	50
Figura 2.12: Unidades morfoclimáticas e morfo-estruturais presentes na Terra do Meio..	52
Figura 2.13: Pedologia da Resex Riozinho do Anfrísio.....	54
Figura 2.14. Hidrografia da Resex Riozinho do Anfrísio.....	56
Figura 2.15. Distribuição etária na Resex Riozinho do Anfrísio.....	58
Figura 2.16. Quantidade de moradores distribuição pelas localidades.....	58
Figura 2.17. Documentação na Resex Riozinho do Anfrísio.....	59
Figura 2.18. Atividade esportiva nos festejos da comunidade.....	65
Figura 2.19. Exemplo de moradia típica da Resex.....	66
Figura 2.20. Instalação de pedra de cimento em uma localidade da Resex.....	68
Figura 2.21. Pistas existentes nas localidades de Formiga e do Frizan.....	69
Figura 2.22. Presença do Exército Brasileiro na Resex.....	70
Figura 2.23. Cobertura vacinal de moradores entre 0 e 20 anos.....	86
Figura 2.24. Cobertura de vacinas em amostra de adultos e idosos da Resex .....	87
Figura 2.25 Calendário Produtivo.....	100
Figura 2.26 Mapa de conflitos na Resex Riozinho do Anfrísio.....	109
Figura 2.27 Placa retirada da fazenda Caobá.....	115
Figura 5.1. Foto do Peladão, próximo à localidade Boa Saúde.....	136
Figura 5.2. Zoneamento da Resex Riozinho do Anfrísio.....	138
Figura 7.1. Reunião para discussão dos programas e subprogramas, 2009.....	148

## **LISTA DE SIGLAS**

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

AMORA - Associação de Moradores do Riozinho do Anfrísio

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônica

CGREX – Coordenação Geral de Gestão de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DIUSP - Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

D.O.U – Diário Oficial da União

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ESEC – Estação Ecológica

ESREG – Escritório Regional

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA/FNS – Fundação Nacional de Saúde

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar  
GEREX – Gerência Executiva  
GPS – *Global Positioning System*  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
ISA – Instituto Socioambiental  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi  
MPF – Ministério Público Federal  
NGI – Núcleo de Gestão Integrada  
ONG – Organização Não Governamental  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde  
PFNM – Produto Florestal Não Madeireiro  
PGPM – Política Nacional dos Preços Mínimos  
PIN – Plano de Integração Nacional  
PNPCT – Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RESEX – Reserva Extrativista  
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia  
SECTAM – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Pará  
SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde  
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UFPA – Universidade Federal do Pará

WWF – World Wide Fund for Nature

# 1. INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Plano de Manejo passou a ser uma obrigatoriedade para as unidades de conservação, sendo definido como “um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (art 2º, inciso XVII).

O artigo 27 da Lei do SNUC reafirma que todas as unidades de conservação devem dispor de Plano de Manejo, o qual deve abranger “a área da unidade, zona de amortecimento e corredores ecológicos, incluindo medidas para integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”, devendo ser elaborado no prazo máximo de cinco anos a partir de sua criação e assegurar a ampla participação das populações residentes.

A Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio foi criada pelo Decreto Federal de 09 de novembro de 2004. Segundo o artigo 18 da Lei do SNUC, as reservas extrativistas têm as seguintes características:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Resex Riozinho do Anfrísio está inserida na grande bacia hidrográfica do Rio Xingu, região que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. A presença de populações tradicionais é responsável por sua riqueza social e cultural e também pela conservação dos recursos naturais existentes.

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio tem como objetivo servir de instrumento de apoio ao desenvolvimento e gestão da Reserva, subsidiando ações da equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Associação de Moradores do Riozinho do Anfrísio (AMORA), do Conselho

Deliberativo e das instituições que apóiam a Resex. Visa dar suporte à implementação de ações para o desenvolvimento das comunidades e a implementação de políticas públicas, considerando as estruturas do modo de vida tradicional e a conservação da biodiversidade.

### 1.1. Etapas da Elaboração do Plano de Manejo

O Plano de Manejo da Resex Riozinho do Anfrísio seguiu diferentes etapas de trabalho e pesquisa (TABELA 1.1.) orientados pelo grupo de trabalho instituído para a coordenação da elaboração do Plano de Manejo. De 2006 a 2009 essas etapas buscaram cumprir as orientações técnicas hoje apresentadas na Instrução Normativa nº 01, de 18 de Setembro de 2007, que “disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável” e no “Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais” construído pelo IBAMA/ DISAM em 2006.

**Tabela 1.1.** Etapas da elaboração do Plano de Manejo.

<b>Etapa</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Período</b>
1	Cadastramento das famílias	2006
2	Realização de oficinas de DRP	2006-2007
3	Diagnóstico Socioeconômico	2006-2007
4	Construção do Plano de Utilização	2008-2009
5	Levantamento de dados secundários (coleta e análise das informações disponíveis)	2009
6	Formação do GT	2009
7	Definição do zoneamento para a unidade	2009
8	Construção dos programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da unidade	2009
9	Construção de cenários	2009
10	Entrega da primeira versão do Plano de Manejo	2009

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

### 2.1. Histórico e Decreto de Criação<sup>1</sup>

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à conservação e à exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. Elas representam uma grande conquista dos moradores da floresta e tiveram origem nas reivindicações dessas populações frente aos projetos de ocupação que exigiam desmatamento. O desejo dos povos da floresta de poderem continuar a viver nas suas terras, praticando os sistemas de produção tradicionais, começou a se manifestar no início da década de 1960, especialmente entre os seringueiros do Acre, quando se iniciou os primeiros grandes desmatamentos da floresta. O problema ficou mais grave a partir de 1975, quando foram intensificados a criação de fazendas e os projetos governamentais de colonização).

Os seringueiros, através de sua mobilização conseguem demonstrar ao Governo que a forma de colonização promovida até então pelas políticas de reforma agrária não atendia as demandas dos povos da floresta e que era necessário destinar áreas para que famílias praticassem o extrativismo e, em 1990, foi editado o Decreto nº 98.897, que regulamenta a criação e implantação de Reservas Extrativistas (RUEDA, 1997).

Entre os anos de 1850 e 1970 a ocupação não indígena da região do Riozinho do Anfrísio esteve vinculada, principalmente, à extração da seringa e, em menor quantidade, da castanha-do-pará. A maioria dos moradores da Resex nasceu no local e possui ancestrais oriundos do Nordeste, principalmente dos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte (os chamados arigós). Vieram, em sua maioria, durante o primeiro e segundo ciclo da borracha, e trabalharam para seringalistas, tais como Anfrísio Nunes, Calixto da Silva Porto, Messias Oliveira, Frisan Nunes, Anísio Virgílio e Pedro Cesaria de Oliveira. A população atual é, portanto, resultantes da miscigenação de indígenas com seringueiros vindos do nordeste.

---

<sup>1</sup> O histórico aqui apresentado teve como base o estudo realizado para elaboração do diagnóstico socioeconômico da Resex (ICMBio, 2008) ao qual foram acrescentadas informações de outros documentos.

A partir do primeiro ciclo da borracha, os grupos de seringueiros foram avançando ao longo dos rios e aos poucos ocupando toda a região segundo o modelo clássico da patronagem e do aviamento, com a dispersão em torno dos barracões dos seringalistas. Os patrões eram responsáveis pela oferta de insumos aos seus empregados (alimentos, materiais de trabalho, bebidas, material de uso doméstico) e pela compra da produção, principalmente da borracha e da castanha. Eles também contribuíam com a proteção das famílias no caso de ataques de índios e, eventualmente, ajudavam em casos de problemas de saúde, solucionando-os no local ou removendo-os para Altamira.

Esse modelo se manteve durante o segundo ciclo da borracha, induzido pela Segunda Guerra Mundial. As famílias de seringueiros espalhavam-se ao longo dos rios de acordo com a localização dos seringais e o número de estradas de seringa. Aos poucos cada família foi constituindo um ‘lugar’, ou seja, identificando-se e sendo identificada com determinados trechos dos rios.

A localidade conhecida atualmente como Praia do Frisan, antigamente chamada de seringal Praia de São José, chegou a ser uma comunidade com aproximadamente cinquenta casas, onde habitavam seringalistas, seringueiros, vaqueiros, mateiros, caçadores e mariscadores (pescadores). Havia escola, atendimento médico, armazéns, oficinas, estaleiro, ferraria, telegrafista, destacamento da polícia e inclusive curral e pequeno pasto para gado bovino, eqüino, asinino e ovino.

Os seringais da região do Riozinho do Anfrísio eram bastante produtivos, motivo pelo qual a região foi intensamente habitada na época. “Jamais se viu seringueiras para dar tanto leite, como ademais em todo o Riozinho. Tinha estrada que dava mais de quarenta latas de dois quilos num dia.” (Nunes, 2003).

Existiam algumas localidades onde o comércio de mercadorias era intenso. Ali também se celebravam as festas religiosas e outros acontecimentos sociais que reuniam a população ribeirinha. As localidades que possuíam estas características eram: Seringal Praia de São José, Morro, Seringal Limão, Arraial, Seringal Aurora, Seringal São Sebastião, Buenos Aires.

Diferentes caminhos (“estradas”) existiam no Riozinho do Anfrísio, sendo as principais:

- do Paga Conta (próximo a Praia), que passava pelo Igarapé Aurora e terminava no Rio Cupari (nas “águas boas” ou “repartimento”);
- do Igarapé do Limão, que passava no Igarapé Cigana e saía no Igarapé Paraná Mirim, em frente a Itaituba;
- do Palhal, passando pelo Igarapé Palhal e terminando no Igarapé Paraná Mirim.

Desde as primeiras migrações para o Riozinho do Anfrísio, existia um forte conflito entre seringalistas/seringueiros e indígenas. A coleta de seringa pelo ribeirão não era segura, pois sempre havia o risco de ser morto no caminho ou ter a casa atacada.

Por isso, era costume dos moradores contratarem um ‘barraqueiro’, normalmente uma pessoa mais velha que não tinha condições de trabalhar como extrativista. Eles tomavam conta das casas, das mulheres e crianças em troca de comida, moradia e alguns pertences que estivessem precisando. A existência de vilarejos, pequenos ajuntamentos de famílias ou amigos, ocorria também por questão de segurança e economia, pois o mesmo barraqueiro poderia trabalhar para várias famílias.

Houve muitas mortes, tanto de índios quanto de seringueiros, até a chegada de um pacificador e sua equipe, que fazia parte do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), sendo encarregado pela presidência da República para cuidar da população indígena da região dos rios Xingu, Iriri e Curuá (“amansar caboclos”). Ele contribuiu para o processo de paz entre índios e ribeirinhos, não tendo sido relatada nenhuma batalha após a década de 1970.

Com o fim dos conflitos com os índios, foi possível para os seringueiros trabalharem com maior tranquilidade nas estradas de seringa e nos piques de castanha, que eram as principais fontes de renda até o meio da década de 1970.

Ainda nesse período, iniciou-se a procura por peles para comercialização, principalmente de ariranhas e de felinos, como a onça e a jaguatirica. Os animais eram capturados através de armadilhas, como gaiolas de madeira denominadas “açapão” (alçapão), ou eram atraídos através da imitação de seus sons característicos. Esta época é relatada pelos moradores como uma das mais fartas da região, mas a atividade se extinguiu gradativamente após a proibição da caça e do comércio de animais silvestres e com ações fiscalizatórias nas vias de escoamento, como Belém e Fortaleza, de onde seguiam para o exterior. Atualmente não existe mais a atividade de captura e comercialização de peles de animais silvestres do interior da Resex.

Com relação à extração do látex, segundo os atuais moradores da Resex, a época boa e farta de venda de borracha durou até o final da década de 1970, quando o preço e o interesse por ela caíram muito, o que afastou os profissionais da seringa deste ofício. Nesta época, aconteceu uma grande migração dos moradores da região para as cidades, a procura de empregos e melhores condições de vida. Porém, uma parte da população de extrativistas permaneceu nas terras abandonadas pelos grandes seringalistas.

Com o declínio da produção da borracha, o garimpo tornou-se importante fonte de renda, porém com alguns percalços para região. Houve também uma grande migração de pessoas para a região, em número inferior àquela dos ciclos da borracha, mas que encontrou um terreno já em parte esvaziado pelo êxodo em direção às cidades. Uma parte da população tradicional ribeirinha também se engajou na atividade garimpeira, retornando aos seus locais com o declínio deste ciclo.

Na década de 1990 houve uma grande procura pelo óleo de copaíba, que é muito utilizado como remédio pelos moradores. A copaíba trouxe uma nova possibilidade de renda para as famílias, chegando ao auge da exploração em 1999. Não se tem relato de uma produção tão expressiva nos anos seguintes, seja pela falta de organização na coleta, seja pela baixa produtividade das árvores que tiveram seu óleo retirado (possivelmente como consequência da grande exploração sem os devidos cuidados).

Ainda na década de 1990, começou a entrada de madeireiros interessados especialmente no mapeamento do mogno. Alguns moradores foram contratados para investigar a existência dessa madeira e outros foram consultados e contratados para a

abertura da pista de pouso do Formiga que, segundo os madeireiros, traria vários benefícios para os moradores. Esta pista localiza-se no alto Riozinho do Anfrísio, acima da comunidade Buenos Aires, porém atualmente encontra-se desativada.

A exploração de madeira e a grilagem de terras aumentaram a partir de 2000, principalmente no ano de 2002 com a entrada de diversos grupos em diferentes áreas do Riozinho do Anfrísio. Neste período, propostas de compra de terras foram efetivadas e moradores de todo o local trabalharam junto com diferentes grileiros, gerando muitos dos conflitos hoje existentes.

A retirada de madeira perdeu impulso em 2003, com uma grande operação da Polícia Federal em parceria com o IBAMA e Ministério Público Federal, que apreendeu uma grande quantidade de madeira.

Dado o contexto de invasão de terras e desmatamento, os moradores do Riozinho do Anfrísio, em conjunto com os movimentos sociais e eclesiásticos atuantes, começaram a se organizar encontrando como oportunidade de reconhecimento de seus direitos a proposta de uma Reserva Extrativista.

Enviaram pedidos ao MMA (Ministério do Meio Ambiente), que encomendou um estudo para análise sócio-ambiental da região. Estes estudos e o clamor dos povos culminaram na visita oficial do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao IBAMA, que realizou vistorias nas áreas e consultas públicas. Com base nos estudos realizados e nas consultas públicas propôs-se a criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio, sendo que a Resex Riozinho do Anfrísio foi a primeira a ser decretada, no dia 09 de novembro de 2004, por meio do Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial (ANEXO A). Além de Riozinho do Anfrísio, também foram criadas as Reservas Extrativistas do Rio Iriri e Rio Xingu, decorrentes desse processo.

### **2.1.1. A Criação da Resex**

Segundo Silva (2007), graças ao apelo de ribeirinhos, principalmente famílias extrativistas dos rios Xingu e Iriri, as primeiras reuniões com o intuito de criar reservas que abrigassem as populações tradicionais do Médio Xingu datam de agosto e novembro de

1997. Além dos comunitários, participaram dessas reuniões os representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, do escritório regional do IBAMA e do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT/IBAMA).

Segundo Silva (*op.cit.*):

Nos anos seguintes os encaminhamentos se perderam na burocracia governamental e certamente pela falta de prioridade e decisão dos governos municipal, estadual e federal. Nos anos de 2002 e 2003, intensificaram os apelos das populações ribeirinhas junto às organizações dos movimentos sociais locais, os quais foram apoiados prontamente através do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Reunidos em várias entidades de cunho sócio-ambiental, apresentaram uma proposta de conservação da região do Médio Xingu. Essa proposta foi acolhida pela Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e apoiada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), que buscaram meios para contratar, através de edital público, a realização dos estudos preliminares e formulação de uma proposta de mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio.

A idéia da Reserva Extrativista chegou ao Riozinho do Anfrísio através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STR), numa parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Comissão Pastoral da Terra – CPT e outros. Foram identificados problemas fundiários e a existência de elementos necessários à composição de uma Reserva Extrativista, nascendo, assim, a idéia de sua criação. A partir daí, foi iniciado o trabalho de conscientização da comunidade e de mapeamento das lideranças.

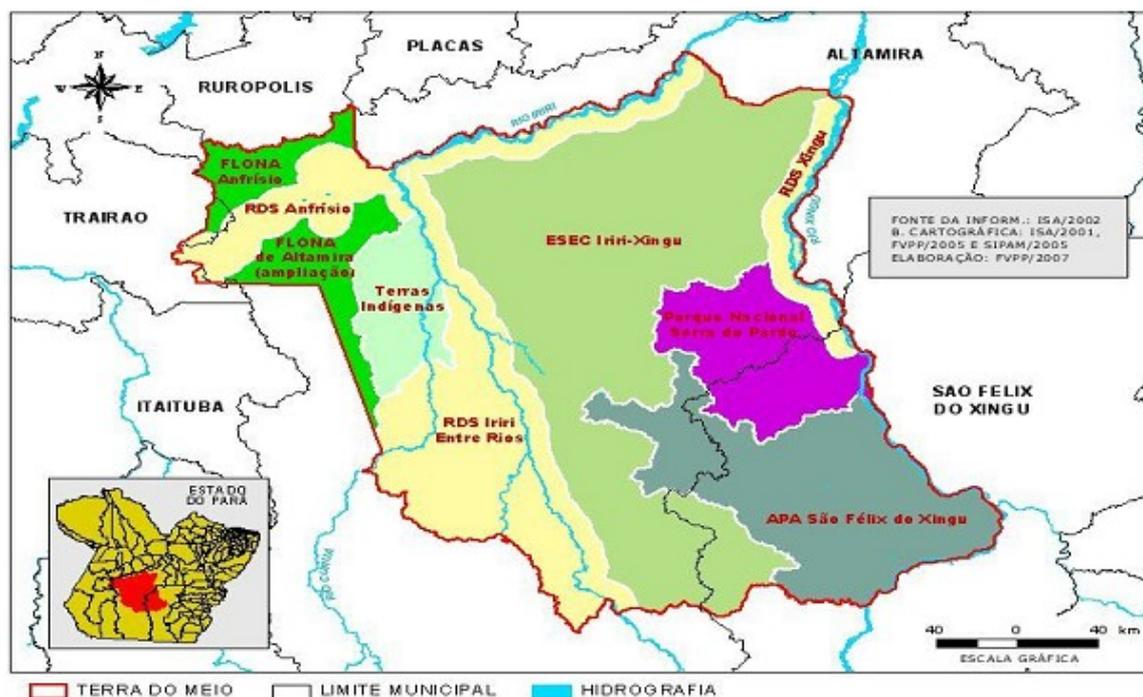
Em 2003, diante da possibilidade de serem expulsos, os moradores buscaram se articular com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) que, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), puseram em andamento os primeiros estudos do roteiro de criação de Resex, conforme determina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000).

Silva (2007) relata que:

Em 2003 e 2004, foi realizado o levantamento da situação fundiária, paralelo aos estudos socioeconômicos, o laudo biológico e a vistoria técnica, sob o comando do escritório do CNPT de Santarém (PA). Nos levantamentos houve intensa participação da grande maioria dos comunitários.

No dia 08 de novembro de 2004, foi realizada a homologação da Resex Riozinho do Anfrísio pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com decreto publicado no diário oficial edição nº 215 de 09 de novembro de 2004.

Quanto ao desenho, a proposta inicial do Instituto Socioambiental (ISA) para a Resex, apresentada em Villas-Bôas (2003, FIGURA 2.1. abaixo), era bastante diferente dos limites homologados em 2004. Segundo Silva (2007), a proposta final respeitou a dinâmica territorial no contexto regional, a proteção da micro-bacia e o curso principal do rio, a presença de castanhais e seringais para a manutenção das populações extrativistas. Ainda para este autor, a configuração final da Resex também contribuiu para a proteção dos limites das terras indígenas vizinhas (Cachoeira Seca e Xipaya).



**Figura 2.1:** Proposta inicial de criação de UCs na Terra do Meio (FVPP 2007).

A Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio – AMORA foi criada em 2004, antes da criação da Resex e, segundo os próprios moradores, as famílias vêm participando com maior desempenho nas atividades da comunidade, comparado ao início do processo de criação. Como nos conta Silva (*op.cit.*), à homologação da Resex Riozinho do Anfrísio, seguiu-se um período conturbado:

Em relação à criação da Resex, os principais conflitos existentes entre as famílias foram gerados pelo interesse na permanência dos grileiros e, com isso, a possibilidade de beneficiamento mais imediato dos que estavam vendendo terras e trabalhando para esses grupos.

Em alguns depoimentos fica evidente que quando os grileiros estavam “dominando” o Riozinho do Anfrísio, muitas famílias pararam de trabalhar nos seus sistemas de

produção, isto é, não colocavam roças e nem coletavam os produtos da floresta, ficando dependentes dos recursos provenientes da grilagem (Rocha et al., 2005).

No entanto, essa relação era questionada por algumas famílias que perceberam o sistema de aliciamento e pressão que estava em torno da grilagem e começaram a denunciar. Essas manifestações acirraram o conflito entre as famílias e, atualmente, existe uma cisão entre as famílias do Alto e do Baixo Riozinho do Anfrísio.

Pelas entrevistas podemos sintetizar quatro posições das famílias sobre a criação da Resex. A primeira posição é de que estão satisfeitos com a criação porque tirou os pistoleiros, e com isso podem trabalhar com maior tranquilidade. A segunda posição é que com a Resex ficou assegurada a permanência na terra, pois caso não ocorresse, as famílias seriam expulsas do Riozinho do Anfrísio. A terceira posição é de que a criação será positiva desde que seja instalada a estrutura social necessária, principalmente o posto de saúde e a escola. As famílias que se posicionaram contra a criação, colocam que não foram consultados e que até aquele momento não viram nenhuma melhoria, desse modo a Resex precisaria melhorar a vida das pessoas fazendo referência a sócio-economia local, principalmente no aumento de renda das famílias. (Silva, 2007:70-71).

Em parte, os desentendimentos tiveram origem na urgência e nas condições adversas em que foram realizados os estudos de criação, como relata Silva (2007):

Parte dos estudos para a criação aconteceu de forma acelerada e urgente, devido a grande pressão e ameaças de grupos econômicos sobre as famílias da região do Riozinho, de modo que algumas famílias não foram consultadas nos processos de pré-criação da unidade de conservação, sobretudo as famílias do alto riozinho, ocasionando até os dias atuais um desconforto e divergência quanto à forma de criação. Outro fato é que parte dos levantamentos realizados em 2003 foram prejudicados, devido ao baixo recurso disponível para as pesquisas básicas; curto prazo para os levantamentos obrigatórios; e pelas condições de navegação do próprio Riozinho do Anfrísio, dificultando sobremaneira os deslocamentos até as localidades mais remotas, devido à seca que é uma constante entre os meses de julho a outubro.

Houve ainda uma contestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Altamira alegando que a gestão municipal não participou do processo de criação da Resex, uma vez que a reserva incide sobre território do município.

O fato é que, com a criação da Resex, a maioria dos grileiros, fazendeiros e garimpeiros foram retirados da UC. Porém, segundo relatos de alguns moradores da reserva, existem ainda alguns focos de invasão, como por exemplo, no Garimpo Fortaleza, e na região do Alto Riozinho para retirada ilegal de madeira e minérios. Contudo, com o aumento dos esforços de fiscalização e gestão por parte do Governo Federal, a tendência é de redução desses problemas.

## **2.2. Localização e Situação Fundiária**

### **2.2.1. Localização**

A Resex Riozinho do Anfrísio está localizada na porção norte da bacia hidrográfica do rio Xingu, município de Altamira, sudoeste do estado do Pará, em uma região conhecida como Terra do Meio. Esta região concentra cerca de trinta áreas protegidas, entre Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Unidades de Conservação Estaduais, representando um dos maiores blocos de conservação do Brasil, o corredor de biodiversidade do Xingu (Figura 2.2.). A Resex tem aproximadamente 736.340 (setecentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta) hectares. Limita-se com o município de Rurópolis ao norte, com a Terra Indígena Cachoeira Seca a nordeste, com a Floresta Nacional do Trairão e Parque Nacional do Jamanxim (municípios de Itaituba e Trairão) a oeste, com o Rio Iriri e a Resex do Rio Iriri a leste, a Terra Indígena Xipaya a sudeste, e com a Floresta Nacional de Altamira ao sul (Erro: Origem da referência não encontrada.).

A foz do Riozinho do Anfrísio fica a aproximadamente quatrocentos quilômetros de distância da sede do município de Altamira (Figura 2.3.). A partir de Altamira, chega-se ao Riozinho por via fluvial subindo Rio Xingu e depois seu afluente Iriri até o Riozinho do Anfrísio. No período chuvoso, a viagem dura aproximadamente quatro dias e na estiagem de seis a doze dias em barco motor.

Algumas estradas foram construídas na região por madeireiros e grileiros e estão vinculadas a conflitos e invasões. Desta forma, apesar de constituir uma melhoria na infraestrutura da região, também pode constituir uma ameaça à população da Resex. Essas questões serão analisadas no item 2.8 Análise situacional da Unidade. Outras informações sobre acesso e transporte serão apresentadas no item 2.5.5 Acesso a Políticas Públicas.

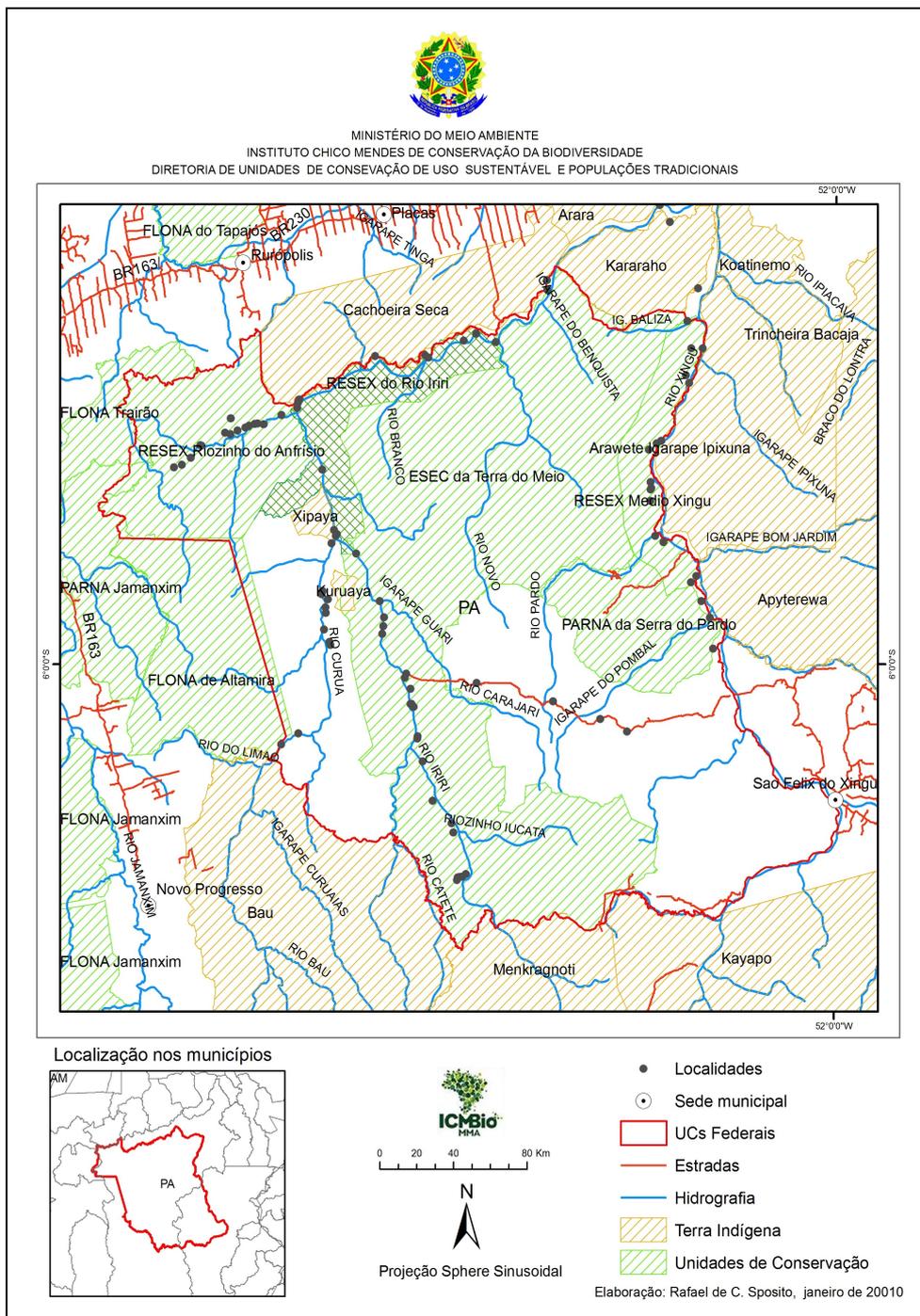


Figura 2.2: Região da Terra do Meio.

### Resex Riozinho do Anfrísio/PA

DIRETORIA DE UNIDADES  
 DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
 E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

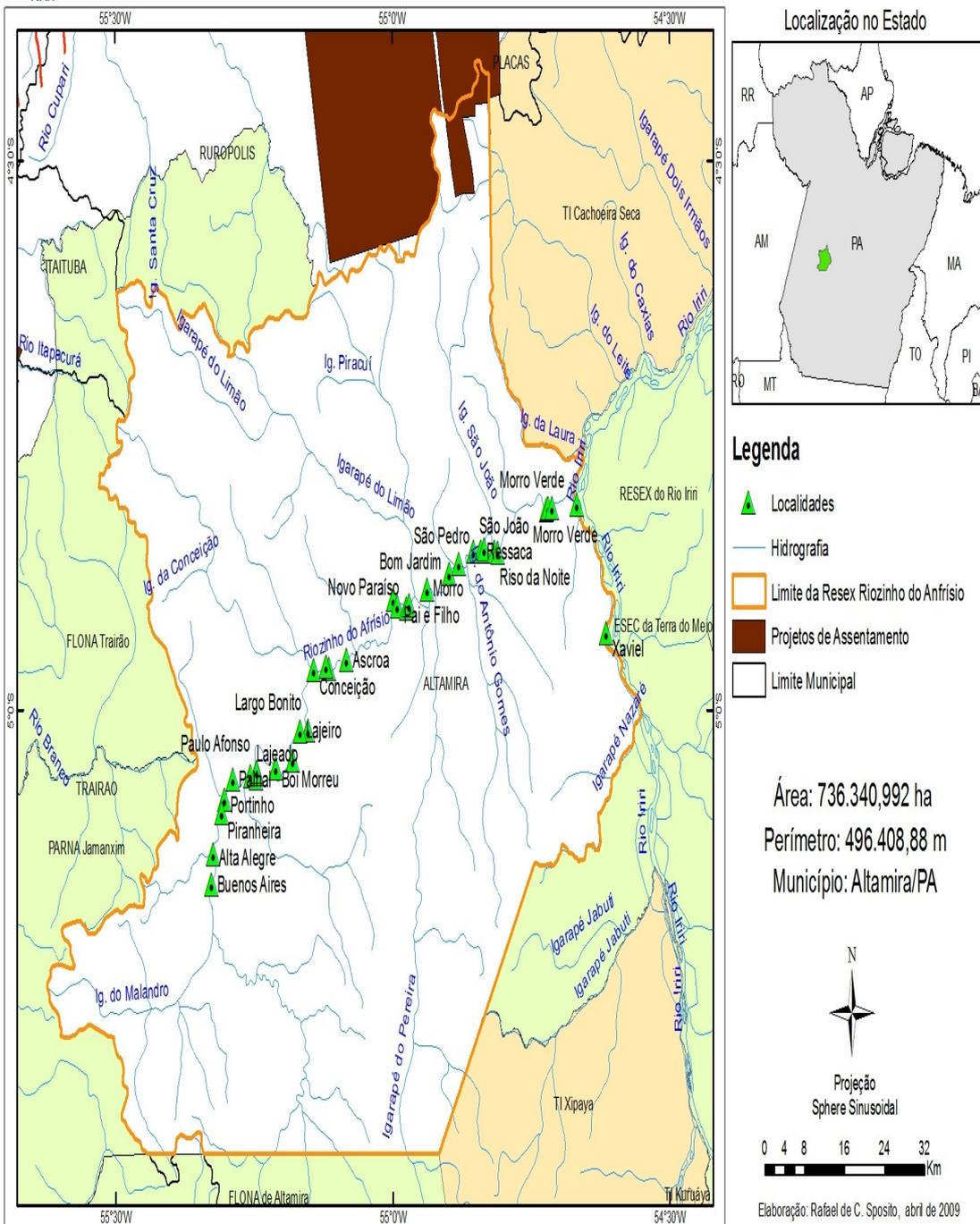
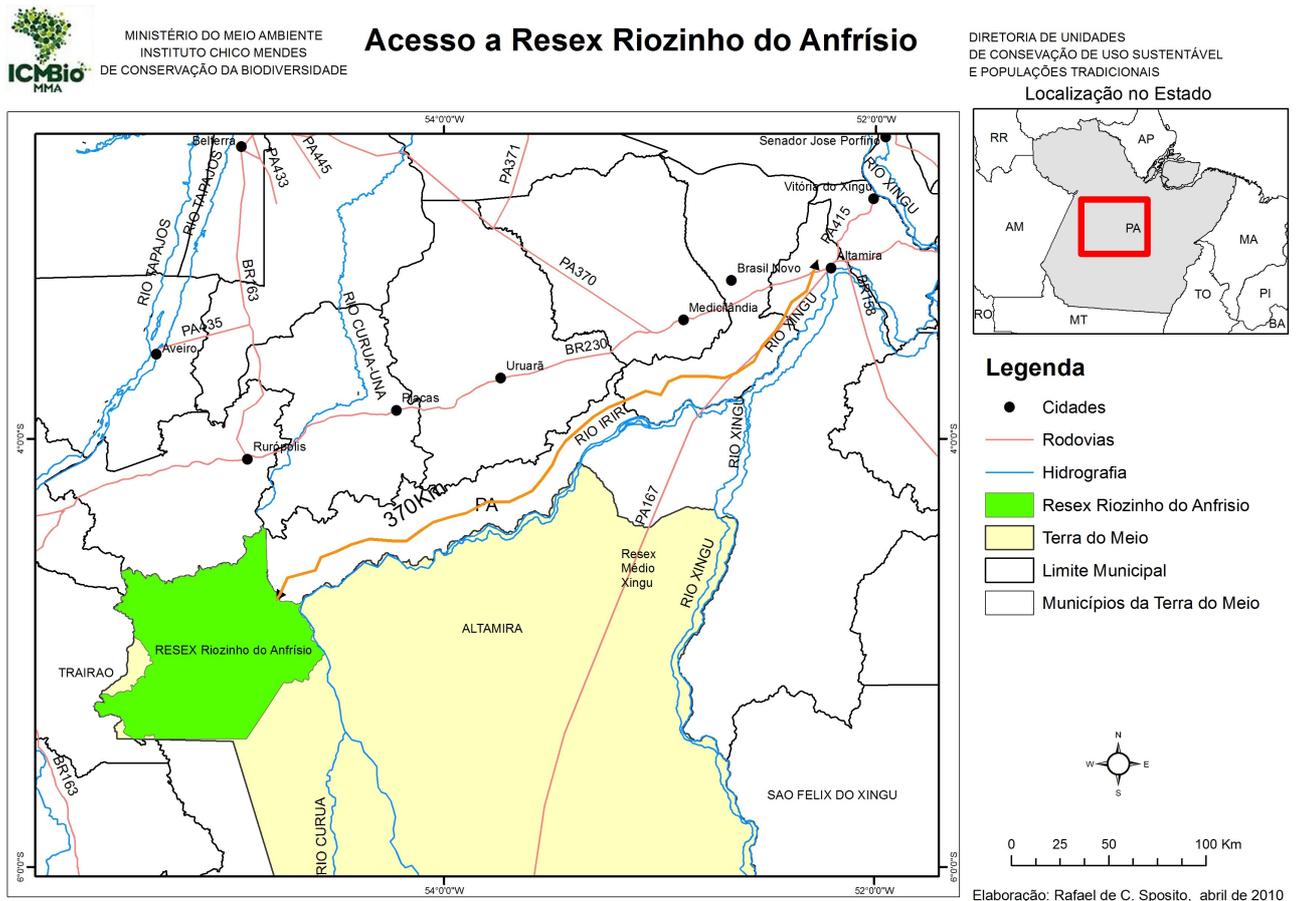


Figura 2.3: Mapa de localização da Resex Riozinho do Anfrísio.



**Figura 2.3:** Mapa de acesso a Resex Riozinho do Anfrísio. (Silva, 2007).

### 2.2.1.1. Terra do Meio

No sudoeste do Estado do Pará localiza-se a área denominada de Terra do Meio, uma vasta região – cerca de 7,9 milhões de hectares – encoberta em grande parte pela floresta amazônica. Essa região representa cerca de 6 % do território do Estado e abrange grande parte dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu e uma pequena parte do município de Trairão (Erro: Origem da referência não encontrada., Figura 2.6. e Figura 2.7.).

Trata-se de uma região de baixa densidade populacional e de difícil acesso, mas que serviu durante quase um século à extração e produção de látex natural, a seringa. A exploração deste recurso nativo, a partir do final do século XIX, foi um dos grandes fenômenos de produção nacional.

É um local onde ainda há muito o que se conhecer no que tange a sociobiodiversidade do Estado do Pará, pois é:

1. Região posicionada em meio a populações tradicionais e indígenas;
2. Região de difícil acesso, em razão da topografia regional e de fortes variações sazonais percebidas no nível das águas, o que aumenta os entraves para o acesso.

A Terra do Meio é drenada pelo rio Xingu (Médio Xingu) e inúmeros igarapés que formam alguns dos seus afluentes, dentre os quais o Riozinho do Anfrísio e os rios Curuá, Iriri e Rio Novo. O rio Xingu nasce no Planalto dos Guimarães (Mato Grosso) e deságua no rio Amazonas (Pará), formando uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com 511.891,00 (quinhentos e onze mil, oitocentos e noventa e um) quilômetros quadrados de superfície, da qual 65% estão situadas no estado do Pará.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES  
DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### Localização Terra do Meio

DIRETORIA DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

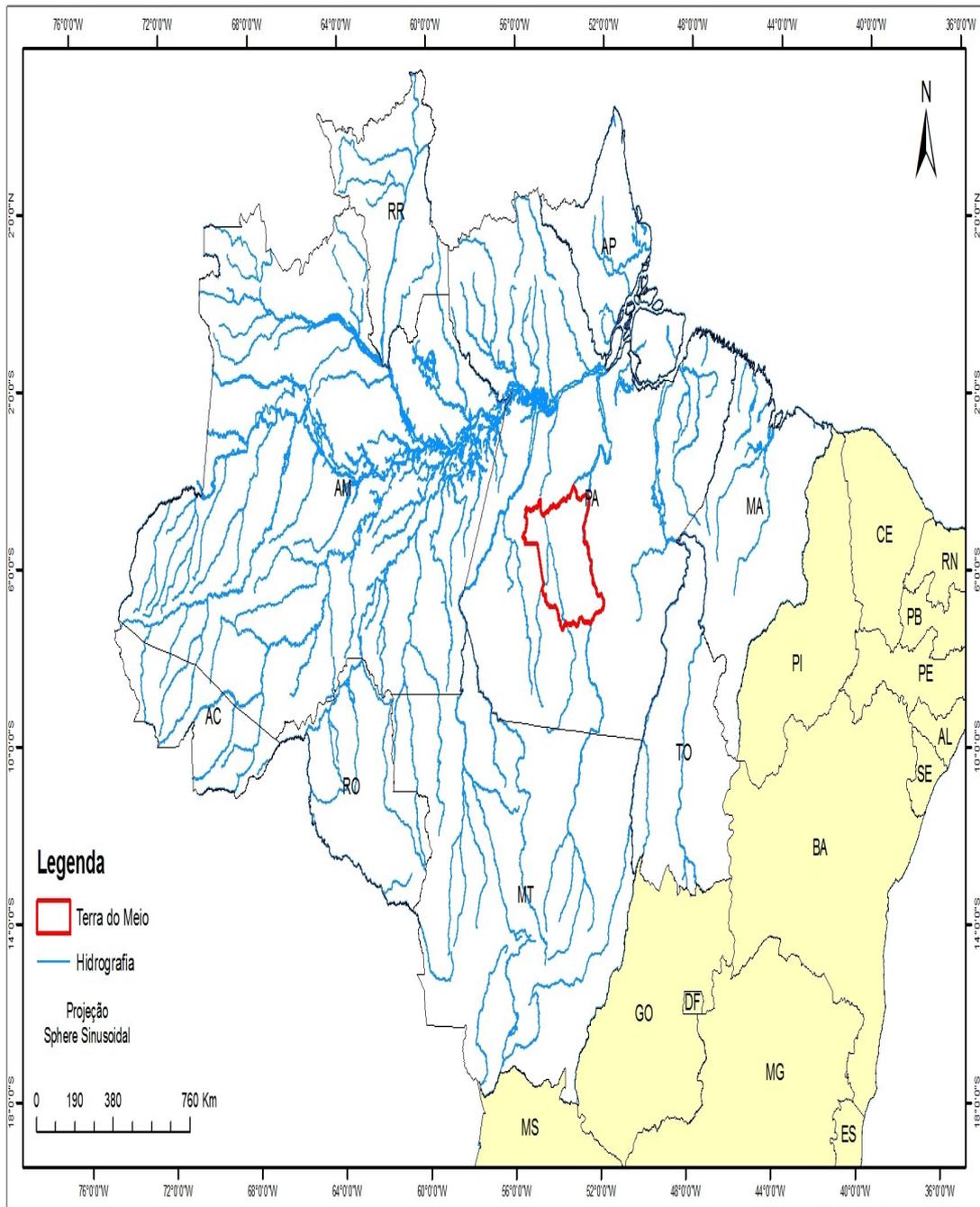


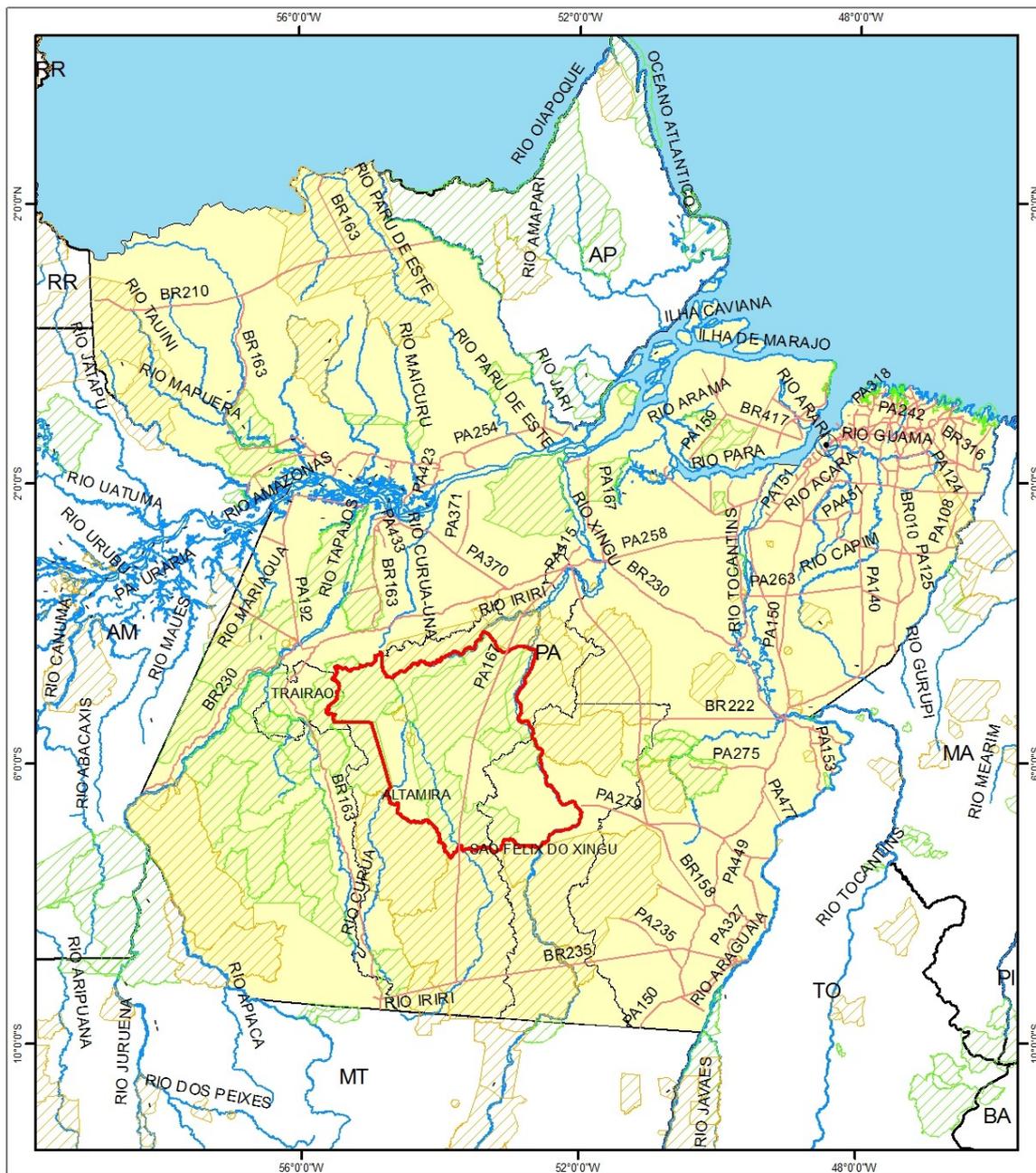
Figura 2.5: Localização da área na Amazônia Legal .



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES  
DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### Localização Terra do Meio

DIRETORIA DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
E POPULAÇÕES TRADICIONAIS



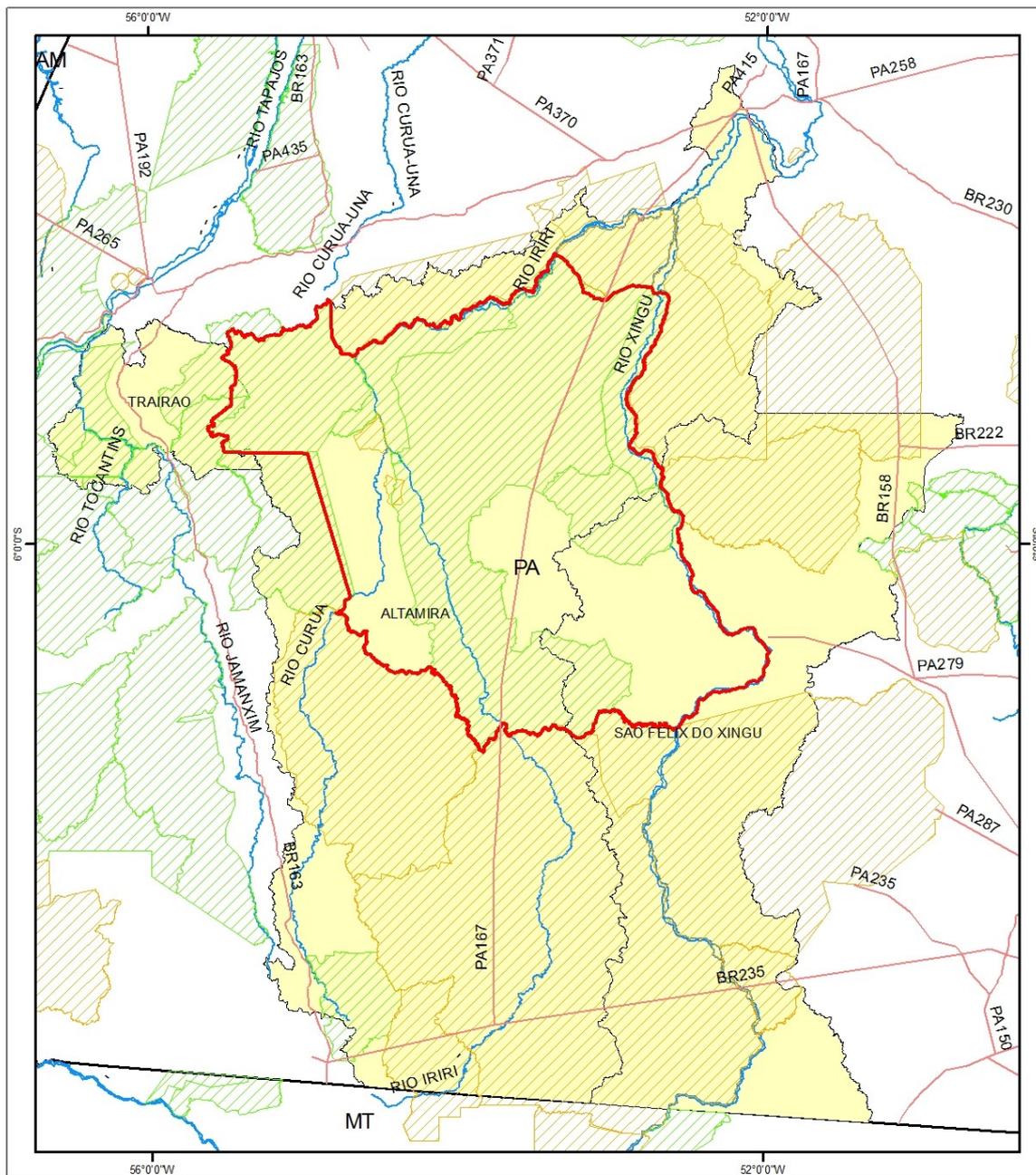
**Legenda**

- Terra do Meio
- Hidrografia
- Terra Indígena
- Rodovias
- Unidades de Conservação
- Municípios da Terra do Meio



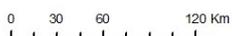
Elaboração: Rafael de C. Sposito, abril de 2009

**Figura 2.6.** Localização da área no Pará.



**Legenda**

- Terra do Meio
- Hidrografia
- Terra Indígena
- Rodovias
- Unidades de Conservação
- Municípios da Terra do Meio



Elaboração: Rafael de C. Sposito, abril de 2009

**Figura 2.7:** Municípios da área da Resex Riozinho do Anfrísio.

### 2.2.2 Situação fundiária<sup>2</sup>

A maioria das matrículas imobiliárias que documentam supostas propriedades na Terra do Meio tem origem em Títulos de Posse concedidos pelo governo estadual. Algumas poucas remetem a cartas de sesmarias. A quase totalidade dos títulos dominiais da Terra do Meio apresenta flagrante falta de atendimento à legislação, embasando o cancelamento do registro imobiliário. Em face disso, apresentamos a seguir, um breve resumo da legislação que regeu essas concessões, ressaltando as comumente desobedecidas.

A proclamação da República transferiu todos os bens pertencentes à Casa Imperial para o Estado republicano (União). Em seguida, o artigo 64 da Constituição Republicana de 1891, determinou que as terras devolutas deixassem de pertencer à União, passando aos Estados da Federação, que adotariam políticas fundiárias próprias. A outorga das posses era delegada às então chamadas Intendências Municipais, equivalentes às prefeituras, o que perdurou até a edição da Lei n.º 1.108, de 06/11/1909, quando somente o Estado podia concedê-las. De acordo com essa decisão, as oligarquias regionais poderiam distribuir terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos.

O Pará, já em sua primeira norma jurídica, o Decreto n.º 410 de 08/10/1891, regulamentado em 28/10/1891, criou um instrumento jurídico único inédito no direito brasileiro denominado de "Título de Posse". Tal instrumento não tornava a área de domínio privado, para tanto seria necessário, segundo a legislação da época, cumprir os requisitos da demarcação, ocupação e pagamento do preço da terra.

Porém, quando o registro imobiliário se tornou obrigatório em 1917, os Títulos de Posse foram levados ao registro e tiveram matrícula aberta sem passarem pelo obrigatório processo de legitimação. Esse é o caso do título de muitas "propriedades" localizadas na Terra do Meio, como a fazenda Juvilândia, no Rio Iri.

Além disso, os limites legais estipulados para a área das posses eram comumente desrespeitados. Após a compilação da legislação agrária paraense compreende-se que o permissivo legal de titulação de terras pelo Estado do Pará limita-se em 4.356 (quatro mil

<sup>2</sup> Este tópico teve como base o trabalho de Torres (2008), ao qual foram acrescentadas informações dos outros documentos citados.

trezentos e cinquenta e seis) hectares. No caso da Fazenda Juvilândia, sua área de posse é de 654.245 (seiscentos e cinco e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco) hectares.

Cabe lembrar que além da legislação estadual, as Constituições da República definiram limites para a alienação de terras públicas sem autorização do Senado da República. A Constituição Federal de 1934 (art. 130) estabeleceu o limite de dez mil hectares. A Constituição de 1946 reduziu esse limite para três mil hectares, e a atual Constituição da República de 1988 (art. 49), reduz para dois mil e quinhentos hectares.

Em 1971, no dia 1º de abril, o presidente Médici assinou o Decreto nº 1.164 designando que uma faixa de duzentos quilômetros ao longo de todas as rodovias federais, estivessem elas implantadas, em construção ou planejadas, passassem ao controle do Governo Federal, mais especificamente, do INCRA. Oliveira comenta:

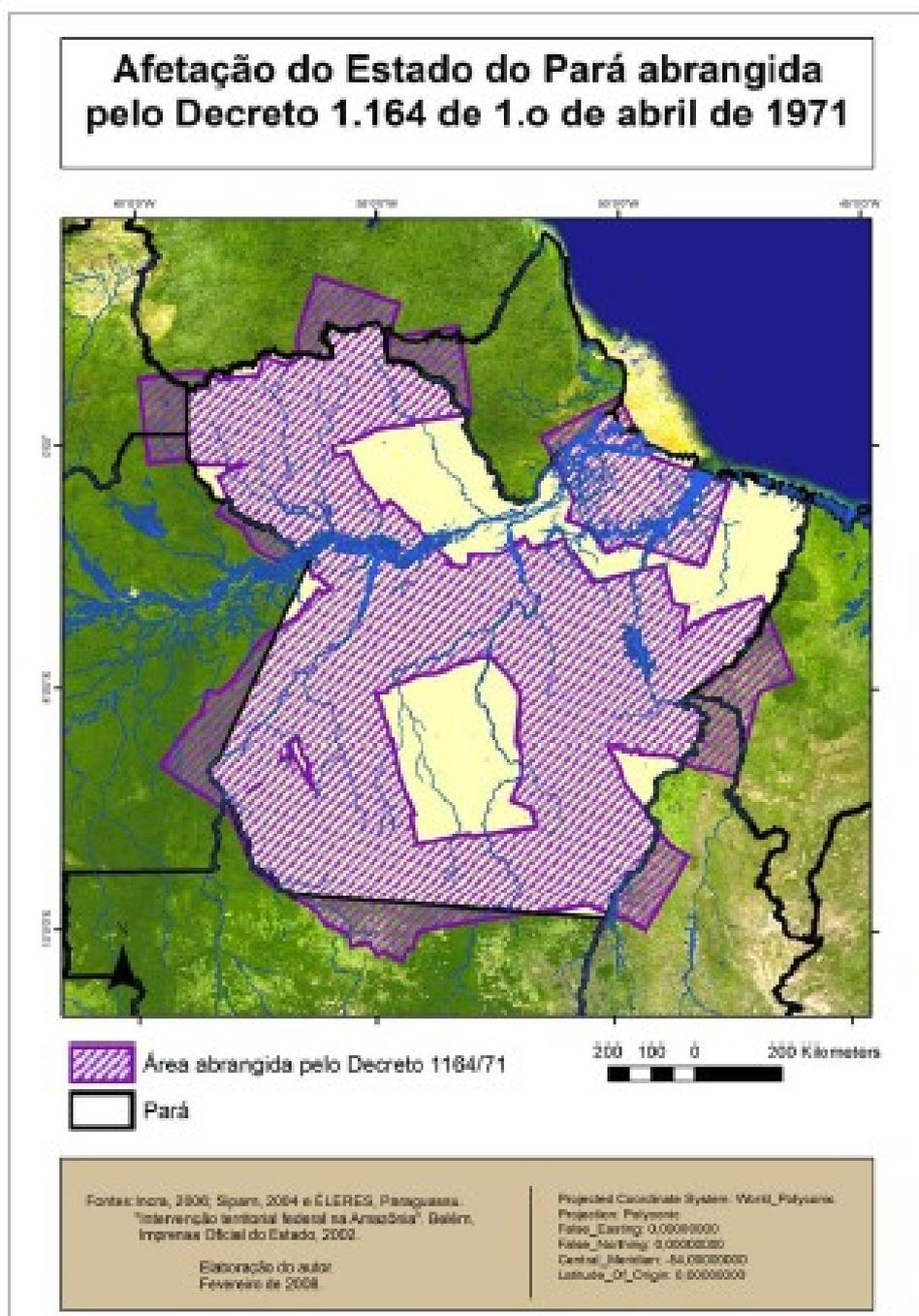
Foi um verdadeiro confisco de terras devolutas que antes eram da alçada dos Estados. Ao mesmo tempo que o Governo Federal adquiria poderes pela nova legislação de terras, para autorizar o não cumprimento da dimensão dos módulos previstos em lei, quer para a empresa nacional, quer para a empresa multinacional (1997, p. 87).

O governo da época considerava essas terras essenciais à segurança e ao desenvolvimento nacional. Barata (2000) atribui a esses fatos um imenso número de conflitos, pois algo em torno de 6 (seis) milhões de hectares já tinham sido alienados pelo estado do Pará entre os anos de 1955 e 1964. O governo estadual não tinha controle do que alienava e os adquirentes, em sua maciça maioria do centro-sul do País, sequer imaginavam onde ficavam essas terras, que só servia-lhes, então, como reserva de capital.

Com a abertura das rodovias, na década de 1970, essa situação mudou. Ocorreu uma valorização das terras e os investidores que adquiriram propriedades por meio da alienação do governo estadual, foram conhecer suas propriedades. Eis então que se estabeleceu uma trágica situação: deparam-se, frente a frente, os colonos, com títulos federais, e os investidores do centro-sul, com títulos estaduais. Na figura 2.8 pode-se observar a faixa de abrangência do Decreto 1.164/71.

Esse Decreto foi revogado somente depois de dezessete anos. Em novembro de 1987, o Decreto-Lei nº 2.375 devolve ao Estado do Pará as áreas abrangidas pela federalização que até essa data não haviam sido inscritas em nome da União pela

Secretaria de Patrimônio da União ou nos cartórios de registro imobiliário das respectivas Comarcas.



**Figura 2.8.** Mapa da faixa de abrangência do Decreto nº 1.164/71 (TORRES, 2008).

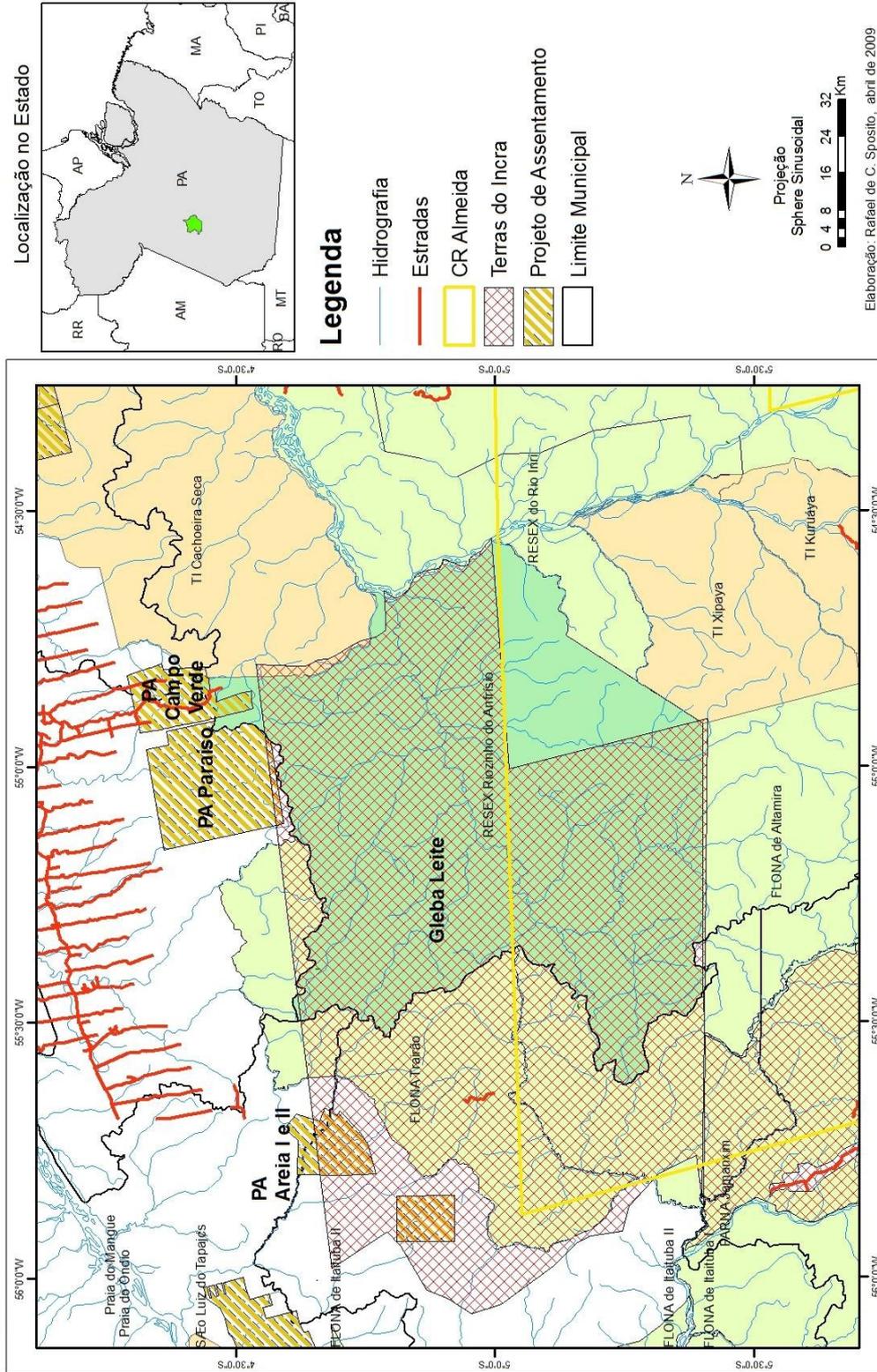
Em abril de 1995, foi nomeada uma comissão de técnicos do ITERPA (Decreto nº 271) para operacionalizar a reincorporação dessas terras ao estado do Pará. Porém, tal comissão não conseguiu ter acesso a lista do INCRA sob as glebas que haviam sido

arrecadadas. Em 20 de outubro de 1995, dois decretos, um presidencial e outro estadual, criaram o GT-Pará objetivando encontrar diretrizes para o problema fundiário do estado. Porém, essa comissão não chegou a um resultado final.

#### **2.2.2.2 Situação fundiária da Resex Riozinho do Anfrísio**

No mapa de contextualização fundiária da Resex Riozinho do Anfrísio (Erro: Origem da referência não encontrada<sup>9</sup>.), notam-se duas sobreposições ao território da Resex: ao norte, com áreas destinadas pelo INCRA, os Projetos de Assentamento (PA) Paraíso e Campo Verde; e, na metade sul, com uma área reivindicada por um conglomerado empresarial controlado pela empresa CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida. Recentemente, o PA Paraíso teve seus limites alterados e não mais se superpõe à Resex. Quanto a CR Almeida, seus títulos de propriedade foram contestados judicialmente e o grupo não detém ocupação alguma na área.

Quase toda a Resex Riozinho do Anfrísio está sobre a Gleba Leite (Erro: Origem da referência não encontrada<sup>9</sup>.), arrecadada após Ação Discriminatória movida pelo INCRA. Pouco se conhece do teor dessa Ação Discriminatória. Na Gleba Leite, segundo um dos supostos proprietários, há aproximadamente vinte e seis lotes registrados em nome de pessoas pertencentes ao Grupo Sorriso, do município de Sorriso, MT. Esses lotes foram adquiridos por volta do ano 2000 e foram registrados como de proprietários ou posseiros individuais.



**Figura 2.9:** Mapa de contextualização fundiária da Resex.

### 2.3. Dinâmica de Ocupação Estadual e Regional

Durante a Ditadura Militar, os supostos “espaços vazios” da Amazônia brasileira foram tidos como a ameaça à soberania nacional. Uma das soluções foi a construção de rodovias com o objetivo de integrar a Região Amazônica ao restante do país (OLIVEIRA, 1988). Em 1970, com o Plano de Integração Nacional (PIN), a meta é a ocupação e povoação dos “espaços vazios” da Amazônia.

O projeto inicial foi uma estrada de cinco mil e seiscentos quilômetros que ligaria Cabedelo (PB), no Atlântico, a Boqueirão da Esperança (AM), fronteira com o Peru. Apenas dois mil e quinhentos quilômetros saíram da planilha, e mais da metade deles é intransitável, em particular na época das chuvas. Essa estrada conhecida como Transamazônica, é a BR 230.

A abertura de estradas foi responsável pelo surgimento, às margens da rodovia Transamazônica, de cidades que se transformam em pólos de desenvolvimento. Alterou-se a dinâmica econômica espacial de toda a Amazônia com a transformação de lugarejos em grandes cidades. Dentre essas está Altamira, tanto devido a sua localização, quanto porque foi lá onde o INCRA instalou seu maior escritório, o que a fez uma espécie de Capital da Transamazônica (SILVA, 2007). Vale lembrar que os ciclos da borracha já haviam feito de Altamira um importante centro local.

Nas décadas de 1970 e 1980, o governo brasileiro estimulou a ocupação da região Amazônica por meio de incentivos fiscais e financiamentos públicos para implementação de projetos agropecuários. Este modelo econômico e de ocupação promoveu um intenso desmatamento da região, e continua até os dias de hoje, especialmente nos estados de Mato Grosso e Rondônia, e sul do Pará (FEARNSIDE, 2000). Nos lugares em que a pecuária é menos intensa, a exploração madeireira favorece a ocupação em áreas antes inacessíveis. Após a saída das madeireiras, em geral segue-se um processo de ocupação para atividades agrícolas e /ou pecuária (SCHNEIDER, 2000).

O avanço da ocupação humana na Amazônia, portanto, está vinculado à abertura de estradas, à pecuária, à exploração de madeira e, mais recentemente, aos projetos de assentamento e futuras hidrelétricas (LAURANCE e VASCONCELOS, 2000). Nesse

cenário, se mantidos os atuais níveis de desmatamento e ocupação, a paisagem da região amazônica poderá ser profundamente alterada em vinte anos (LAURANCE, 2001). Essas mudanças implicam em uma série de perturbações ecológicas (perda de biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa e mudança no ciclo da água) e sociais, como o desaparecimento de populações indígenas e caboclas (FEARNSIDE, 2000).

A base econômica dos municípios da região do Xingu é formada pelo setor primário, correspondendo às atividades agropecuárias praticadas pelos migrantes “colonos” nordestinos e sulistas, trazidos pelo INCRA, que foram apoiados com financiamento e tecnologia para se dedicarem às culturas do cacau, café, cana-de-açúcar e pimenta-do-reino, além dos cultivos tradicionais representados por milho, arroz, feijão e mandioca.

A atividade mineral também é importante para a região, representada pela extração de ouro e cassiterita, porém não é o eixo principal da economia local, e entrou em declínio após o final da década de 1990, quando esses minérios perderam a competitividade no mercado internacional. Atualmente, com o abandono de muitos lotes pelos colonos migrantes, as terras foram sendo adquiridas por fazendeiros que cultivaram pastos para a criação de gado de corte que vem evoluindo e ganhando competitividade com a adoção de tecnologias modernas assim como a inseminação artificial e o manejo rotacionado.

A Terra do Meio encontra-se entre grandes eixos rodoviários, como a Cuiabá-Santarém ou BR-163 (à oeste), a Transamazônica ou BR-230 (ao norte) e a BR-158 (à leste). Essas estradas foram planejadas e construídas durante as décadas de 1970 e 1980 e implementaram uma nova fase de ocupação. Esse processo foi decorrente de uma política estratégica para integrar as regiões consideradas “isoladas” do cenário econômico nacional àquelas industrializadas do Sul e Sudeste do país. A rodovia Transamazônica e a BR-364 eram apresentadas como símbolos de desenvolvimento, ocupação e soberania sobre a Amazônia brasileira.

Em 1971, por força do Decreto-Lei 1.164, citado anteriormente, houve a federalização das terras às margens das rodovias, o que aumentou o nível de desinformação e o caos fundiário. Como consequência, a região da Terra do Meio transformou-se em alvo

de conflitos de terra e de disputa por seus recursos naturais, um quadro intensificado a partir da década de 1990, com o esgotamento do mogno em outras regiões. Pela extensa rede de rios e igarapés que atravessam a região deu-se a exploração de jazidas minerais, principalmente de ouro e estanho, e das áreas de concentração do mogno (*emboladas*).

Na Transamazônica e na BR 163 (Cuiabá-Santarém), municípios como Altamira, Uruará, Itaituba e Trairão, além de São Félix do Xingu, exercem influência sobre a região. Alguns destes municípios são vetores de migração e servem de base para grupos envolvidos em diversos ilícitos e saques da Terra do Meio, notoriamente, a exploração ilegal dos recursos naturais e a especulação de terras públicas. Nesse cenário, vivem populações indígenas e outros habitantes tradicionais não-indígenas (ribeirinhos), ao longo do rio Xingu e seus afluentes.

No ano de 2002, o Ministério do Meio Ambiente, após provocação dos movimentos sociais e eclesiásticos locais, encomendou um estudo, coordenado por Villas-Bôas (2003), para subsidiar a criação de uma série de unidades de conservação na região.

Esse estudo identificou outra rota de pressão de exploração ilegal de terras e recursos naturais a partir de três eixos: 1. Rodovia Cuiabá-Santarém; 2. Rodovia Transamazônica; 3. PA-150 e São Félix do Xingu. Diferentemente do passado, quando os rios eram os únicos meios de entrada na região, os novos atores sociais somam, à malha hidroviária, as estradas para consumir um novo modelo de ocupação na Terra do Meio. As atividades econômicas predominantes nessas frentes de ocupação são a extração de madeira e a implantação de fazendas voltadas para a pecuária.

A partir do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém a ocupação avança para a Terra do Meio por dois vetores: um em direção ao rio Curuá e à TI Baú a partir do município de Novo Progresso; e outro a partir do município de Trairão em direção à região das cabeceiras do Riozinho do Anfrísio. Pelo eixo da Transamazônica também partem dois vetores: um do município de Rurópolis rumo ao Riozinho do Anfrísio, em um ponto mais próximo de sua foz; e outro a partir de Uruará pela estrada Transiriri, que liga o município ao rio Iriri atravessando a TI Cachoeira Seca, saindo no porto Maribel. Por fim, pelo eixo do município de São Félix do Xingu, composto pela estrada que liga o Xingu ao Iriri cortando a Terra do Meio em duas partes.

Atualmente, a Terra do Meio está estruturada em unidades de conservação de uso sustentável (federais e estaduais) e proteção integral, incluindo as terras indígenas como cinturões de proteção ao mosaico. A Resex Riozinho do Anfrísio faz parte desse conjunto de unidades de conservação, situado no limite noroeste da Terra do Meio. No contexto regional da Transamazônica, o Riozinho do Anfrísio integra o núcleo da região do Médio Xingu, no município de Altamira.

## **2.4. Caracterização Ambiental**

Até o presente momento não foram realizados levantamentos de flora, fauna e solo da Resex Riozinho do Anfrísio, sendo que os dados existentes são, em grande parte, da Terra do Meio como um todo, ou de UCs vizinhas, como ESEC Terra do Meio, FLONA de Altamira, FLONA Trairão e PARNA Jamanxim, que apresentam características semelhantes. Os dados foram retirados de Villas-Bôas e colaboradores (2003), dos relatórios resultantes das Avaliações Ecológicas Rápidas (AER) coordenadas pela WWF-Brasil (2008) e das expedições para Plano de Manejo da ESEC Terra do Meio. Desta forma, as informações apresentadas exigem aprofundamento, o que demanda a realização de estudos para sanar essa lacuna de conhecimento. Entretanto, os dados existentes fornecem um quadro preliminar dos meios físico e biótico que permite contextualizar a região.

### **2.4.1. Meio biótico**

#### **2.4.1.1. Flora**

A região do Riozinho do Anfrísio é formada predominantemente pela Floresta Ombrófila Aberta, que se caracteriza por grandes árvores bastante espaçadas, de folhas largas, sempre verdes, de altura bastante irregular. As espécies de maior ocorrência podem ser vistas na tabela abaixo ().

**Tabela 2.2.** Espécies arbóreas de maior ocorrência na região da Resex Riozinho do Anfrísio.

Nome popular	Nome científico
Castanha-do-pará; castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>
Inharé	<i>Helicostylis podogyne</i>
Amarelão	<i>Apuleia molaris</i>
Jatobá	<i>Hymenea</i> sp
Caraipé	<i>Couepia</i> sp
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>
Açaí-da-terra firme	<i>Euterpe precatoria</i>
Inajá	<i>Maximiliana maripa</i>
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>

Ao sul, a região é coberta principalmente pela Floresta Ombrófila Densa Submontana (situada aproximadamente entre cinqüenta e seiscentos metros de altitude). Já as Florestas Densas Aluviais se distribuem ao longo dos rios. As florestas aluviais são áreas sujeitas à inundação periódica pelas cheias dos rios. Estas áreas são ocupadas por formações vegetais adaptadas à submersão total ou parcial durante o período chuvoso do ano. Estas formações apresentam fisionomia variada e muitas espécies exclusivas de áreas alagáveis.

As características mais marcantes das espécies desses tipos de florestas são a dispersão predominante por mamíferos, presença de sementes ou propágulos de tamanho e massa consideráveis; com pouca capacidade de dormência e pequeno tempo de viabilidade. Ao contrário das espécies de capoeira, que formam banco de sementes, as espécies dessas florestas formam bancos de mudas. As estratégias para a regeneração natural bem sucedida são muitas, incluindo espécies especialistas de clareiras naturais e espécies tolerantes ao sombreamento em diversos graus (MPEG e WWF-Brasil, 2007).

A riqueza da Floresta Ombrófila Densa da região apresenta uma média de quarenta e cinco espécies por 1000 (hum mil) m<sup>2</sup> considerando apenas as árvores com diâmetro a altura do peito acima de dez centímetros. Segundo MPEG e WWF-Brasil (2007), as dez famílias de maior riqueza específica foram, respectivamente, Fabaceae (34), Mimosaceae (32), Euphorbiaceae (30), Sapotaceae (29), Caesalpiniaceae (26), Moraceae (25), Arecaceae (23), Burseraceae (20), Annonaceae (17) e Rubiaceae (17).

A Resex também é rica em espécies economicamente importantes como a *Hevea brasiliensis* (seringueira), *Carapa guianensis* (andirobeira), *Copaifera spp.* (copaibeira), *Orbignya speciosa* (babaçu), *Oenocarpus bataua* (patauí), entre outras, além da castanheira já mencionada. O mapa da diversidade de paisagens da Resex Riozinho do Anfrísio pode ser visto na FIGURA 2.10. (bases – SIPAM).

#### 2.4.1.2. Fauna

##### a) Aves

Estima-se que a Terra do Meio possui um total de quinhentas e trinta e cinco espécies de aves. Número altamente expressivo de biodiversidade, que faz da região uma das mais ricas em número de espécies do mundo (VILLAS BÔAS et al, 2003). A consolidação dos dados obtidos nos inventários realizados pelos rápidos levantamentos expeditos e reconhecimentos em São Pedro do Iriri, Vila do Caboclo e Atravessado, em julho de 2002, e no perímetro ocidental da Terra do Meio (Trairão e Novo Progresso) em maio de 2002 (OLMOS e PACHECO<sup>3</sup>) resultaram no registro de trezentos e sessenta espécies de aves. Antigos registros provenientes do Rio Iriri e Rio Curuá, não replicados nas duas recentes campanhas, perfazem dezesseis registros adicionais. Durante o levantamento realizado na ESEC Terra do Meio foram registradas duzentas e dezoito espécies de aves (cento e dezesseis não-passeriformes e cento e dois passeriformes) de cinquenta de duas famílias. Na área do Rio Novo foram identificadas cento e sessenta e três espécies, enquanto que na do Rio Iriri, cento e setenta e cinco foram registradas, o que corresponde a aproximadamente 17% da avifauna listada para a região amazônica (MARINI e GARCIA, 2005).

---

<sup>3</sup> Dados não publicados.

DIRETORIA DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

### Diversidade de Paisagens Resex Riozinho do Anfrísio

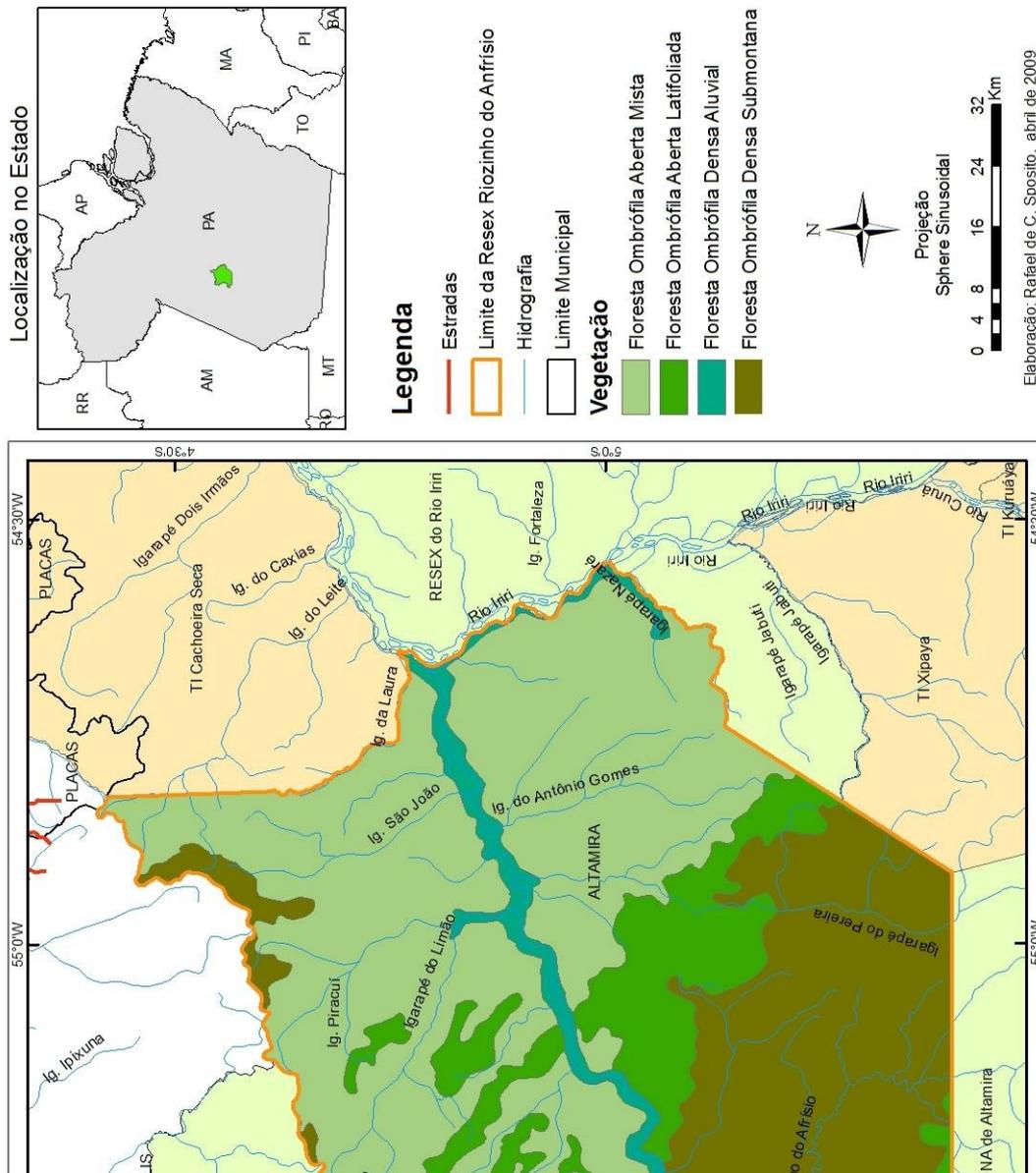


Figura 2.10. Diversidade de Paisagens da Resex Riozinho do Anfrísio .



A família com maior número de espécies registradas foi *Thamnophilidae* (18 espécies), seguida por *Tyrannidae* (16), *Psittacidae* (14) e *Accipitridae* e *Hirundinidae*, ambas com dez espécies. Das duzentas e dezoito espécies registradas, doze são endêmicas do sul da Amazônia (TABELA 2.2).

**Tabela 2.3.** Espécies registradas, endêmicas do sul da Amazônia.

Nome popular	Nome científico
Cujubi	<i>Aburria kujubi</i>
Papagaio-dos-garbes	<i>Amazona kawali</i>
Arapaçu-barrado	<i>Dendrocolaptes certhia</i>
Ariramba-da-mata	<i>Galbula cyanicollis</i>
Torom-torom-garganta-branca	<i>Hylopezus berlepschi</i>
Papa-formiga-de-cauda-cintada	<i>Hypocnemoides maculicauda</i>
Barbudo-de-pescoço-ferrugem	<i>Malacoptila rufa</i>
Aracuã-de-cabeça-vermelha	<i>Ortalis motmot ruficeps</i>
Jacupiranga	<i>Penelope pileata</i>
Jacamim-verde	<i>Psophia viridis</i>
Araçari-do-pescoço-vermelho	<i>Pteroglossus bitorquatus</i>
Saripoca de gould	<i>Selenidera gouldii</i>

Dez espécies registradas na ESEC Terra do Meio encontram-se ameaçadas de extinção (Tabela 2.4):

**Tabela 2.4.** Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas na ESEC Terra do Meio.

Nome popular	Nome científico
Papagaio-cabeça-amarela	<i>Amazona ochrocephala</i>
Arara-azul-grande	<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>
Mutum-de-penacho	<i>Crax fasciolata</i>
Arapaçu-pardo	<i>Dendrocincla fuliginosa</i>
Arapaçu-da-taoca	<i>Dendrocincla merula</i>
Arapaçu-barrado	<i>Dendrocolaptes certhia</i>
Mãe-de-taoca-pintada-de-preto	<i>Phlegopsis nigromaculata</i>
Jacamim-verde	<i>Psophia viridis</i>

Araçari-do-pescoço-vermelho	<i>Pteroglossus bitorquatus</i>
Choca-d'água	<i>Sakesphorus luctuosus</i>

Durante a Avaliação Ecológica Rápida realizada nas Unidades de Conservação próximas a Resex Riozinho do Anfrísio (FLONA Trairão, FLONA de Altamira e PARNA Jamanxim), foi registrado um total de vinte e uma espécies consideradas de especial interesse para a conservação em razão da sua vulnerabilidade já reconhecida, características bio-indicadoras ou hábitos migratórios (ALEIXO, 2008) (Tabela 2.5).

**Tabela 2.5.** Espécies de aves de especial interesse para a conservação.

Nome popular	Nome científico
Limpa-folha-picanço	<i>Ancistrops strigilatus</i>
Arara-azul-grande	<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>
Arapaçu-de-bico-curvo	<i>Campylorhamphus species novum</i>
Piui-verdadeiro	<i>Contopus virens</i>
Mutum-de-penacho	<i>Crax fasciolata</i>
Arapaçu-da-taoca	<i>Dendrocincla merula</i>
Gavião-tesoura	<i>Elanoides forficatus</i>
Ararajuba	<i>Guarouba guarouba</i>
Torom	<i>Hylopezus species novum</i>
Uirapuru	<i>Lepidothrix sp.</i>
Mutum	<i>Mitu tuberosum</i>
Jacupiranga	<i>Penelope pileata</i>
Rabo-branco-de-garganta-escura	<i>Phaethornis aethopyga</i>
Surucuá-pavão	<i>Pharomachrus pavoninus</i>
Papa-taoca	<i>Pyriglena leuconota similis</i>
Mãe-de-taoca-de-cara-branca	<i>Rhegmatorhina gymnops</i>
Limpa-folha-de-bico-virado	<i>Simoxenops ucayalae</i>
Zidedê	<i>Terenura sp.</i>
Azulona	<i>Tinamus tao</i>
Maçarico-solitário	<i>Tringa solitaria</i>
Juruviara	<i>Vireo olivaceus</i>

## b) Mamíferos

Segundo Villas-Bôas (2003), levantamentos preliminares indicam que existe uma alta diversidade de espécies de mamíferos não voadores e de morcegos (no mínimo oitenta e duas espécies) na Terra do Meio. Por outro lado, a presença de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do macaco-aranha (*Ateles marginatus*), já evidencia a importância de unidades de conservação na região. O grupo dos primatas é um dos mais diversos, com aproximadamente onze espécies.

Na avaliação ecológica rápida para o diagnóstico faunístico do mosaico de UCs da Terra do Meio, realizada em janeiro de 2008, o maior número de espécies registradas foi de carnívoros (14 spp.), seguidos pelos edentados (8 spp.), primatas (6 spp.), roedores (com 5 spp.), os ungulados (4 spp.), e por último os marsupiais, com duas espécies. Algumas espécies estão amplamente distribuídas nas áreas amostradas (interflúvio Tapajós, Jamanxim e Curuá) e foram encontradas em quase todos os tipos de ambientes amostrados, tanto em áreas sem interferência antrópica, quanto com média ou grande interferência (Tabela 2.6).

**Tabela 2.6.** Espécies de mamíferos, levantados nos mosaicos de UCs da Terra do Meio.

Nome popular	Nome científico
Tatu-quinze-quilos	<i>Dasyus sp</i>
Tatu-canastra	<i>Priodontes maximus</i>
Sauim-branco	<i>Mico leucippe</i>
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>
Zogue-zogue	<i>Callicebus moloch</i>
Macaco-aranha-de-cara-branca	<i>Ateles marginatus</i>
Onça parda	<i>Puma concolor</i>
Jaguaririca	<i>Leopardus pardalis</i>
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>
Veado	<i>Mazama sp</i>
Quatipuru	<i>Sciurus aestuans</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Cutia	<i>Dasyprocta agouti</i>

### c) Herpetofauna

Por se tratar de um local com grandes extensões, compreendendo diferentes tipos de formação vegetal e algumas áreas com elevações, espera-se a ocorrência de uma herpetofauna bastante rica. As localidades Amazônicas mais bem estudadas abrigam tipicamente de cento e trinta a cento e oitenta espécies da herpetofauna, incluindo cerca de quarenta a noventa espécies de anfíbios e cinquenta a noventa espécies de répteis (DUELLMAN, 1996).

Do que se conhece da literatura ou de coletas em outras regiões e entorno, podemos prever para a Terra do Meio (Tabela 2.7):

**Tabela 2.7.** Espécies da herpetofauna previstas para a Terra do Meio.

Nome popular	Nome científico
Jacaretinga	<i>Caiman crocodilus</i>
Jacaré-coroa	<i>Paleosuchus trigonatus</i>
Jacaré-paguá	<i>Paleosuchus palpebrosus</i>
Jabuti machado	<i>Platemys platycephala</i>
Tartaruga da amazônia	<i>Podocnemis expansa</i>
Cágado	<i>Mesoclemmys gibba</i>
Mata-mata	<i>Chelus fimbriatus</i>
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>
Jabuti-piranga	<i>Geochelone carbonaria</i>
Jabuti-tinga	<i>Geochelone denticulata</i>
Aperema	<i>Rhinoclemmys punctularia</i>

- Jacarés: é provável que ocorram três espécies (*Caiman crocodilus*, *Paleosuchus trigonatus* e *P. palpebrosus*).
- Quelônios: muitas espécies têm a distribuição pouco conhecida, mas é provável a ocorrência de *Platemys platycephala*, *Podocnemis expansa*, *Mesoclemmys gibba*, *Chelus fimbriatus*, *Podocnemis unifilis*, *Geochelone carbonaria* e *G. denticulata* e *Rhinoclemmys punctularia*.

- Lagartos: espera-se entre vinte e vinte e cinco espécies de lagartos compreendendo as espécies de ampla distribuição (vinte) e algumas mais restritas.
- Serpentes: espera-se cerca de noventa espécies. Entretanto é o grupo que certamente apresentará maiores dificuldades de coleta, devido às baixas densidades.
- Anfíbios: espera-se para toda a área a ocorrência de cerca de sessenta e cinco espécies.

No levantamento da herpetofauna da ESEC Terra do Meio foram registradas setenta e uma espécies da herpetofauna, sendo trinta e quatro de anfíbios anuros (18 gêneros e 10 famílias) e trinta e sete de répteis, incluindo quatorze lagartos (14 gêneros e sete famílias), 17 (dezessete) serpentes (17 gêneros e quatro famílias), quatro quelônios (três gêneros e três famílias) e dois jacarés (dois gêneros e uma família). A maioria das espécies de anfíbios encontrados pertence à família Hylidae (quinze espécies), seguida pelas famílias Leptodactylidae (seis espécies), Bufonidae (quatro espécies) e Aromobatidae e Microhylidae (duas espécies cada). As outras cinco famílias (Centrolenidae, Ceratophryidae, Cycloramphidae, Dendrobatidae e Leiuperidae) foram representadas por apenas uma espécie cada. Entre os répteis, a família Colubridae foi a melhor representada, com onze espécies, seguida por Boidae, Gekkonidae, Gymnophthalmidae e Teiidae (três espécies cada) e Alligatoridae, Tropiduridae e Viperidae (duas espécies cada). As outras quatro famílias (Elapidae, Iguanidae, Polychrotidae e Scincidae) foram representadas por apenas uma espécie cada.

Segundo a Avaliação Ecológica Rápida realizada na FLONA de Altamira e no PARNA Jamaxin, duas UCs próximas a Resex Riozinho do Anfrísio que apresentam em grande parte os mesmo tipo de vegetação, foram registradas setenta e três espécies da herpetofauna, sendo trinta e seis espécies de anfíbios anuros, dezesseis de lagartos, dezoito de serpentes e três de quelônios.

Com relação aos anfíbios anuros, existe uma lista preliminar elaborada pelo pesquisador Flávio B. Barros para a Resex Riozinho do Anfrísio, o qual está

desenvolvendo uma pesquisa sobre a relação dos anuros e a comunidade da Resex. A tabela mostra algumas espécies encontradas por ele (informação pessoal).

**Tabela 2.7:** Espécies encontradas em 2009 por Barros.

<b>Família</b>	<b>Nome Científico</b>
Aromobatidae	<i>Allobates femoralis</i>
Bufonidae	<i>Rhaebo guttatus</i>
	<i>Rhinella margaritifera</i>
	<i>Rhinella marina</i>
Hylidae	<i>Dendropsophus</i>
	<i>Hypsiboas cinereascens</i>
	<i>Hypsiboas geographicus</i>
	<i>Scinax garbei</i>
Leiuperidae	<i>Physalaemus cuvieri</i>
Leptodactylidae	<i>Leptodactylus mystaceus</i>
	<i>Leptodactylus rhodomystax</i>

#### **d) Ictiofauna**

Os numerosos igarapés da Terra do Meio, situados em uma extensa área de terra firme entre os rios Xingu e Iriri, abrigam uma ictiofauna característica, composta principalmente por espécies de pequeno e médio porte e que, via de regra, não ocorrem em rios maiores. De acordo com a AER, a ictiofauna dos igarapés amostrados na Flona de Altamira e no Parna Jamanxim (UCs vizinhas a Resex Riozinho do Anfrísio) pode ser caracterizada como rica em espécies, mas com uma diversidade Beta (entre locais) relativamente baixa. Quanto às bacias hidrográficas presentes na região, foram capturados exemplares de quarenta e três espécies na bacia do Curuá e cinquenta e seis na do Jamanxim, com trinta e duas espécies comuns às duas drenagens (WWF-Brasil, 2008).

Dentre as áreas avaliadas no diagnóstico ambiental - ictiofauna e pesca – que integra os estudos de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte, a região do Iriri foi a que apresentou o maior número de espécies exclusivas (setenta e três espécies). As coletas foram realizadas entre os anos de 2000 e 2008, em sítios localizados no trecho baixo do Rio Iriri, desde a Maribel, a duzentos quilômetros de Altamira, até regiões do baixo Xingu e outros de seus tributários como os rios Bacajá, Bacajá e Ituna.

## **2.4.2. Meio físico**

### **2.4.2.1. Geologia**

Grande parte do interflúvio Iriri-Xingu e Iriri-Jamanxim, especialmente a porção coberta pelas Florestas Ombrófilas Abertas está localizada sob o Complexo Xingu (BRASIL, 1974, 1975). As rochas muito antigas dessa unidade geológica do período Pré-Cambriano (desde o surgimento da Terra até cerca de quinhentos e quarenta milhões de anos atrás) Inferior a Médio afloram com destaque na bacia do Rio Xingu. É um agrupamento de rochas que sofreram diferentes processos de transformação (metamórficas). No âmbito dessa unidade destacam-se:

- rochas quartzosas presentes na serra da Baliza;
- os alinhamentos de estruturas, incluindo falhas e fraturas presentes nas serras do Pilão e do Estragado.

A segunda Unidade mais abrangente é a Formação Iriri do grupo Uatumã (BRASIL, 1974, 1975) disposta principalmente na parte sul da área de estudo, a oeste de São Felix do Xingu. Esse grupo é constituído por rochas vulcânicas (ígnea) com bastante quartzo. São rochas do período Pré-Cambriano Superior em contato com as rochas do Complexo Xingu, acima citadas.

As duas outras formações que ocorrem na área são os arenitos Gorotire e Prosperança (BRASIL, 1974, 1975), ambos do Pré-Cambriano Superior. A primeira dispõe-se sobre a Formação Iriri e suas rochas apresentam-se dobradas normalmente nos eixos Norte-Oeste com caimento Sudeste e afloram nas Serras do Pardo, do Iucatã e Porto Seguro, além de diversas manchas isoladas ao longo do Rio Iriri e Baixo Curuá.

Sobreposta à formação Gorotire está a formação Prosperança, denominada “Formação Triunfo” (BRASIL, 1974). Sua exposição principal ocorre principalmente ao longo dos Igarapés Pombal e Triunfo, nas cabeceiras do Igarapé do Leite e do Riozinho do Anfrísio e em algumas manchas na bacia do Rio Cajari.

Com expressão espacial mais reduzida, ainda estão presentes na área de estudo o granito Maloquinha e a Formação Sobreiro (rochas vulcânicas de cor cinza formada essencialmente por feldspatos, ao longo do Igarapé Triunfo) do Grupo Uatumã e sedimentos depositados ao longo do Rio Iriri e Xingu (BRASIL, 1974, 1975). O mapa geológico da Resex pode ser visto na Erro: Origem da referência não encontrada.

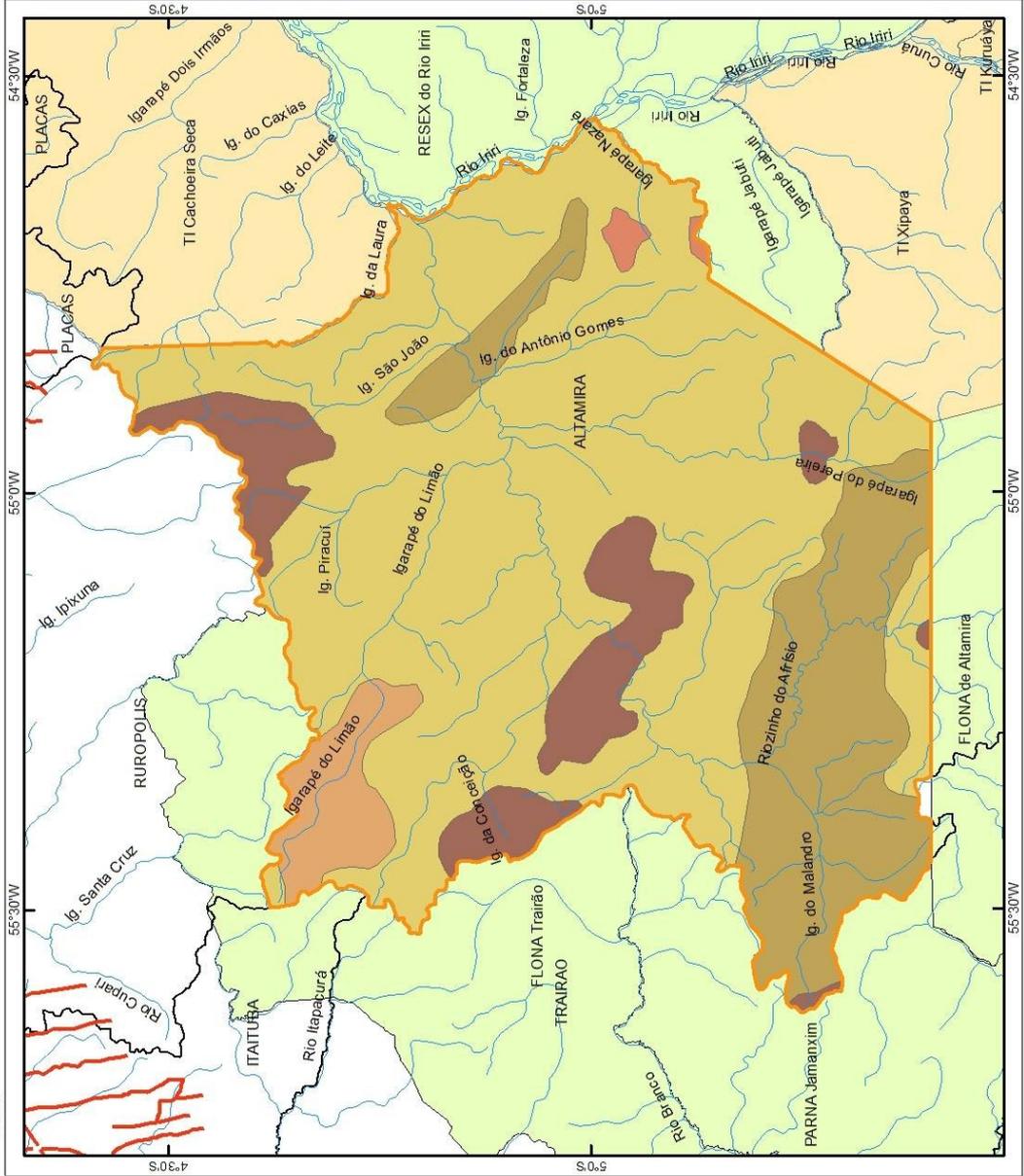
#### **2.4.2.2. Geomorfologia**

Em uma escala macro-regional, a região do Médio Xingu está inserida no contexto dos planaltos residuais sul-amazônicos (vasta área plana com morros de topos arredondados) circundados por áreas extensas de suave inclinação que margeiam as bordas de terrenos sedimentares. Junto aos morros, ocorrem extensas áreas que podem formar também grandes chapadas, como a Serra do Cachimbo, onde nascem os Rios Curuá e Iriri. Este relevo pode possuir elevações com altitudes entre cem e quatrocentos metros, crescentes de norte para o sul e observáveis subindo os Rios Curuá e Iriri.

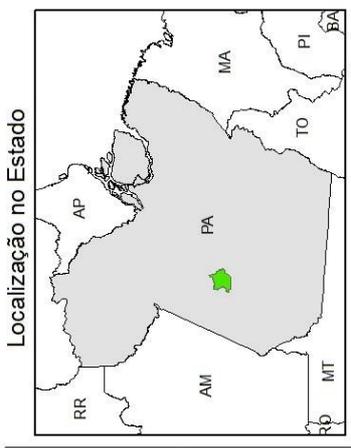
Atualmente os processos formadores do relevo na região estão ligados ao clima úmido, porém são muitas as evidências de processos erosivos semi-áridos predominantes ao longo da evolução do relevo regional. Também ainda são muitos os vestígios da movimentação da terra nas áreas planas e levemente onduladas.

## Geologia

### Resex Riozinho do Anfrísio



DIRETORIA DE UNIDADES  
 DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
 E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

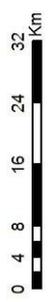


### Legenda

-  Hidrografia
  -  Estradas
  -  Limite da Resex Riozinho do Anfrísio
  -  Limite Municipal
- Geologia**
-  Efusiva
  -  Ignea
  -  Intrusiva
  -  Sedimentar
  -  Sedimentar/Metassedimentar



Projeção  
 Sphere Sinusoidal



Elaboração: Rafael de C. Sposito, abril de 2009

Figura 2.11. Geologia da Resex Riozinho do Anfrísio.

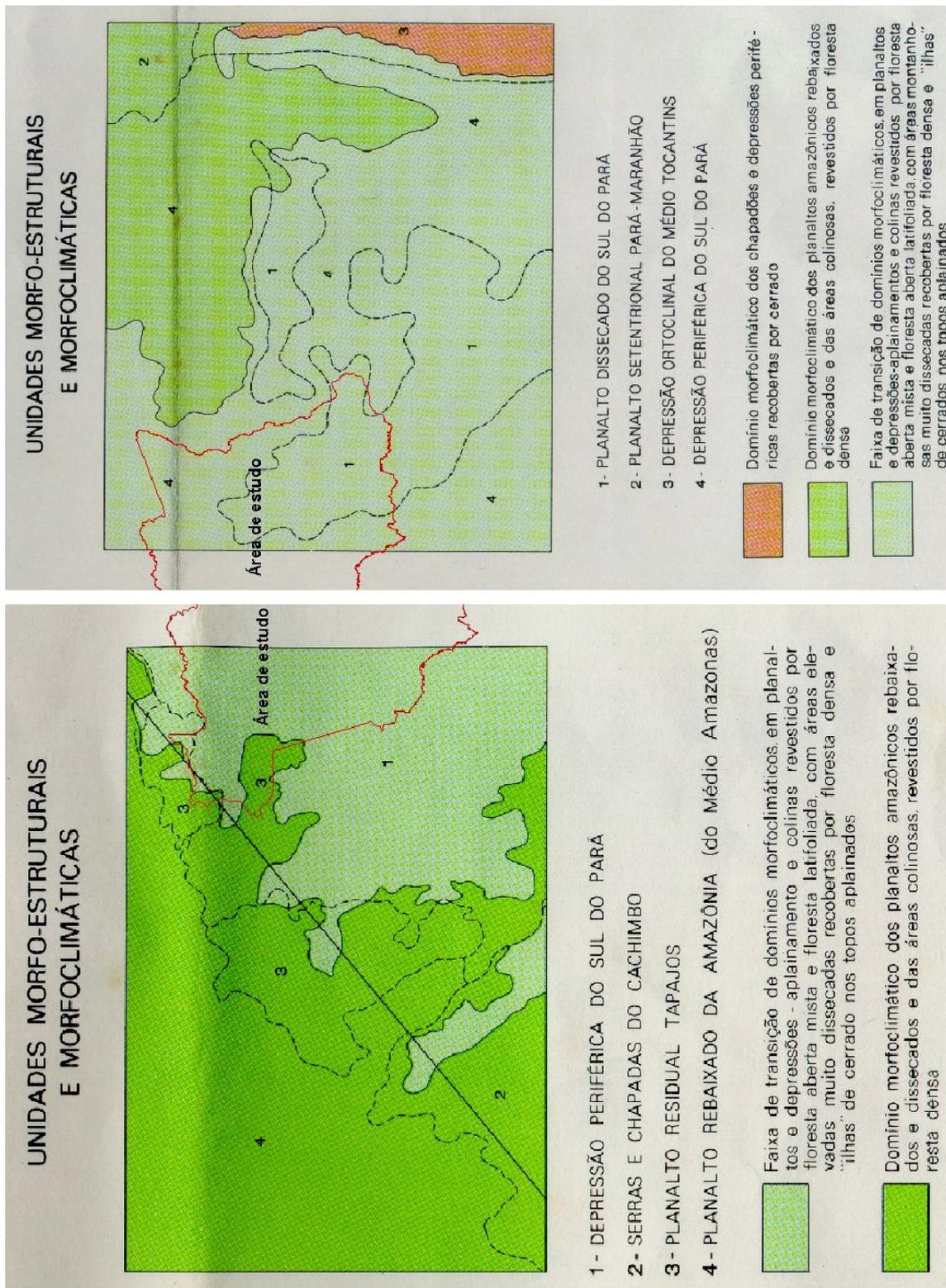
A Terra do Meio pertence em quase sua totalidade a duas grandes unidades de relevo, a Depressão Periférica do Sul do Pará (superfície de suave inclinação) e o Planalto Dissecado do Sul do Pará (BRASIL, 1974, 1975). Apenas algumas áreas da bacia do Riozinho do Anfrísio estão situadas no Planalto Residual Tapajós (BRASIL, 1975).

Essa depressão periférica abrange uma superfície baixa e intensamente aplainada na faixa dos cento e vinte e cinco a cento e oitenta metros de altitude, recoberta por Floresta Ombrófila Aberta Mista (cocal) e Latifoliada (cipoal).

Esse compartimento, gerado por processos erosivos (desgaste do relevo) caracteriza-se pela formação em colinas ou em colinas de topos aplainados. As elevações apresentam-se isoladas ou agrupadas, algumas vezes em cristas orientadas no sentido SE-NW, e em forma de pães de açúcar e pequenas montanhas isoladas de forma arredondada.

Nessa mesma banda ocidental da Terra do Meio as áreas da cabeceira do Anfrísio foram mapeadas como Planalto Residual Tapajós (FIGURA 2.12) e recobertas por Floresta Ombrófila Densa. Esse relevo residual caracteriza-se pela sua natureza fragmentada, em rochas pré-cambrianas, fortemente fraturadas e falhadas. Entretanto, essa dissecação não alcançou o mesmo nível do aplainamento da contígua Depressão Periférica do Sul do Pará. São feições semelhantes às localizadas ao longo do Iriri e de seu interflúvio com o Xingu, pertencentes ao Planalto Dissecado do Sul do Pará (Erro: Origem da referência não encontrada), de quem se diferenciam pela altitude menor e descontinuidade de seus relevos residuais. O rebaixamento desse compartimento evidencia-se em diversos tipos de dissecação (colinas de topo aplainado, cristas, mesas, interflúvios abaulados e tabulares).

O outro grande compartimento de relevo na Terra do Meio é o Planalto Dissecado do Sul do Pará (Erro: Origem da referência não encontrada): maciços com topos aplainados, agrupamentos de cristas e picos dispostos em terrenos rebaixados e altura de quinhentos a seiscentos metros., apresentando também vales na região.



**Figura 2.12:** Unidades morfoclimáticas e morfo-estruturais presentes na Terra do Meio (limite em vermelho) e seu entorno (BRASIL 1974; 1975).

### **2.4.2.3. Solos**

Na região do Riozinho do Anfrísio e do rio Iriri existe a associação de solos predominante argilosos com coloração vermelho-amarelo, que são relativamente profundos e muito bem drenados. Em suas variações distribuídas na área do Riozinho, há porções de alta fertilidade. Também pode ser encontrado este mesmo tipo de solo com a presença de cascalhos. Outro tipo de solo associado à região é o Latossolo que tem como característica ser um solo profundo, bem drenado e homogêneo, o que significa que não há uma gradação de cores. Esses tipos de solos estão associados a um relevo suavemente ondulado, indicados no mapa como solos Podzólicos Vermelho Amarelo (argisolos). Nas áreas em que o relevo é ondulado e fortemente ondulado as características do solo são diferentes: encontra-se solos mais rasos, com aproximadamente cinquenta centímetros de espessura, e com textura grosseira - no mapa identificado pelos solos litólicos. A FIGURA 2.13. ilustra os tipos de solos encontrados na Resex Riozinho do Anfrísio.

### **2.4.2.4. Hidrografia**

O Riozinho do Anfrísio é afluente do Rio Iriri, tem aproximadamente duzentos quilômetros de extensão e suas nascentes se localizam no interior da Flona Altamira.

Segundo Silva (2007), suas principais características são: sinuosidade, estreitamento, leito pouco profundo, riqueza de matéria orgânica, águas de coloração escura e afloramentos rochosos localizados por todo o curso do rio, associados às variações topográficas da região.

A bacia hidrográfica do Riozinho do Anfrísio também se caracteriza pela grande quantidade de igarapés, largamente utilizados como corredores de escoamento para as atividades extrativistas. Os principais igarapés utilizados para esse fim são: Limão, Pereira, Antonio Gomes, São João, São Pedro, Buiuçú, Viriato, Conceição, Perdidos, Tapiri de Cima, Tapiri de Baixo, Najasal, Palhal, Santo Antônio, Anterzozinho, Piracuí, Aurora, Terra Preta, Cachoeirinha, Curuazinho, Patoazal, Nobelino, Malandros, Anselmo, Ferventado e Charuto.

A FIGURA 2.14 mostra a hidrografia da Resex Riozinho do Anfrísio.

**Figura 2.13.** Pedologia da Resex Riozinho do Anfrísio.

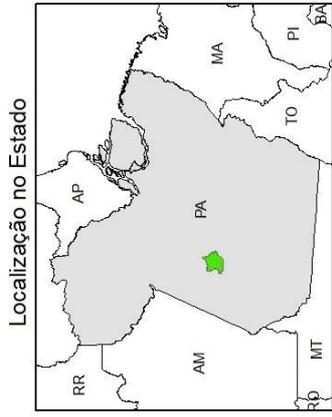
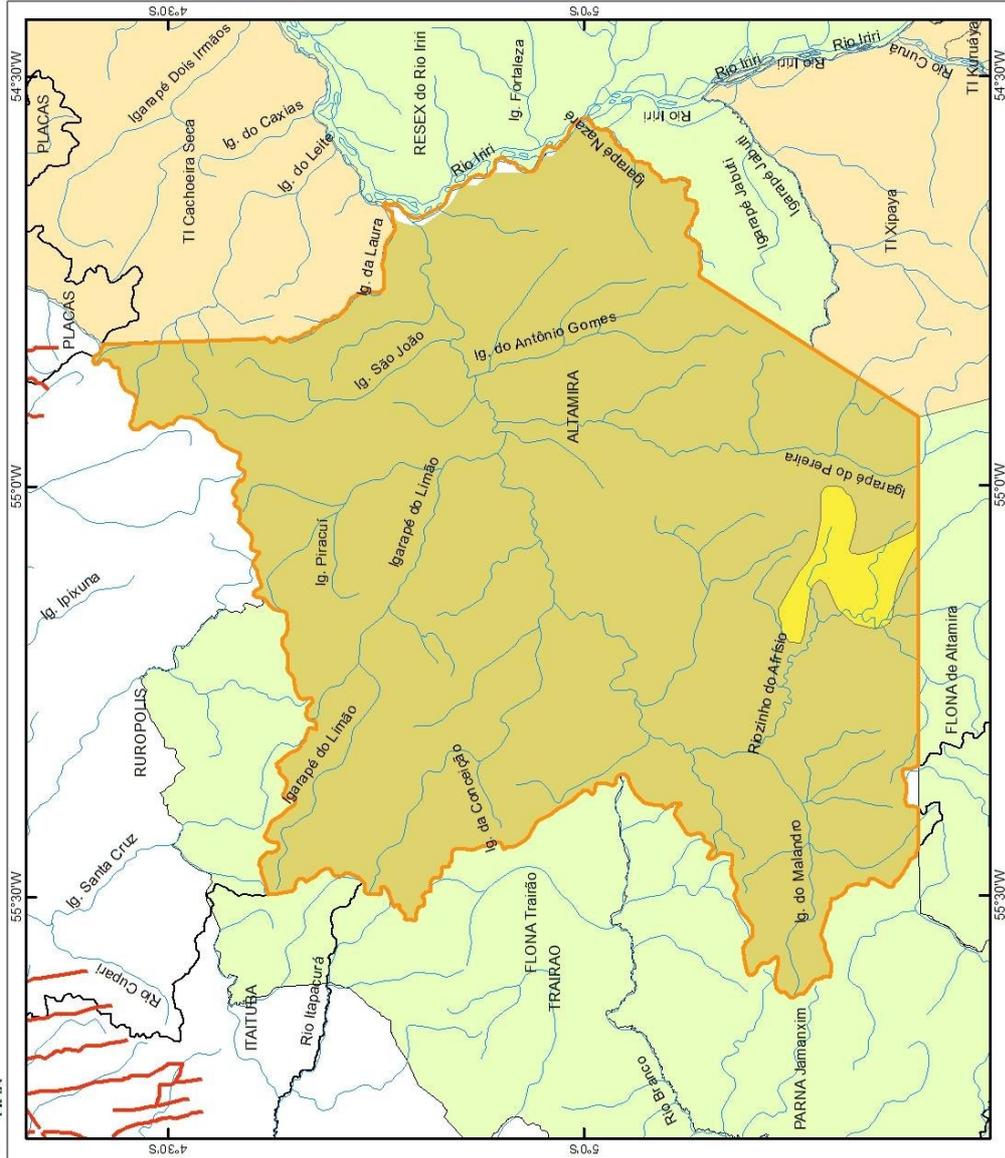
**Figura 2.13:** Pedologia da Resex Riozinho do Anfrísio.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES  
DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

## Pedologia Resex Riozinho do Anfrísio

DIRETORIA DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL  
E POPULAÇÕES TRADICIONAIS



### Legenda

- Hidrografia
  - Estradas
  - Limite da Resex Riozinho do Anfrísio
  - Limite Municipal
- Pedologia**
- Podzolic Vermelho-Amarelo
  - Solos Litólicos



Projeção  
Sphere Sinusoidal

0 4 8 16 24 32 Km

Elaboração: Rafael de C. Sposito, abril de 2009

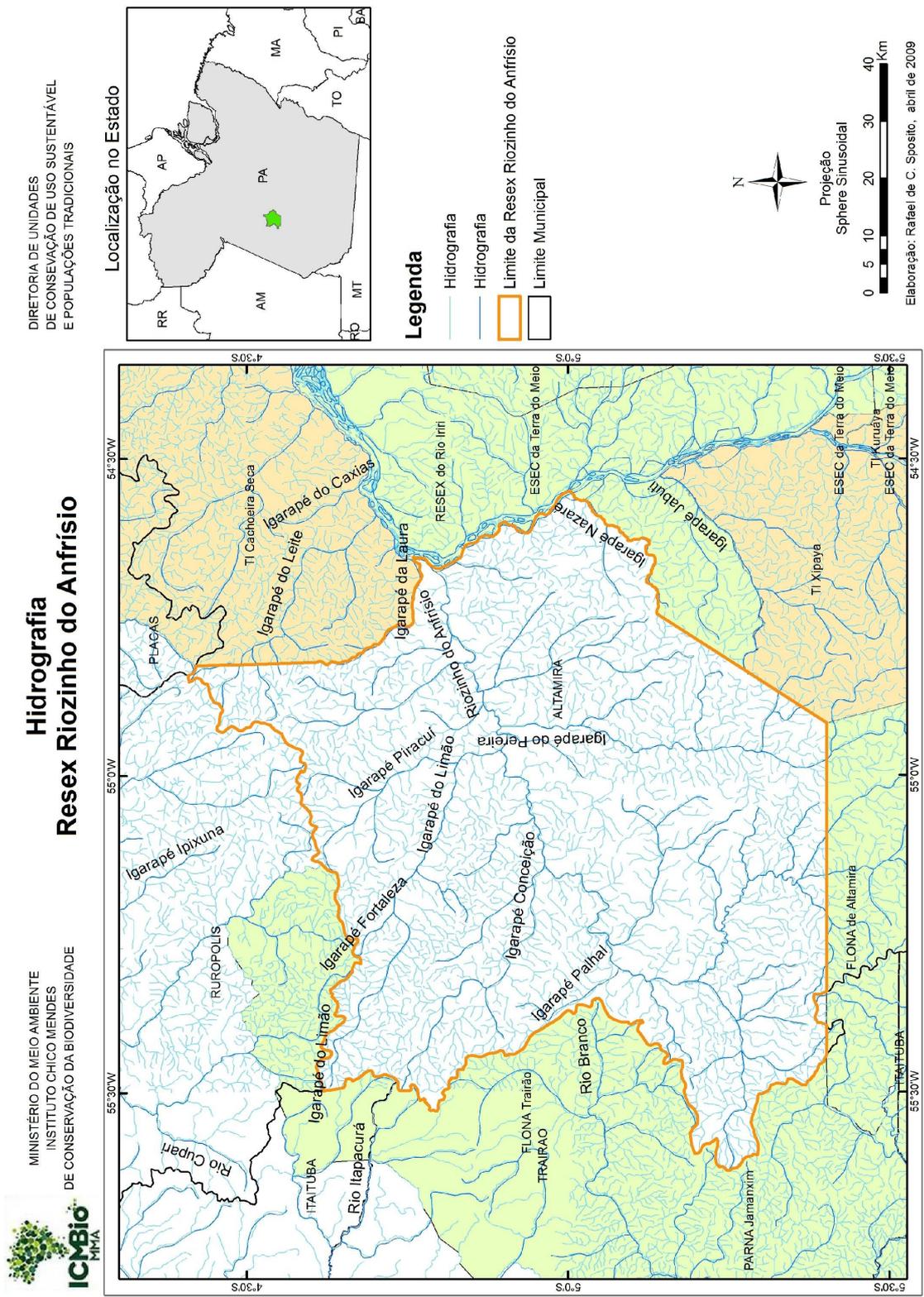
#### 2.4.2.5. Clima

O interflúvio Iriri-Xingu e a bacia do Rio Iriri estão localizados sob o domínio climático quente, pois a temperatura média em seu regime térmico é superior a 22°C ao longo de todo o ano. Considerando-se o regime de umidade, o subdomínio climático é o úmido com três meses secos (julho a setembro em Altamira, PA). Quanto ao tipo climático, a sazonalidade estacional e os sistemas de circulação atmosférica apresentam caráter transicional do equatorial para o tropical, sendo que a região está sob o regime do Brasil central com o pico pluviométrico no verão e o mínimo no inverno (NILMER, 1989).

As chuvas periódicas são causadas por ventos do leste, originados pela massa de ar equatorial, bem como pelos ventos do norte, oriundos da convergência tropical. As estiagens são bem demarcadas, associadas aos ventos nordeste e leste, originados nos anticiclones subtropicais do Atlântico Sul e Açores.

Apesar das temperaturas média dos meses mais frios não serem inferiores a 20°C, as mínimas diárias do sul do Pará como um todo podem ser inferiores a 12°C quando ocorre a passagem do anticiclone polar de trajetória continental durante o inverno. Essas invasões quando são excepcionalmente intensas causam o fenômeno conhecido por friagem, caracterizado pela umidade específica e relativa elevadas, associada a chuvas frontais, seguidas por ausência de nebulosidade e queda brusca da temperatura, com duração média de quatro dias.

Nos dados climáticos recolhidos pelo RADAMBRASIL (BRASIL, 1974), a localidade mais próxima do interflúvio Iriri-Xingu e Iriri-Jamanxin é Altamira. A sua normal climatológica é classificada como clima Xeroquimênico: dias curtos, temperatura média do mês mais frio superior a 15°C e um período seco de até 40 (quarenta) dias delimitado por chuvas torrenciais em transição para Xerotérico.



**Figura 2.14.** Hidrografia da Resex Riozinho do Anfrísio .

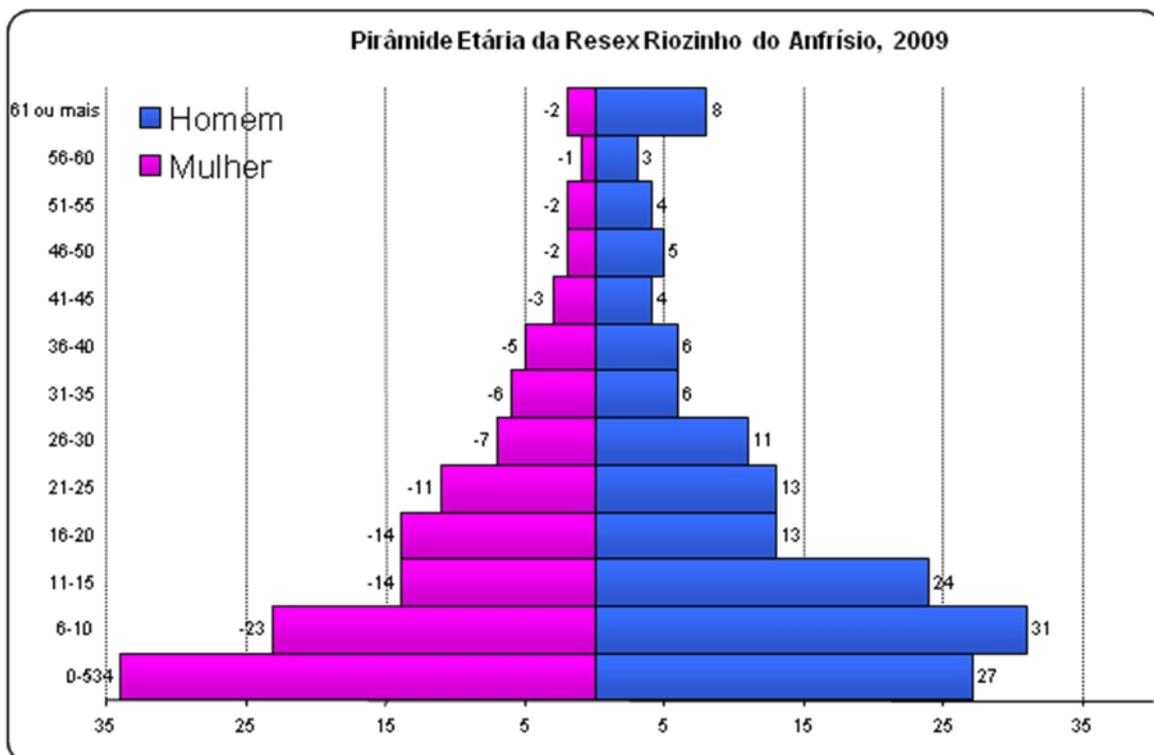
## **2.5. Caracterização Social**

### **2.5.1. Perfil geral da população**

A população da Resex Riozinho do Anfrísio está distribuída em vinte e seis localidades ao longo do Riozinho. Segundo o levantamento demográfico realizado em 2006 (ICMBio, 2008), e atualizado em 2009, foram identificados duzentos e setenta e nove habitantes na Resex, distribuídos em cinquenta e sete famílias desde a localidade denominada Praia do Frizan até a localidade Buenos Aires.

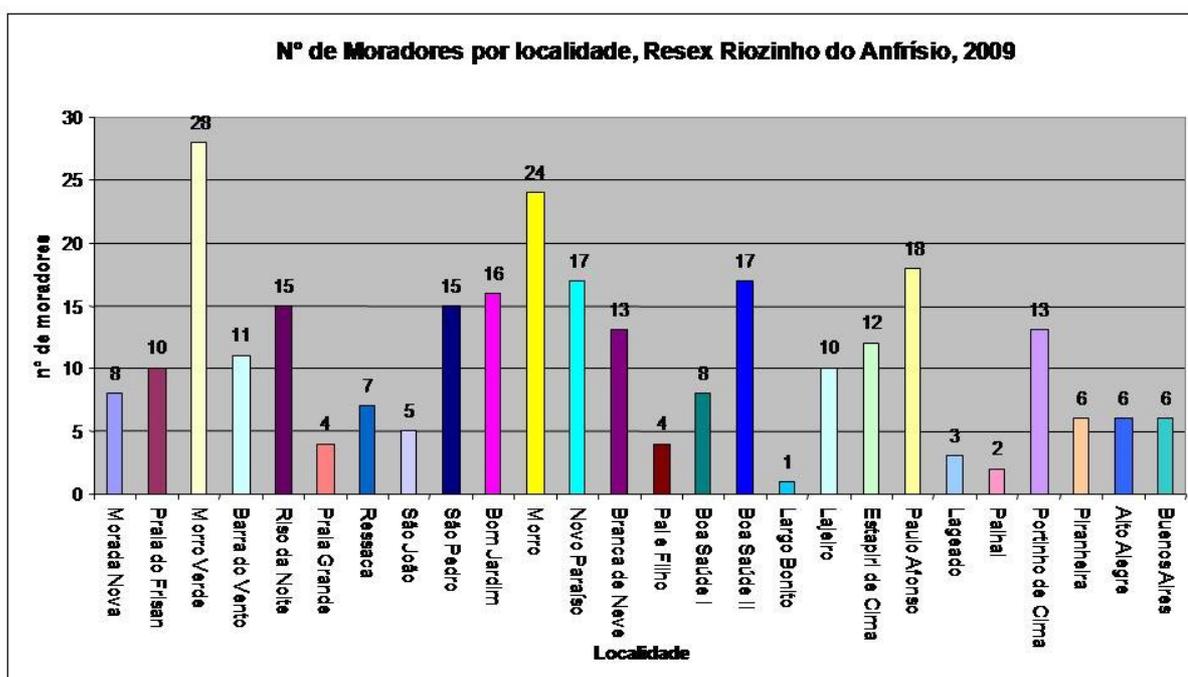
Desde o levantamento demográfico da Resex (2006) até a atualização realizada em maio de 2009, houve um aumento no número total de habitantes de cerca de 8,6 % da população total. O principal motivo deste aumento foram os novos nascimentos que aconteceram nesse período. Atualmente, devido aos rearranjos familiares que acontecem principalmente pela realização de novos casamentos, estão ocorrendo mudanças internas na população, com o aumento do número de domicílios. Estas uniões são realizadas, sobretudo entre membros das próprias comunidades. Os moradores que se unem com pessoas de fora tendem a sair da Resex. Outra característica deste rearranjo são os filhos que estão deixando de morar na casa dos pais e abrindo novos domicílios, mesmo sem estarem casados.

A Resex do Riozinho do Anfrísio tem na sua composição etária a característica de uma população jovem. Observa-se na pirâmide etária (FIGURA 2.15) que há uma concentração de pessoas nas cinco primeiras faixas de idade, que vai de zero a vinte e cinco anos. Na composição geral há mais homens do que mulheres, 55,5% são homens e 44,5% são mulheres.



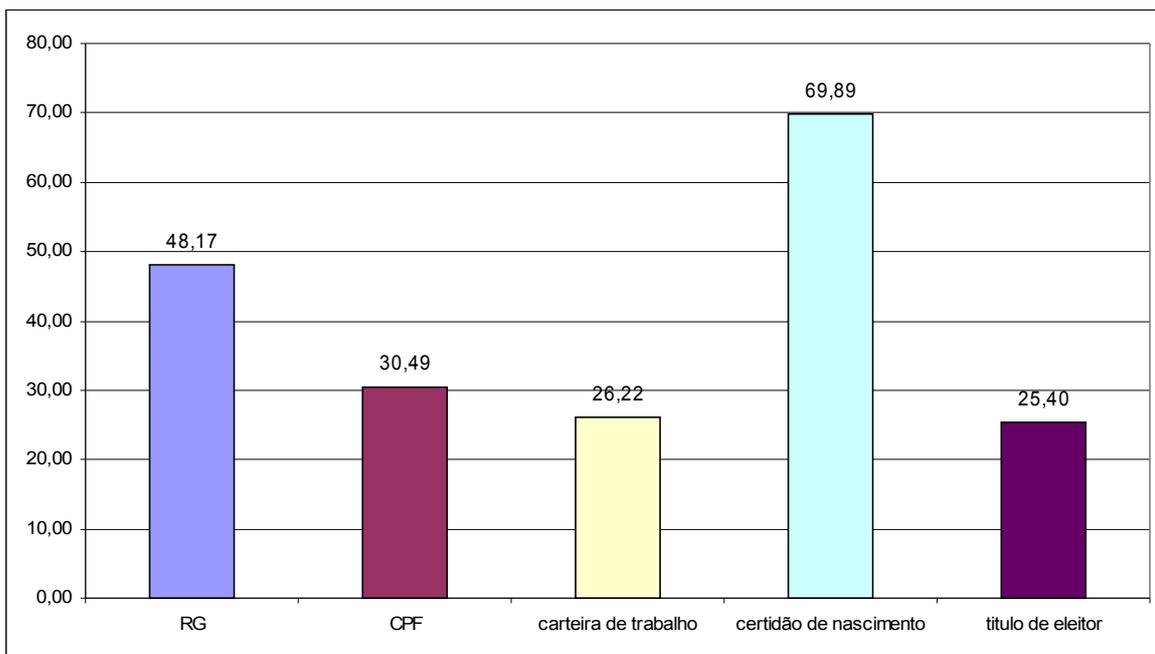
**Figura 2.15:** Distribuição etária na Resex Riozinho do Anfrísio.

Segundo levantamento realizado pela equipe da Resex em 2009, a localidade de maior concentração populacional é o Morro Verde, com vinte e oito habitantes e seis famílias, e a de menor é o Largo Bonito, com apenas um morador (FIGURA 2.16).



**Figura 2.16:** Quantidade de moradores distribuída pelas localidades.

Com relação à documentação básica de cidadania, 69,89% possuem Certidão de Nascimento, 48,17% possuem RG, 30,49% possuem CPF, 26,22% possuem Carteira de trabalho (FIGURA 2.17). Outra documentação importante é o título de eleitor, sendo que 25,40% das pessoas com dezesseis anos ou mais possuem este documento. Estes números podem sofrer alterações, pois com ações como o Balcão da Cidadania, novos documentos são tirados. Boa parte dos moradores do Riozinho do Anfrísio conseguiu documentação graças a expedições desta natureza organizadas pelo ICMBIO e pela sociedade civil organizada, em parceria com os órgãos públicos, o que permitiu acesso às políticas públicas e direitos até então inacessíveis para essas populações.



**Figura 2.47:** Documentação na Resex Riozinho do Anfrísio.

### 2.5.2. Histórico da Ocupação

Os principais critérios para instalação das primeiras colocações e moradas familiares que lá se instalaram para trabalharem na extração de látex foram a existência de áreas com bons seringais, de castanhais produtivos e a possibilidade de garantir boa moradia, em locais de bom acesso, próximo do rio, onde estivessem seguros de inundações (Rocha et al., 2005).

A dominialidade fundiária, para as famílias ribeirinhas, tem uma significação bastante relativa. Não existe conceito de propriedade da terra para as famílias, mas o castanhal é um marco de ocupação. Segundo os moradores, o primeiro a chegar ao castanhal ainda sem benfeitorias (estradas, limpeza do entorno das árvores, etc.) era considerado o proprietário. Mesmo à margem de qualquer registro dominial, é legitimada, perante o grupo, a propriedade daquele que ali primeiro trabalhou. Temos aqui o modo tradicional camponês de apropriação do território pelo trabalho, ou seja, se é dono do trabalho na terra e não da terra em si (TORRES, 2007).

Todas as áreas individuais foram delimitadas incorporando terras nas duas margens do Riozinho do Anfrísio, sendo que esses limites são reconhecidos por todos.

Quando os filhos ou filhas se casam, geralmente ficam trabalhando nos piques da família e em outros casos, exploram outros piques oferecidos por parentes ou conhecidos, até mesmo devido à abundância de produtos em diferentes localidades.

Atualmente, a instalação das famílias em certos locais tem como referência a primeira ocupação realizada, que geralmente foi feita por parentes (avós e pais). Esse direito de uso é reconhecido para as gerações futuras e pelos demais ribeirinhos.

Hoje, o Plano de Utilização é elaborado de acordo com essas tradições, define o modo como podem ser ocupadas as moradas abandonadas, a mudança de uma família para outra comunidade e a utilização dos castanhais e das áreas comuns. O Plano de Utilização é um dos capítulos deste Plano de Manejo.

Muitas das famílias que moram na reserva tem parentes na cidade de Altamira, havendo, inclusive, pioneiros da ocupação no Riozinho, que moram nessa cidade. Além disso, é em Altamira que ocorre a maior parte das relações de comércio e acesso aos serviços sociais básicos, sendo que os moradores ficam hospedados em casas de parentes ou de ex-moradores do Riozinho do Anfrísio ou ainda, na casa de apoio mantida pela Associação de Moradores. Em menor grau de importância, aparecem as cidades de Trairão e Itaituba que são freqüentadas principalmente pelas famílias do Alto Riozinho do Anfrísio.

Utilizando-se dos piques de castanhas, identificou-se que os limites das áreas individuais tem de cinco a oito quilômetros de fundo, enquanto que o comprimento da frente é mais impreciso. A definição dos limites frontais é realizada utilizando-se de referências como os igarapés ou grotas (Rocha et al., 2005).

No entanto, existem várias contradições nesses limites, pois as referências de distância das famílias mudam muito. Algumas famílias do Riozinho do Anfrísio utilizam antigas referências introduzidas pelo padre Ângelo Pansa, que na década de 1980 emitia documentos com a indicação de posse de áreas de cinco quilômetros de frente e dez quilômetros de fundos para cada família para que servisse de subsídio para futura regularização fundiária, o que foi freqüente em localidades do Xingu e Iriri.

No período de coleta dos produtos em áreas mais distantes de suas moradas, todos os membros das famílias deslocam-se para essas áreas, nas quais permanecem por longos períodos, em torno de trinta a quarenta e cinco dias, e geralmente vão em grupos de duas ou três famílias para facilitar a instalação e segurança.

A geografia do rio parece influenciar na escolha de se manter no lugar ou buscar oportunidades de geração de renda em outros locais para além dos limites da Resex. No verão, por exemplo, os regatões dificilmente sobem até o Alto Riozinho, fazendo com que essas famílias tenham que necessariamente suprir suas necessidades por produtos industrializados com viagens até Altamira ou encomendas a algum familiar ou conhecido que possa trazer os produtos.

A migração temporária é um traço destas populações e uma das principais características das famílias da Resex Riozinho do Anfrísio. Em situações de dificuldades financeiras, as quais ocorrem geralmente no período do verão, quando se encerra a venda da safra da castanha, algumas famílias procuram a cidade em busca de oportunidades de geração de renda (extrativismo de açaí, diárias em fazendas de cacau, construção civil, etc). Outras buscam os garimpos, fazendas, entre outras formas de ocupação para obter remuneração. Outra forma de migração comum entre as famílias é a busca por uma maior proximidade de serviços, sobretudo a educação formal e o atendimento em saúde.

### **2.5.3. Formas de organização**

A estrutura de organização que predomina na Resex Riozinho do Anfrísio é a familiar. As relações sociais de parentesco são as mais evidentes, com o estabelecimento de intensa rede de casamentos entre famílias das localidades. É comum a presença de filhos de criação, devido à prática de adoção, ou de enteados. Identifica-se também, pequenas redes de vizinhança. Atualmente, descendentes dos pioneiros e que ainda residem no Anfrísio tem maior rede de relações de parentesco no local.

É na família e a partir dela que se mostram as marcas do trabalho cotidiano, que se constroem e se socializam diversos conhecimentos, hábitos e formas de se relacionar com outras pessoas para além da família.

Foram identificadas apenas duas situações em que a organização extrapola o nível da família e acaba envolvendo um maior número de moradores. Uma delas é quando há algum problema grave de saúde na reserva. A outra situação em que os moradores costumam se organizar é para a realização de festas.

A história recente de associativismo que caracteriza a Resex Riozinho do Anfrísio traz as pistas do entendimento do momento político que vivem as famílias que ali residem. Enquanto há pessoas que participam das reuniões, que se envolvem nos trabalhos comunitários, há outras que ainda não entendem o associativismo como uma forma de conquista de direitos.

Entende-se que há a necessidade de se promover ações de formação política com os moradores do Riozinho do Anfrísio, procurando dialogar acerca do fazer política, dos aprendizados históricos da democracia, do poder do povo, quais os avanços, quais as dificuldades. Esta questão da formação política é algo fundamental para o fortalecimento da organização comunitária, pois é no exercício de entendimento do que é política, das dificuldades de atender a interesses coletivos em detrimento de interesses próprios, que se constrói uma convivência mais respeitosa com o outro.

### 2.5.3.1. Divisão do trabalho

Conforme será tratado no item “Caracterização econômica”, as principais atividades de geração de renda das famílias da reserva são: a pesca, coleta da castanha (*Bertholletia excelsa*), extração do óleo de copaíba (*Copaifera spp.*), do breu e o processamento da andiroba (*Carapa guianensis*) e da farinha de mandioca. A maior parte destas atividades é predominantemente masculina.

As mulheres, em geral auxiliada pelos filhos, encarregam-se da limpeza e outros serviços da casa: preparação das refeições; cuidado com a criação de animais; ajuda no plantio e manutenção das roças; processamento da farinha; e tratamento do peixe e da caça para armazenamento. Elas também participam das atividades de coleta de castanha e de outros produtos esporadicamente. De acordo com um morador da reserva, o serviço do homem é pesado, porém dura um tempo definido. Já a mulher está o tempo todo trabalhando.

As crianças começam a ajudar nos trabalhos desde pequenas, variando a idade de família para família. A partir dos dez anos, em geral, ocorre a separação dos trabalhos por gênero: as meninas auxiliam a mãe e os meninos o pai, com raras exceções. Também é comum ver as meninas mais velhas, geralmente a partir dos onze anos, cuidando dos irmãos e irmãs mais novos. O trabalho de menores não tem caráter exploratório, sendo uma fonte de aprendizado e de estabelecimento de laços familiares. Esta fase de aprendizagem é fundamental no processo de formação dessas populações, tanto pelo seu aspecto de aquisição de valores, como também pela construção do saber-fazer essencial à sua subsistência e de sua família.

Eventualmente se estabelecem teias de relacionamento que vão além da família. Em momentos de dificuldades financeiras é comum um morador recorrer a outro para auxiliar na produção, como ocorre, por exemplo, com a castanha. Quando o extrativista não obtém a renda satisfatória com sua própria produção, ele solicita quebrar castanha em outro castanhal, geralmente de um parente ou compadre, ficando com as castanhas que conseguir quebrar. Existem outras atividades como a construção de barracões, a coleta e escoamento de castanhas e o processamento da farinha de mandioca, que também vão além da organização familiar.

#### 2.5.4. Atividades culturais

Os festejos em geral têm caráter religioso. Geralmente a família faz promessa para um santo e, quando esta é atendida, realiza-se uma festa em sua homenagem. Se a festa é bem sucedida no primeiro ano, ela se repete nos anos seguintes. Costuma ser organizada e patrocinada por uma única família, não havendo ajuda com comida ou recursos por parte dos convidados. As principais atividades realizadas são a reza (depois do jantar), comidas típicas (sendo a carne de porco doméstico a preferida), brincadeiras (jogos de futebol e dominó) e dança (brega, forró e lambada).

No Riozinho do Anfrísio a maioria das festas se extinguiu quando os organizadores morreram ou foram embora. A única de maior porte que ainda ocorre é a do “dia de Natal”, na localidade do Novo Paraíso, organizada pelas famílias da própria localidade. Nesta ocasião, comparecem moradores do alto e baixo Riozinho, assim como do Iriri. Lá ocorre a brincadeira do mastro, na qual há um mastro com uma bandeira na ponta e quem pegar a bandeira deve entregá-la a outra pessoa. Essas duas pessoas devem então ajudar a família a organizar a festa no próximo ano.



**Figura 2.58:** Atividade esportiva nos festejos da comunidade (SILVA, 2007).

## **2.5.5. Infraestrutura**

### **2.5.5.1. As moradias**

A Resex Riozinho do Anfrísio apresenta exemplos marcantes da arquitetura ribeirinha, como não mais se encontra em populações tradicionais na maior parte do Brasil (FIGURA 2.19). A grande maioria das construções da Reserva apresenta 100% de materiais retirados diretamente da mata e beneficiados pelos próprios moradores. Pode-se observar a presença de técnicas e procedimentos construtivos tradicionais, que se transmitem por gerações, através da passagem de conhecimentos de pai para filho.

A forma tradicional de construção de moradia é constituída por uma série de etapas em que, na maioria das vezes, o executor é o próprio chefe de família ajudado por vizinhos e familiares, principalmente na etapa de “fechamento da cobertura”, ou telhado (ANEXO 2).

Esse tipo de moradia possui características que permitem uma melhor ventilação e um melhor equilíbrio térmico. No Riozinho é recorrente a presença de fechamento lateral em barro e, em menor escala, em palha ou madeira. Esses três materiais, adicionado à cobertura de palha de babaçu, favorecem uma melhor qualidade de habitação, além de constituírem elementos básicos da arquitetura tradicional da região.



**Figura 2.6:** Exemplo de moradia típica da Resex.

É importante notar que nos últimos anos, com a construção de barracões comunitários que demandam grande quantidade de palha de babaçu para serem cobertos, as famílias têm sentido maior dificuldade para encontrar palha para cobrir suas próprias casas. Isso tem aumentado a pressão sobre esse recurso, pois cada cobertura necessita ser trocada em média a cada quatro anos. Dessa forma, alguns moradores têm sugerido a utilização de “taubilha” (cavaco) para a cobertura dos barracões.

As principais madeiras utilizadas, tal como nomeadas pela população local, são: ameiju, jarana, louro, lacre, maçaranduba, maçarandubinha, preciosa, aquaricoara e amargosa, dentre outras. As amarras das estruturas das moradias usam cipós ambé, timbó e titica, com destaque para espécies identificadas como envira (*Annonaceae*).

Para a fabricação de peças artesanais usadas no cotidiano doméstico relatam-se a fabricação de canoa e remo, esteiras, cestos, paneiros, balaio, jamanxins (cestos longos, de traçado hexagonal com alças), quibane, peneiras, arco e flecha, cabo para vassoura, vassoura de cipó titica, espeto para churrasco, colher de pau, dentre outros. A fabricação desses artefatos se vale de palhas novas de inajá e babaçu; cipós ambé, timbó e titica; espécies como a amargosa, ubí, arumã, canela de jacamin, flexal, jenipapo, maraúba, gema de ouro, chifre de veado e camurim, dentre outras. São espécies comumente encontradas

por toda a área da Resex. Para uso artesanal na confecção de biojóias, indicam-se sementes como são as de seringa, bacaba, bacabinha, munbaca, inajá, açaí, babaçu, mulungú, murumuru, tucum, marajá, paxiúba, castanha-do-pará, castanha sapucaia, sororoca, coco da praia, olho de boi, sôva, amapá, jatobá, mururé e tauari.

Para queimar no fogão a lenha, as madeiras mais utilizadas são a itaúba, seringueira seca, abiorana, amejú, camurin, pau macaca, peruano, casca seca, quina-quina, angico e angelin.

Para a fabricação de remos e canoas utiliza-se as madeiras faveira, piqui, tamburi, cedro, louro rosa e itaúba. No fabrico de cabos de ferramentas (enxada, foice, machado, martelo) são usuais madeiras como carapanaúba, tatajuba, freijó, quina-quina e jarana, reconhecida pela durabilidade e facilidade de acesso ao recurso.

As localidades maiores caracterizam-se por contarem com algumas residências, além da casa de farinha e algum barracão de pequeno porte, geralmente aberto. Internamente, as moradias contam com jirau para labores de cozinha e fogão a lenha, e sua planta arquitetônica é dividida em sala, cozinha e quartos. A maioria da população repousa à noite em redes encobertas por um mosquitoireiro, a fim de evitar contato direto com insetos, como por exemplo, o transmissor da malária.

A maioria das habitações não conta com instalações sanitárias ou rede de esgotos. Suas necessidades fisiológicas são efetuadas nas proximidades da residência. Em 2005, a Secretaria de Saúde de Altamira elaborou um projeto sanitário a pedido da comunidade, voltado para a capacitação dos moradores no implante de sistema de fossas sanitárias com pedra de cimento doada pela FUNASA. Após a oficina de saneamento e a preparação das cinquenta pedras no local, dez banheiros foram construídos até 2007 (SILVA, 2007) (FIGURA 2.20).



**Figura 2.7:** Instalação de pedra de cimento em uma localidade da Resex (SILVA, 2007).

A água utilizada para atividades cotidianas, como lavar roupas e louça, limpar a caça e peixe, e para a higiene pessoal é captada diretamente do rio. A água usada na culinária e para beber é armazenada em recipientes diversos, como latas, plásticos, filtros de barros e potes. A água de beber é comumente esterilizada com hipoclorito de sódio.

O lixo produzido é geralmente queimado ou enterrado, poucos são meramente descartados nos quintais. Embalagens em materiais resistentes como vidro, plástico ou lata são aproveitadas e usadas no armazenamento de alimentos ou pequenos objetos.

Destaca-se que esta população produz menos lixo que as populações das cidades, pois elas reutilizam as embalagens e possuem pouco acesso aos produtos industrializados. Por isso, esse modo de vida é muito menos dependente de plásticos, borrachas e demandam menor quantidade de energia para consumo familiar.

#### **2.5.5.2. Infraestrutura comunitária**

Além das moradias descritas acima, outros exemplo de infra-estrutura comunitária são: barco comunitário, equipamentos de navegação desenvolvidos localmente, locais para

reunião (núcleos comunitários), campos de futebol, pontos para pouso de helicóptero ou avião, estradas vicinais (varadouros)<sup>4</sup>, casas de farinha, sistema de comunicação em rádio amador, locais para a instalação de base de fiscalização. Perto das moradas do alto e do baixo riozinho, nas extremidades da reserva, pequenos aviões (táxi-aéreo) podem aterrissar nas pistas existentes: Formiga e Frizan (FIGURA 2.21).



**Figura 2.28:** Pistas existentes nas localidades de Formiga e do Frizan, no interior da Resex Riozinho do Anfrísio (SILVA, 2007).

Os dois pontos escolhidos inicialmente pelas famílias para instalação dos núcleos comunitários foram as localidades do Morro e Lajeado. Foram indicados em razão da localização geográfica mais centralizada e por sua privilegiada estrutura física em relação ao relevo mais elevado. Durante a elaboração do Plano de Utilização, foram escolhidas mais duas localidades para serem centros comunitários: Boa Saúde e Morro Verde.

Por fim, à época da criação da Resex, algumas famílias denunciaram ameaças por diferentes grupos de especuladores que atuavam nestas áreas. Tais denúncias levaram, em novembro de 2004, à implantação de uma base do Exército Brasileiro (EB) do 53º BIS de Itaituba/PA (FIGURA 2.22). O fortalecimento da infra-estrutura local de segurança, batizada pelo Exército como Operação Presença, levou à concentração de famílias no entorno da localidade Bom Jardim, aumentado ainda pela expectativa de criação de um núcleo comunitário.

<sup>4</sup> Varadouro é o termo empregado pela população local para designar certo tipo de abertura na floresta, também conhecida como picada, para os deslocamentos pela floresta. Na época áurea do ciclo da borracha, tropas de animais (burros) eram usadas em longas viagens, com duração entre oito e doze dias, para, por estes caminhos, escoar a produção de peles e borracha nos mercados do município de Fordlândia.



**Figura 2.9:** Presença do Exército Brasileiro na Resex (SILVA, 2007).

A Operação Presença deu suporte logístico às ações do Estado que chegavam à comunidade e cuidou da segurança de lideranças comunitárias ameaçadas por grupos de grileiros que rodeavam as áreas da reserva. Segundo o Exército, porém, tanto a diminuição das ameaças quanto a presença efetiva do ICMBio, assim como os altos custos com a manutenção, culminaram com o fechamento da base, em agosto de 2005.

Abaixo estão especificados alguns itens de infra-estrutura básica da Resex Riozinho do Anfrísio.

- Sede da associação comunitária – está localizada atualmente na comunidade Morro.
- Microscópio – utilizado para testes de malária, encontra-se na localidade Bom Jardim.
- Rabetas (pequenas embarcações): existem vinte e duas rabetas na Resex hoje, sendo dezesseis delas particulares. As seis da comunidade estão assim distribuídas: uma no Alto Alegre, duas no Paulo Afonso, uma no Portinho de Cima, uma em Boa Saúde e uma no Morro.
- Barco comunitário – encontra-se no Morro Verde, de propriedade da Associação.
- Rádio amador – são seis os rádios amadores da comunidade: Morro Verde, Bom Jardim, Morro, Novo Paraíso, Boa Saúde e Paulo Afonso (em manutenção). Em Portinho de Cima há um rádio de uso particular.

- Televisão e Antena Parabólica – somente as localidades Novo Paraíso e Bom Jardim possuem televisão e antena parabólica.
- Gerador – Somente as localidades Novo Paraíso, Barra do Vento e Bom Jardim (de utilização da microscopista) possuem gerador.
- Locais para reunião – as localidades Bom Jardim, Morro, Boa Saúde e Lajeado estão mais estruturadas, possuindo barracões para realização das reuniões.
- Local para pouso de helicóptero – é possível o pouso de helicópteros nas seguintes localidades: Portinho de Cima, Lajeado, Boa Saúde I e II, Novo Paraíso, Bom Jardim, São Pedro, Praia Grande, Barra do Vento, Praia do Frizan.
- Pista de avião – na localidade Praia do Frizan há uma pista de pouso.
- Poço Artesiano – na localidade Bom Jardim.

### **2.5.5.3. Transporte**

Como descrito no item acima, há pontos para o pouso de aeronaves (helicóptero), localizados na localidade da Praia do Frizan (pista), Barra do Vento, São Pedro, Bom Jardim, Novo Paraíso, Volta da Escada, Boa Saúde I, Portinho de Cima e Formiga. Na Praia do Frizan e em Formiga também há pistas de pouso que, se limpas com regularidade, poderão ser usadas para pouso e decolagem de pequenas aeronaves.

Há estradas construídas devido ao processo de exploração madeireira e grilagem. Ressalte-se que as estradas só possuem alguma garantia de tráfego durante o período da estiagem e que a distância até a BR-163 é longa e de difícil acesso, manutenção e segurança.

Quanto ao acesso fluvial, destacam-se os grandes entraves naturais (corredeiras) para chegar a Resex, principalmente no período da estiagem, ficando mais evidente a presença de pontos perigosos para a navegação.

No Riozinho, as maiores dificuldades estão nos trechos acima da localidade Morro Verde, Livramento, Ressaca, entre o Morro (núcleo) e a Branca de Neve, e a partir da Boa Saúde até a localidade do Lajeado, com intensa dificuldade para as épocas mais secas.

A comunidade do Riozinho do Anfrísio conta com um barco que foi conseguido por meio de uma doação. Contudo, este barco acaba não desempenhando seu papel no auxílio ao transporte, pois seu modelo não é apropriado para navegação ao longo do Riozinho. Além disso, o barco comunitário necessita de manutenção.

Os regatões são comerciantes que utilizam-se de embarcações de maior porte para, dentre outras finalidades, transporte de passageiros e cargas, além de comprar parte da produção da Resex para revenda nas cidades. Apenas uma família tem barco próprio para ir para cidades como Altamira ou a outras localidades do Xingu. Vale ressaltar ainda a existência de moradores em idade adulta que nunca saíram da comunidade, não conhecendo nenhum lugar fora a sua área de convivência.

#### **2.5.5.4. Comunicação**

O Sistema de Comunicação na comunidade vale-se de rádio amador (chamando as localidades Morro Verde, Morro, Novo Paraíso, Bom Jardim, Boa Saúde, Paulo Afonso (em manutenção) e Portinho de Cima. Em algumas localidades há um forte hábito de escutar, mediante rádio a pilha, a rádio Nacional de Brasília e Nacional da Amazônia.

Os regatões servem também como canais de comunicação, por onde se dá a intermediação de cartas, recados e produtos entre as famílias da reserva e outras localidades.

Outra forma de se comunicar com as famílias da comunidade do Riozinho do Anfrísio é mediante contato com a base de rádio em Altamira (particular). Pelas ondas de rádio os moradores realizam contatos com parentes que residem em outras regiões da Macrorregião do Rio Xingu. Quando querem denunciar algum fato de maior relevância, é pelo rádio que se fazem ouvir de Altamira, às instituições como IBAMA e ICMBio, que possuem equipamentos de radiocomunicação. Porém, todo esse sistema de comunicação

instalado na Resex ainda não foi aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o que implica reconhecê-lo sob o estatuto de funcionamento irregular.

## **2.5.6. Políticas Públicas**

### **2.5.6.1. Políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**

Alguns tipos de Unidades de Conservação de uso sustentável acessam algumas políticas e programas do MDA e isto permite melhoria na qualidade de vida das populações e favorece o uso sustentável dos recursos naturais, principalmente nas reservas extrativistas.

O modelo da reserva, onde o foco é a conservação do modo de vida tradicional e dos recursos naturais, inova-se no aspecto de distribuição da terra, ao manter a terra sob domínio da União, com uso garantido para as populações residentes, mediante contrato de concessão do direito real de uso, sendo a área administrada por meio do conselho deliberativo da Reserva. Assim se favorece um maior controle e transparência no acesso a estas políticas e programas.

Após a criação da Resex do Riozinho do Anfrísio começaram-se articulações interinstitucionais, a fim de que houvesse reconhecimento da população da Resex como beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por parte do INCRA. A Portaria conjunta nº17 de 01/07/2009 INCRA e MMA, reconhece os extrativistas como beneficiários do PNRA, contudo a inclusão dos ribeirinhos na relação de beneficiários (REB) do INCRA ainda não foi realizada, bloqueando a emissão da declaração de aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e assim, o acesso as principais políticas pretendidas para a Resex.

Melhorando a organização da associação comunitária, será possível acessar os programas da Companhia Nacional do Abastecimento - CONAB, o que permitirá a garantia de um preço justo, a ampliação dos conhecimentos dos ribeirinhos, a percepção da necessidade organizativa e por fim, a diferenciação entre pessoa física e entidade jurídica, conceitos ainda distante do universo extrativista da região do Xingu.

No caso da PGPM (Política Geral dos Preços Mínimos) que garante subsídios a produtos da sócio-biodiversidade, os produtos que contêm o preço mais atrativo para as comunidades são a seringa, que atualmente está garantida pela lei em R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos); e a castanha que entre março e maio, pode cair a um preço menor do que o garantido que é de R\$ 54,49 (cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) o hectolitro, o equivalente a aproximadamente duas caixas e meia de castanhas. Na Resex cada caixa tem 23 (vinte e três) quilos.

Com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) acredita-se que o gargalo gerado pela dificuldade de escoamento da produção devido ao difícil acesso, que encarece os produtos dos extrativistas da Resex, será minimizado pela possibilidade de aquisição pelo PAA, para doação desses alimentos para as escolas do interior da Resex e cidades circunvizinhas, com a declaração de recibo emitida pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação), acessando assim a modalidade de doação simultânea. Desta forma, os preços operados por este programa serão atrativos para a realidade da Reserva. As outras duas modalidades do PAA são atrativas, mas requerem maior organização comunitária e gestão dos recursos individuais.

Destaca-se que foram ministrados cursos pela CONAB e este assunto foi compartilhado nas reuniões do conselho. Já existe a formação de um grupo de trabalho para facilitar a escrita de projetos e operação com o PAA, porém a documentação exigida, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, por exemplo, dificultava o acesso a este programa.

Por fim, o acesso ao PRONAF e aos créditos, como apoio inicial atualmente em torno de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), garante segurança alimentar e compra de pequenos utensílios, além do crédito habitação, para reforma e melhoria das condições de moradia dos ribeirinhos (sem prejuízo da arquitetura local e modo de vida). Esses são os mais comentados e acredita-se que operando esses recursos, os ribeirinhos poderão melhorar sua qualidade de vida e bem estar. A liberação e o acompanhamento desses créditos devem passar pelo Conselho Deliberativo da Resex com anuência do chefe da unidade, a fim de que haja bom uso dos recursos e distribuição do benefício, com respeito às leis ambientais e arquitetura tradicional.

### 2.5.6.2. Educação

A existência de escolas públicas no Riozinho do Anfrísio é muito recente. Na época dos seringalistas, houve algum tipo de ensino informal. Mas até fevereiro de 2007, nenhum sistema de ensino fora implantado na Resex.

Em 2008, a Secretaria de Educação de Altamira (SEMEC) enviou duas professoras, para trabalharem num barracão construído pelos próprios comunitários na localidade do Morro.

Segundo dados da SEMEC, a demanda por educação não atendida na Resex se distribui em: quatorze alunos em Novo Paraíso, dezesseis em Boa Saúde e vinte e seis em Lajeado. Ainda há cerca de trinta e quatro crianças e jovens na Praia do Frizan dispostos a estudar. Apesar da iniciativa da SEMEC, esses números deixam evidente a necessidade de se investir ainda mais em políticas públicas que garantam a ampliação do acesso da comunidade à escola, bem como sua permanência e ensino de qualidade.

As dificuldades de acesso à escola, enfrentadas pelas reservas extrativistas, não são isoladas. São fruto dos problemas históricos da educação pública escolar no Brasil, que atingem o sistema educativo como um todo e os atores sociais envolvidos. Em relação à educação no campo, que tem um histórico de décadas de luta, tanto no que diz respeito à reivindicação do acesso à escolarização, como também de sua qualidade, Arroyo (1998) nos recorda que:

Sempre foi tensa a relação do homem com a terra, as relações sociais no campo foram e são tensas. [...] O movimento social do campo mostra como [a educação] incomoda pelo que traz de avançado, de dinâmico. (ARROYO, 1998: 23-24).

É nesse contexto que se tem dado a construção do acesso ao direito à educação das populações do campo: através da luta pela implementação de políticas públicas educacionais e pela garantia de que essa educação seja construída a partir das “matrizes culturais” que foram edificadas em séculos de convivência com a terra dos homens e mulheres que junto dela têm vivido.

Além da implantação das escolas em outras regiões, os professores e as famílias pedem melhorias nas escolas já existentes: fechamento lateral de tábuas (até

aproximadamente 1,5 metro de altura) e de tela protetora contra insetos; iluminação para as aulas noturnas com jovens e adultos; melhoria na qualidade da merenda dos estudantes; acesso ao Programa de Merenda Regionalizada; transporte escolar, entre outros investimentos.

Uma demanda especialmente enfatizada pelos moradores da Resex foi a educação de jovens e adultos, a fim de garantir o acesso à leitura e escrita àqueles que tiveram seus direitos negados historicamente. Isto porque, além de haver demandas por este tipo de ensino, seria uma forma de melhorar a relação que as famílias têm com o cotidiano da escola, participando das decisões que afetam a escolarização e a educação das suas crianças e jovens, bem como interpretando e intervindo na realidade de formas crítica.

Porém, esta alfabetização não pode ter como ponto de partida uma concepção de analfabeto como sinônimo de incapaz, de pouca inteligência, fruto da preguiça. Segundo Freire:

Este modo de tratar os adultos analfabetos implica uma deformada maneira de vê-los – como se eles fossem totalmente diferentes dos demais. Não se lhes reconhece a experiência existencial bem como o acúmulo de conhecimentos que esta experiência lhes deu e continua dando (FREIRE, 1978:14).

E é Freire (1978) mais a frente que traz mais elementos de uma educação de jovens e adultos desde um ponto de vista crítico.

Mais que escrever e ler que a ‘asa é da ave’, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (FREIRE, 1978:16).

Esta concepção de educação, na qual os conhecimentos de leitura e escrita do mundo são construídos com base na experiência de vida dos educandos, e no diálogo destes com o educador, assume pra si uma tarefa que marca os trabalhos educativos de caráter crítico. Segundo Brandão:

É tarefa desse tipo de trabalho cultural gerar transformações de consciência, de expressão simbólica e ideológica, de qualidade de mobilização e de organicidade da prática política entre sujeitos, pequenos grupos, comunidades e outros setores e espaços populares (BRANDÃO, 2002:60)

Aproveitar o Conselho Deliberativo, instrumento legal adotado pelo SNUC, para contribuir nas articulações de ações que envolvam jovens e adultos, com caráter

mobilizador e emancipador. Isto é fundamental para ampliar a força deste instrumento de gestão que, devido ao seu caráter multidisciplinar e com participação de diversos atores da sociedade civil, deve também ter a participação efetiva dos moradores.

Por tudo até aqui apresentado, encontrando-se com a recomendação de “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações”, conforme Art. 18 do SNUC, conclui-se que a organização dos conteúdos deve se dar a partir do rico cotidiano de saberes das comunidades, de todos os conhecimentos agregados que estão presentes nos diversos ofícios que ali se dão (como o cultivo da roça, o extrativismo, a confecção de diversos utensílios), em diálogo com os conhecimentos sistematizados pelas ciências.

Há muitas “histórias”, “geografias”, “artes”, “matemáticas” e todo um rico conjunto de informações construído a partir do conhecimento tradicional das famílias que vivem à beira dos rios. Faz-se necessário, portanto, um processo de formação dos professores que agregue esses conhecimentos, que não se restrinja aos conteúdos dos livros didáticos, que enfatize principalmente o universo de quem habita a floresta.

É importante ressaltar que o processo de escolarização não é a única via para a educação das famílias. Ao lado de teorias pedagógicas que centram o foco no papel da escola para tratar do processo de formação do indivíduo, há outras que percebem a educação sob a perspectiva de educação na vida (SILVA, 2003; OLIVEIRA, 1998, 2003; VANGRELINO, 2004). De acordo com esta última, diversos ambientes contribuem no processo de formação das pessoas. A escola seria, portanto, apenas parte deste processo.

A família e o trabalho têm de ser levados em conta quando se analisa a questão da educação em uma comunidade rural. Pode-se considerá-los como espaços de convivência em que o conhecimento é construído no saber-fazer do cotidiano. Ambos os espaços se entrelaçam na manutenção das condições de moradia, higiene, alimentação e geração de renda, para a qual a relação entre pais e filhos é fundamental, sendo, portanto, crucial para construção de projeto político pedagógico na Resex.

Neste sentido, Arroyo (1998) argumenta que “os currículos das escolas básicas do campo não podem reproduzir o conjunto de saberes inúteis que estamos agora retirando da própria escola da cidade”. E continua aprofundando a discussão mais a frente:

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situarmos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos (ARROYO, 1998:26).

Para isto é necessário, como diz Porto Gonçalves (2004:43), “um saber presente, que dialogue com o lugar, que dialogue com os do lugar, e que não se imponha do alto, de fora”. Como bem lembra a Declaração “Por uma Educação do Campo” (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002) estas famílias da Resex Riozinho do Anfrísio:

Têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002:11)

Faz-se essencial exercitar o ouvir e o falar com as famílias da Resex, as quais vêm, historicamente – às vezes por caminhos tortuosos e contraditórios, mas não incoerentes – cultivando uma educação e toda uma visão de mundo a partir de suas histórias de vida em diálogo com outras formas de perceber o mundo, a partir de seus conhecimentos semeados na convivência familiar e comunitária. E esse exercício de ouvir e falar se efetivará na convivência, construindo caminhos de melhorias no encontro das diferentes maneiras de perceber o mundo.

Assim sendo, ao se pensar na implementação de políticas públicas para a educação, como também para outros direitos, na Resex Riozinho do Anfrísio, não podemos fugir da responsabilidade de assumir o desafio que nos faz Arroyo (1998):

A escola é mais um dos lugares onde nós educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura e a formação que acontece fora da escola (ARROYO, 1998:22).

Acredita-se que é neste processo de conquista de direitos, associado a um processo de promoção sócio-econômica, tendo como valor essencial o respeito aos saberes das famílias da Resex Riozinho do Anfrísio, que o objetivo de “proteger os recursos

naturais necessários à subsistência de populações tradicionais”, disposto no Artigo 4º do SNUC, será alcançado.

### **2.5.6.3. Saúde**

#### **a) Estado geral de saúde das famílias**

Na Resex Riozinho do Anfrísio, os homens têm uma atividade corporal intensa, caracterizada pelo cultivo da roça e do extrativismo. A atividade de extrativismo que parece exigir um maior esforço é a coleta de castanhas que se dá entre os meses de novembro a abril. Além das grandes distâncias percorridas para se chegar aos castanhais, é necessário realizar a coleta dos ouriços, a quebra destes e depois, talvez a mais desgastante de todas ações, o transporte das castanhas nos paneiros. Há relatos de moradores que chegam a carregar em seus paneiros um peso superior a cem quilos, às vezes por horas de caminhada nos varadouros. Isso parece conferir, por um lado, a estes moradores uma boa capacidade cárdio-respiratória e uma musculatura bem tonificada, proporcionando um relativo bem-estar. Por outro lado, os relatos de dores nas costas, presente em alguns diálogos com jovens e adultos, podem estar relacionado a esta atividade.

Entre as mulheres a atividade mais comum é o cuidado com a manutenção da casa e o cultivo da roça. As atividades de extrativismo, apesar de raras, também aparecem como atividades exercidas por elas. Já as crianças, em geral, apresentam uma rica habilidade motora, construída no cotidiano do aprendizado dos trabalhos domésticos, da agricultura e do extrativismo, assim como nas relações com um ambiente diversificado em formas e possibilidades de movimentos.

Esse conjunto de ações construídas e mantidas no cotidiano das famílias, associado a um cardápio variado de alimentos e livre de agrotóxicos, conservantes e outras substâncias que podem estar associadas à ocorrência de doenças, parece trazer um conjunto de benefícios à saúde dos moradores da Resex.

#### **b) Principais casos de doenças**

Os problemas de saúde mais relatados nos levantamentos são: parasitoses, malária, dermatoses, gripe, viroses, diarreia, leishimaniose tegumentar (“ferida brava”), dores lombares, enxaqueca, hepatite B e C, febre reumática, dores de estômago e infecção urinária. Lembrou-se ainda dos ferimentos causados por acidentes envolvendo animais, tais como picadas de cobra, insetos e ferroadas de arraia. A saúde bucal na região é bastante precária.

Na maioria das vezes quando os ribeirinhos estão com leishimaniose tegumentar ou malária, procuram atendimento na cidade. Para outras doenças, frequentemente recorrem aos remédios caseiros, cujas receitas são conhecidas por algumas pessoas da região.

No alto Riozinho, a estatística em óbitos é alta; tomando-se os últimos quinze anos como referência, segundo os próprios pais e lideranças mais antigas, ao menos três famílias perderam sete entes, em sua maioria crianças (Silva, 2007).

Hoje, ante o Decreto Presidencial nº 6.040<sup>5</sup>, há a expectativa de um cuidado maior com estas populações. O Decreto da criação da Resex também visa, dentre outros objetivos, “assegurar” a melhoria das condições de vida das pessoas que lá vivem.

### **c) Estrutura de Atendimento em Saúde**

Ao longo de toda a extensão da Resex Riozinho do Anfrísio não há nenhum posto de saúde. Em casos de doenças, são utilizados como apoio os postos de saúde das terras indígenas Cachoeira Seca, Xipaya e Curuaia. Os responsáveis pelos postos de saúde são receptivos e prestam os atendimentos necessários, porém, no caso de necessidade de remoção emergencial dos pacientes, não podem ajudar muito. Também há relato de restrição de medicação para ribeirinhos nesses postos. Atualmente, diversos pacientes não procuram mais os postos das TI.

---

<sup>5</sup> Com o Decreto Presidencial n. 6.040, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 de fevereiro de 2007, o governo brasileiro reconhece formalmente, pela primeira vez na história do país, a existência formal de todas as chamadas populações tradicionais do Brasil. Neste mesmo documento foi instituída a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), assegurando, no documento, políticas públicas de desenvolvimento sustentável, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, além do respeito à valorização de identidade, às suas formas de organização e às suas instituições.

Há dois Agentes Comunitários de Saúde (ACS), um morador da localidade Morro Verde, que atende os moradores do baixo Riozinho até a localidade Novo Paraíso, e outro, morador da localidade Estapiri, atendendo as famílias acima do Novo Paraíso até o alto Riozinho.

O governo federal provê a remuneração mensal de um salário mínimo para cada ACS. A Secretaria de Saúde de Altamira viabiliza uma ajuda de custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o pagamento de encargos sociais (INSS, salário família etc.) e o combustível para os deslocamentos do agente. A comunidade dá uma contrapartida na disponibilização de meios de transporte e comunicação utilizados pela agente para a efetivação do trabalho.

Segundo os agentes, o trabalho consiste basicamente em fazer um cadastro específico dos moradores – com dados como nome, idade, estrutura sanitária, criação de animais, doenças da família – e dar orientações nas casas sobre temas de saúde diversos: tratamento de água, lixo, fumo etc.

A entrega de medicamentos ocorre apenas nos casos diagnosticados pelo agente na localidade e levados para parecer de um médico em Altamira, que irá providenciar a receita.

Há também uma microscopista que reside na localidade Bom Jardim, onde realiza exames de malária e prescrição de medicamentos para seu tratamento.

No caso de emergências, os pacientes são removidos para Altamira nos barcos dos regatões que passam pelo Riozinho, ou em rabetas emprestadas, demorando por vezes até uma semana de viagem. Algumas vezes, dependendo da gravidade do caso e da época do ano, a remoção é feita pelo porto de Maribel de carro até Uruará ou Altamira, ou, no caso das famílias do alto Riozinho, são retiradas pela “estrada” que liga a Itaituba e Trairão.

Dessa maneira, os problemas de saúde são, na grande maioria, diagnosticados e tratados com base no conhecimento tradicional da comunidade. Algumas pessoas são detentoras de uma grande parte do etnoconhecimento sobre o uso de recursos naturais para fins terapêuticos (por exemplo, a fabricação de “remédios caseiros”), sendo procuradas por

outros moradores em casos específicos. Ademais, esse conhecimento é amplamente difundido entre as famílias.

Segundo os moradores, os ensinamentos de curador vão passando de geração em geração, assim como as receitas de remédio caseiro, pelo aprender fazendo da interação das crianças com seus pais. Porém os mais velhos observam que os jovens não têm se interessado pela arte de cura.

Diversos são os relatos dos benefícios advindos da prática dos curandeiros e benzedeiros, os quais, dadas as condições de distanciamento das cidades e, portanto, de locais que contam com assistência médica, ressaltam o valor ancestral que têm o cuidado da saúde das pessoas. Há, portanto, a necessidade de se desenvolver ações de valorização desses conhecimentos, a fim de que eles possam ser transmitidos para as próximas gerações.

#### **d) Partos e parteiras**

Apesar de alguns moradores acreditarem que a tradição de parteiras está diminuindo, a prática de “pegação”, de realizar partos, ainda é cultivada por algumas mulheres e, mais raramente, por alguns homens.

Porém, faz-se presente na geração de meninas que hoje têm por volta de dezoito anos a preocupação com os exames pré-natal, o que acaba levando a mãe a ter o filho no hospital da cidade. A procura pelo hospital também pode ter aumentado devido a dificuldade da criança nascida em casa tirar registro (certidão de nascimento).

Faz-se fundamental que sejam realizadas ações de melhorias das condições de atendimento nestes locais, como também que sejam incorporadas políticas de valorização do saber tradicional das parteiras. Para estas famílias que estão na beira do rio, afastadas dos serviços de saúde oferecidos pelo poder público, é importantíssimo que seus conhecimentos sejam valorizados e compartilhados, incorporando o conhecimento acadêmico a essas práticas.

#### **e) Hábitos cotidianos e saúde pública**

A discussão sobre higiene da população ribeirinha dessa área é delicada por envolver não apenas a ausência de saneamento básico, como também questões culturais. Muitos dos hábitos presentes no cotidiano de algumas famílias contribuem para a aquisição e disseminação de doenças, tais como refeições feitas na presença de animais de estimação; utensílios de cozinha e alimentos mal lavados e em contato com o chão; higiene pessoal deficiente, entre outros.

Na maior parte das localidades não existem banheiros. Entretanto, muitas famílias determinam regiões específicas com trilhas de acesso, o que contribui para a segurança e a limpeza no entorno da residência. Em muitas casas há uma fossa negra - um buraco no chão com uma pequena casinha construída de palha de babaçu e/ou madeira - porém são pouco utilizadas.

O banho de todas as famílias visitadas ocorre à beira do rio, em locais específicos chamados portos, geralmente dotados de uma “prancha” de tábuas. Cada família tem seu porto, utilizado para o banho pessoal, lavar roupas, louça e muitas vezes para limpar peixes e carne de caça. Algumas casas realizam todas essas atividades em um mesmo porto, enquanto outras famílias têm pranchas e portos específicos para cada atividade, geralmente separando as de alimentação e as de higiene corporal.

A água para beber ou lavar louças no jirau (estrutura suspensa e aberta onde são preparados alimentos e lavada a louça dentro da casa) é geralmente coletada em regiões de remansos longe dos portos. O hipoclorito é distribuído gratuitamente pelos agentes de saúde que reconhecem um maior cuidado, entre os moradores, quanto ao tratamento de água desde que se iniciou a atuação do PACS.

Em termos nutricionais, a base alimentar da maioria das famílias nas suas três principais refeições diárias é a farinha de mandioca acompanhada de peixe, carne de caça ou de animais de criação. É comum também o consumo de frutas da época, castanhas e produtos da culinária local derivados destes (bolo de macaxeira, leite de castanha com farinha, etc). Arroz e feijão aparecem em períodos de boas condições financeiras ou na chegada de cestas básicas do governo.

Em relação ao lixo inorgânico, alguns moradores demonstram criatividade na reutilização dos resíduos (aproveitamento de embalagens, confecção de brinquedos e artesanato etc.). Observou-se prática de cuidado com esse lixo da maneira indicada pela agente comunitária de saúde (incinerar, enterrar ou jogar nas fossas), inclusive com lugar determinado para queima, porém ainda ocorre descarte no rio. Também foi comum observar pilhas usadas jogadas pelo terreiro das casas. É importante que o agente de saúde, por onde passar, oriente as pessoas sobre os cuidados com as pilhas, assim como recolhê-las e levá-las ao IBAMA quando vai a Altamira.

Notou-se em algumas casas a reutilização de embalagens de produtos químicos para o armazenamento de produtos alimentícios, tanto os para consumo da família, como os processados para venda ou troca. As embalagens reutilizadas para este armazenamento geralmente são de tinta industrializada, mas também são utilizadas embalagens que armazenaram combustível, como latões azuis de plástico. As embalagens reutilizadas são, segundo os moradores, geralmente lavadas antes de sua utilização para armazenamento de alimentos.

#### **f) As equipes de saúde e atividades de profissionais de saúde na Resex**

Um dos agentes de saúde relatou que a FUNASA (antiga SUCCAM) vinha de seis em seis meses no Riozinho, desde 1979. Era uma equipe de aproximadamente dez pessoas que fazia lâminas de malária, borrifava as casas e trazia remédios para verme, dor de cabeça e malária. Às vezes aportavam no Morro Verde, às vezes na Resex do Rio Iriri e subiam de voadeira até o Riozinho.

De 2005 a 2007, esses comandos fizeram visitas anuais e com uma equipe de saúde mais completa. O primeiro comando veio em junho de 2005, com um dentista, um enfermeiro, um médico e agentes da FUNASA para fazer borrifação nas casas e diagnóstico de malária. Também houve campanha de vacinação. Os remédios eram receitados apenas mediante a consulta com o médico. O barco aportou em Bom Jardim e subiram duas voadeiras até a localidade Buenos Aires.

Durante a visita desse comando também foram eleitos os agentes de saúde. Foi convocada uma reunião, liderada pelo médico do comando, na qual a comunidade elencou,

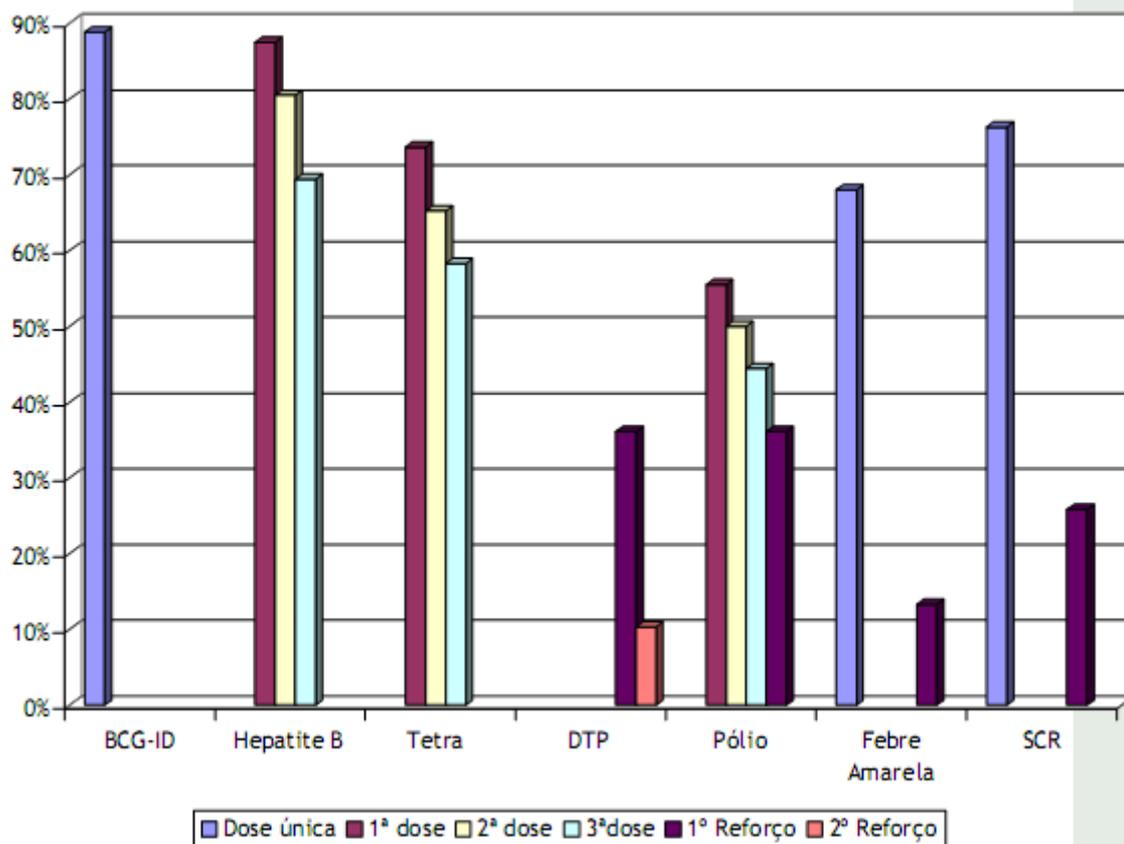
através de votação, quatro possíveis candidatos. Os eleitos fizeram uma prova em Altamira. De acordo com o PACS, um agente de saúde deve atender a duzentas e cinquenta pessoas, mas devido às distâncias no Riozinho e ao apelo de representantes da “Fundação Viver, Produzir e Preservar”, a Secretaria de Saúde aceitou convocar os dois profissionais para a reserva.

Em junho de 2007, houve mais um comando de saúde, uma parceria do governo estadual, ICMBio, prefeitura de Altamira e Secretaria de Saúde de Altamira. Foram organizadas duas equipes: uma de agentes de endemias para realizar ações de combate à malária e outra multiprofissional para ações de atenção à saúde (atendimento médico, odontológico, imunização e exames dermatológicos), todos os profissionais da cidade de Altamira. Recentemente, em abril de 2009, em uma ação em parceria de diversas instituições, dentre elas FVPP, ISA, IPAM, SEMUSA e ICMBio, foi mobilizada uma equipe da saúde para atuar, junto a população das Resex, no atendimento de enfermagem, odontologia e vacinação.

#### **g) Vacinação**

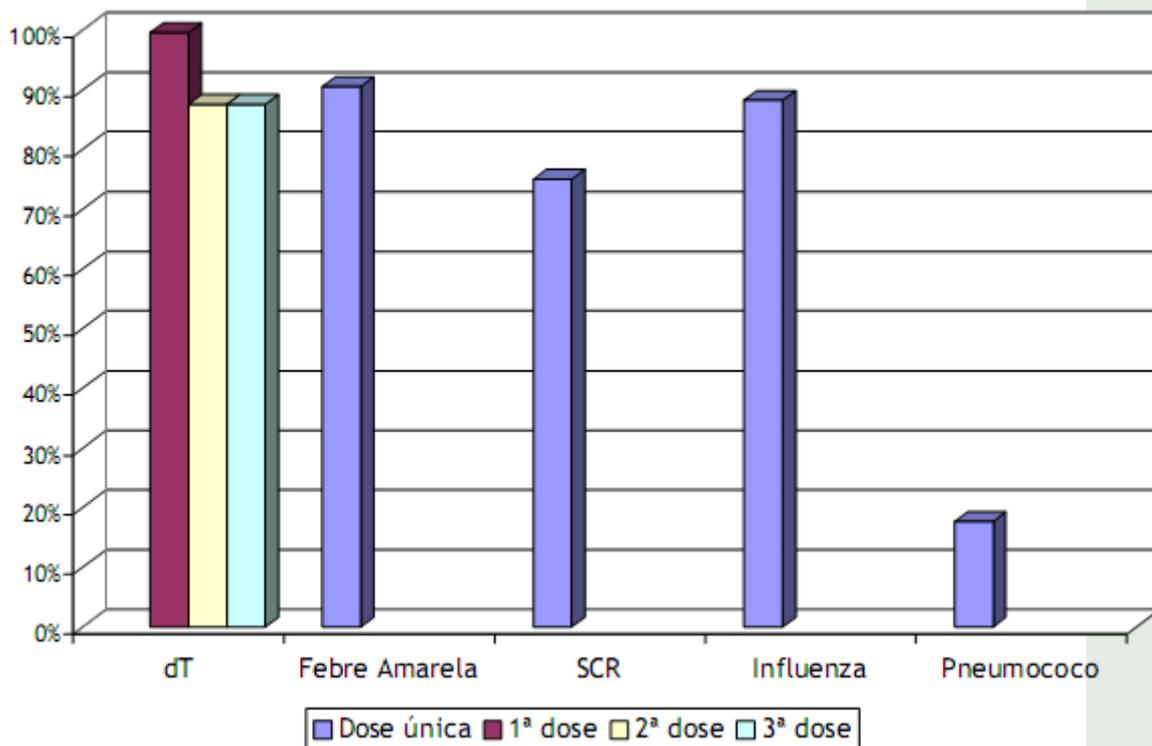
A FIGURA 2.23 apresenta os valores correspondentes à cobertura vacinal, de acordo com uma amostra de moradores do Riozinho do Anfrísio com idade de zero a vinte anos realizada no final de 2006.

Segundo a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará (Sespa), o atual Calendário de Vacinação da Criança é formado por oito vacinas que protegem contra doze doenças: as formas graves de tuberculose (BCG-ID); hepatite B; difteria, tétano e coqueluche (DTP); infecções causadas por *Haemophilus influenzae* tipo b (HIB); poliomielite; febre amarela; sarampo, rubéola e caxumba (SCR) e a diarreia por Rotavírus. Observou-se que não há registro de vacinação contra o Rotavírus. No que diz respeito à vacinação dos adolescentes, quem não tiver comprovação de vacina anterior deverá iniciar o esquema e completá-lo caso estejam faltando doses.



**Figura 2.10:** Cobertura vacinal de moradores entre 0 e 20 anos (Fonte: ICMBio, 2008:65).

Com relação aos adultos (maior de vinte anos), estes têm direito a três tipos de vacinas: contra difteria e tétano (DT), contra febre amarela e contra sarampo, caxumba e rubéola (SCR). Os idosos com sessenta anos de idade ou mais, além dessas, têm direito às vacinas contra gripe (Influenza) e pneumonia (Pneumococo). A FIGURA 2.24 mostra a cobertura das vacinas numa amostra de adultos e idosos do Riozinho do Anfrísio.



**Figura 2.24:** Cobertura das vacinas em amostra de adultos e idosos da Resex Riozinho do Anfrísio (Fonte: ICMBio, 2008:66).

Foi encontrado nas carteirinhas de alguns idosos, registros de polissacarídica 23-valente (Pn23), recomendada para crianças após completar cinco anos de idade, pertencentes aos grupos de alto risco para doenças pneumocócicas invasivas.

A última campanha de vacinação no Riozinho do Anfrísio aconteceu em novembro de 2008. Foi a Operação Gota, uma parceria entre Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, IBAMA, e Movimentos Sociais, que percorreu diversas localidades nos municípios de Altamira e Pacajá. Segundo o relatório da operação (PARÁ, 2008), foram imunizadas trezentas e trinta pessoas ao longo do Riozinho do Anfrísio.

## 2.6. Atuação de Instituições na Resex

Diferentes instituições atuam direta ou indiretamente na Terra do Meio e suas influências variam muito com relação à Resex. Há na região, atuação de instituições governamentais e não governamentais, assim como empresas privadas.

As instituições atuantes na Resex Riozinho da Anfrísio são: ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar, IPAM – Instituto de pesquisa da Amazônia; ISA – Instituto Socioambiental; CPT – Comissão Pastoral da Terra; secretarias de saúde e educação do município de Altamira – SEMUSA e SEMEC; o MMA – Ministério do Meio Ambiente; a WWF-Br – World Wildlife Foundation; a UFPA – Universidade Federal do Pará; o MPF – Ministério Público Federal; entre outras.

As principais instituições não governamentais atuantes na Terra do Meio formaram uma rede de apoio a essa região e trabalham atualmente de forma cooperativa. Essas ações integradas estão marcadas pelos quatro encontros para o Planejamento das Resex da Terra do Meio (Seminário da rede Terra do Meio) realizados em maio de 2006, fevereiro de 2007, fevereiro de 2008 e março de 2009 no município de Altamira. Nesses encontros foram realizados planejamentos conjuntos de ações das instituições parceiras e também com as instituições que podem ou devem ajudar, tais como: secretarias da prefeitura, exército, Ministério Público e UFPA. Em uma visão geral, a união das diferentes instituições se tornou fundamental para o desenvolvimento da Resex, pois permitiu a realização de atividades complementares, focando em ações prioritárias e factíveis, o que fez com que as mesmas acontecessem em tempo hábil para a preservação das áreas ameaçadas e do modo de vida tradicional de seus moradores.

A Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio - AMORA - foi criada em 28 de março de 2003, com sede localidade Morro do Anfrísio, localizada dentro da Resex. A AMORA foi criada com o apoio da sociedade civil organizada, no intuito de que as comunidades tivessem uma personalidade jurídica no processo de criação da Resex, melhorando sua interlocução com o Governo e a Sociedade.

## 2.7. Caracterização Econômica

### 2.7.1. Atividades produtivas

#### 2.7.1.1. Uso dos recursos naturais – extrativismo

Há diversos produtos manejados na Resex Riozinho do Anfrísio, alguns deles para comercialização, outros para uso das famílias ribeirinhas (como na alimentação, na medicina tradicional, na construção das casas e canoas). Alguns produtos são ainda extraídos tendo-se em vista as duas finalidades (como a pesca, a extração de mel e de óleos). Dentre as técnicas utilizadas para o manejo, muitas preservam os recursos locais o facilitando a renovação.

As atividades de coleta não concorrem nos períodos em que a roça exige mais mão-de-obra. Algumas atividades se associam, por meio da divisão do trabalho, desde o preparo da área até a colheita, e/ou da coleta ao beneficiamento dos produtos. Isso graças ao fato de toda a família se mobilizar para as diferentes atividades. Desde as crianças até os mais velhos, cada um colabora de acordo com suas possibilidades.

Abaixo estão relacionados os principais produtos de extração da Resex Riozinho Anfrísio:

**Castanha-do-pará** (*Bertholletia excelsa*) – Sua coleta ocorre de janeiro a abril, quando os ouriços estão no chão. A castanha é um dos produtos mais abundantes da região, e hoje é tida como principal fonte de renda, no período do inverno, segundo grande parte das famílias entrevistadas. A coleta é realizada por pequenos grupos, sobretudo formados por familiares mais próximas. Os ouriços são coletados, geralmente, com um instrumento chamado “pé-de-bode” e colocados no paneiro. Os ouriços são amontoados em locais próximos às castanheiras, onde são quebrados para a retirada das castanhas.

Alguns extrativistas planejam reunir os ouriços em uma jornada de trabalho e quebrá-los em outra. Esse intervalo não pode demorar muito mais do que uma semana em função do ataque de animais (como as cotias) e insetos (principalmente formigas) ou mesmo o devido ao apodrecimento dos ouriços. Após a quebra, as castanhas são

despejadas em sacos e paneiros e levadas para a margem do rio ou para a casa, onde serão lavadas. Para o preenchimento de um saco são medidos quatro tambores de vinte litros (quantidade equivalente a duas caixas) cheios de castanha e esse volume é vendido para o regatão ou diretamente para compradores na cidade.

Os castanhais normalmente são herdados ou abertos em piques e quem fez as aberturas torna-se proprietário dos mesmos. Os piques são pequenos caminhos na floresta, que facilitam a locomoção e principalmente o transporte da castanha e de outros produtos que se encontram no entorno. Assim os piques de castanha se tornam as principais rotas para a coleta e também para a caça.

Cabe ainda observar que a maioria das famílias usa os mesmos castanhais há mais de uma geração. Notou-se um cuidado muito grande na limpeza dos piques antes da safra para facilitar a coleta. Para explorar castanhais longínquos, os extrativistas costumam passar entre cinco e trinta dias no mato dormindo em “barracos” ou casas – que constroem nas proximidades – e se alimentando principalmente de caça, pesca e frutos extraídos no local.

Ocorreram relatos sobre alguns castanhais terem safras fartas e pobres intercaladas e em outros a produção estar diminuindo bastante nos últimos vinte anos. O primeiro caso foi relacionado à presença de pragas esporádicas, como uma lagarta que come as folhas. No segundo caso, os motivos apontados pelos moradores foram: a derrubada de castanheiras em algumas regiões; a predominância de árvores mais antigas, que apresentam produtividade mais baixa; crescimento da população de araras (que se alimentam das castanhas); queimadas excessivas na região; e o aumento do calor, que os moradores afirmam “queimar” as folhas das castanheiras, resultando numa baixa produção. A grande maioria da população não relaciona a diminuição da produtividade dos castanhais com a coleta excessiva ou falta de cuidado no manejo em momento algum.

**Óleo de Copaíba** (*Copaifera sp.*) – O óleo de copaíba é muito usado para fins medicinais. É utilizado para o alívio de dores renais, para cicatrização e para a cura de inflamações e gripes. Sua extração é para o uso das famílias ribeirinhas e para a comercialização.

Segundo os moradores, as copaibeiras não se localizam próximas umas às outras. As distâncias entre uma árvore e outra pode variar de algumas dezenas até centenas de metros. Desse modo, os extrativistas despendem grande parte do tempo na busca dessas árvores, podendo passar vários dias na mata com o objetivo de retirar o óleo. Esse tempo varia ainda conforme o rendimento de cada copaibeira em termos quantidade de óleo extraído. Às vezes muitas árvores são furadas sem que seja encontrado óleo e neste caso elas são chamadas de “secas”. Extrativistas experientes garantem que existem quatro qualidades diferentes de óleo, de acordo com sua viscosidade. O tipo mais fino tem viscosidade semelhante à gasolina e o mais grosso ao óleo de cozinha, e ambos não são misturados para comercialização, enquanto os tipos intermediários são. Os coletores dizem ser possível identificar qual qualidade de óleo a árvore fornece apenas observando a cor e manchas no tronco da árvore.

Após as árvores serem furadas com o trado e o óleo coletado em um recipiente através de uma “bica”, o furo é fechado com um torno, o qual deve ser feito por um tipo de madeira forte que não murche, rache ou encharque. Isso evita o escorrimento do óleo pelo furo depois da extração, sendo possível a retirada nas mesmas árvores depois de um período que pode variar de seis meses a mais de dois anos. Quanto maior o tempo de espera, maior a capacidade de a árvore produzir e estocar óleo. A maioria dos moradores explora todo o potencial produtivo de uma copaibeira em uma única extração e esperam seis meses para retornar a ela. Não foi percebido um conhecimento mais profundo na identificação das árvores produtivas e nem dos locais precisos de perfuração do caule. Dessa forma, costuma-se fazer vários furos para achar o óleo. Essas práticas tendem a prejudicar a produtividade da copaibeiras chegando até a matá-las.

**Andiroba** (*Carapa guianensis*) – Além da madeira, a andiroba é fonte de um óleo muito utilizado como produto medicinal (contra gripes e asma, antiinflamatório e analgésico). O óleo também é utilizado como repelente contra insetos e na fabricação de sabonetes. A andiroba é coletada durante os meses de fevereiro, março, abril e maio. Sua coleta deve ser feita o quanto antes, pois é um fruto muito apreciado pelos animais silvestres como queixada, veado, caititu e a cotia. Assim, essa coleta “compete” com a da castanha, ocorrendo normalmente nos mesmos períodos e locais. Ao retirar castanha em um pique, o extrativista normalmente atenta para as árvores de andiroba produtivas, retornando outro dia para coletar as frutas caídas e armazená-las para posterior

processamento. O mesmo é feito no verão, quando não há mais chuvas e o sol está propício para a retirada do óleo, normalmente de junho a agosto. Algumas famílias retiram o óleo em pequenas quantidades mesmo no período de chuvas, aproveitando para secagem quando o sol aparece.

**Seringa** (*Hevea brasiliensis*) – o calendário da extração do látex é complementar ao da castanha, acontecendo no verão, entre os meses de abril/maio a novembro/dezembro. Os ribeirinhos evitam o período das chuvas, pois ela atrapalha o processo de extração do látex. O processamento, a defumação, ocorre no mesmo período, em paralelo à coleta.

A possibilidade de se retornar às atividades de extrativismo da seringa é uma das grandes demandas atuais das populações das Resex. A fala dos extrativistas justifica-se por (1) não haver uma atividade econômica que provenha às famílias uma renda “firme” entre os meses de abril e novembro (verão); (2) Com a seringa, o extrativista pode estar em casa todos os dias, cuidando mais da família, criações e roça; (3) Há um conhecimento acumulado bastante grande sobre a atividade seringueira que pode se perder caso não seja reativada; (4) o preço da seringa é hoje mais alto que o do peixe; (5) um seringueiro consegue calcular exatamente o quanto pode produzir por dia, semana, mês e ano, tendo uma garantia de renda com a qual pode efetivamente contar, diferente de outras atividades, mais incertas como a copaíba e o peixe. Percebe-se também, associado a estas razões, um saudosismo com relação à atividade, muitas vezes lembrada como responsável por um mítico “passado de ouro”. Em resposta a isso, o ISA, a FVPP, o IPAM, a WWF Brasil e o ICMBio, implementaram, no segundo semestre de 2008, a primeira fase do Projeto Renascer da Seringa, empreendendo a reabertura dos seringais da Resex Riozinho do Anfrísio.

**Breu** – O breu (resina vegetal) é normalmente utilizado para calafetar canoas e também como combustível para lamparinas. É coletado ao longo do ano, normalmente em paralelo às caminhadas à procura de caça ou à extração de algum outro produto da floresta. Assim não há época específica para sua coleta, não existindo uma quantidade fixa coletada por ano e nem piques específicos para os mesmos. Os breus mais utilizados são de almíscar ou amescla, e jatobá.

**Madeira** – A madeira é retirada da mata somente para suprir as necessidades de cada família e tem basicamente as seguintes finalidades: construção de casas, canoas, pequenos utensílios, como remos e colheres, e pequenos móveis. Faz parte do conhecimento tradicional a ciência de qual é a árvore mais adequada para uma determinada finalidade. Algumas madeiras somente são utilizadas para o esteio (coração-de-nego, itaúba), outras para os caibros (maraúba, amargosa, ameiju, camuri), outras para tábua (louro, angelim, pequizeiro, cedro-rosa). Árvores como a castanheira e copaíba não são retiradas. A utilização dessa variedade de espécies colabora para o manejo madeireiro sustentável.

O tronco é derrubado na mata, beneficiado em tábuas ou preparado para cascos e então transportado para as imediações da casa, sem qualquer utilização de maquinário ou tração animal. No caso de canoas, os cascos pré-beneficiados são transportados por cima de pequenas toras, o que reduz o atrito e o contato com o chão, facilitando o deslocamento.

Recentemente o IPAM vem coordenando um projeto denominado “oficinas caboclas” que visa à confecção e comercialização de peças artesanais de madeira, como bancos em formas de animais típicos da região. As madeiras utilizadas são provenientes de troncos caídos na mata, não sendo cortada nenhuma árvore viva para obtenção da madeira. As árvores mortas são identificadas, fotografadas e georeferenciadas.

**Babaçu** (*Orbignya phalerata*) – A palha de babaçu é material predominante na construção de casas, servindo para coberturas e paredes. Também é utilizada na construção de barracões de reuniões e galinheiros. Por fim, é matéria-prima para artesanato (esteira, abano, cofo (cesto), peneira, pacotu, entre outros).

O manejo da palha consiste na retirada do “olho” da palmeira, que é a folha mais jovem, dando espaço para outra folha crescer no lugar, sem matar a planta. Esta folha é quebrada, cortada e aberta. A maioria das famílias mantém um “palhal” bem cuidado e próximo de sua casa.

O babaçu também se regenera com facilidade nos terrenos de roça depois de queimadas e acaba servindo como marcador dos limites das linhas de plantio e até mesmo como apoio para plantas como o cará e as favas. Além da palha, também é utilizado o óleo

do coco babaçu, especialmente para preparar e temperar alimentos, sendo eventualmente comercializado.

**Coleta de Mel** – Foi identificada em muitas localidades do Riozinho a extração de mel de diferentes qualidades de abelhas, entre as quais se destacaram europa, jandaíra, urucu e tubi de fogo. O mel é retirado de forma artesanal, sem o auxílio de roupas ou utensílios especiais. As colméias são encontradas normalmente durante a realização das outras atividades extrativistas. Assim não existe uma época de coleta para o mel. Segundo os ribeirinhos, as luas favoráveis para a retirada do mel são a crescente e cheia.

Dependendo do tipo de abelha é exigido mais ou menos cuidados na extração. Geralmente, a aproximação da colméia se dá com a ajuda de fumaça para espantar as abelhas mais agressivas. Quando a colméia está localizada no topo da árvore, é comum a derrubada da mesma, para que se alcance a colméia. Dessa forma, há de se investir em capacitação para retirada do mel, tornando essa uma tarefa menos arriscada e mais sustentável.

Após alcançar a colméia os favos são retirados e colocados em bacias. Em casa, os favos são espremidos e o mel é coado no pano. Costuma-se tirar em média de cinco a vinte litros de mel por colméia. O mel possui uma variação de mercado em sua comercialização, variando seus valores de ano para ano e também conforme a época do ano/safra do produto.

**Patauá** (*Oenocarpus bataua*) – O fruto é matéria-prima para a produção de óleo, utilizado no cabelo, no corpo (para dores nas costas), em formulações cosméticas, na culinária e tem uso medicinal. Produz também um *vinho* muito nutritivo, bebido da mesma forma que o açaí, normalmente com farinha. Seus caroços, por sua vez, podem ser vendidos para confecção de artesanatos (biojóias). Sua época de coleta é principalmente de novembro a março.

**Açaí** (*Euterpe oleracea*) – O açaí *jussara* é coletado para consumo da família e possui diferentes épocas de colheita ao longo do Riozinho. Essas épocas se complementam de janeiro até setembro, sendo agosto e setembro as épocas mais comuns.

O açaí *do morro* também é coletado somente para consumo familiar. Sua época de coleta é complementar ao Jussara e ocorre nos meses de outubro a fevereiro.

**Caça** – A caça que ocorre na área da reserva é exclusivamente de subsistência, e constitui uma importante fonte de proteína na dieta da população ribeirinha. Há duas estratégias utilizadas pelos ribeirinhos para caçar. Uma delas é a chamada “caça de perseguição”, na qual a pessoa persegue o animal até conseguir abatê-lo. Na grande maioria das vezes, são utilizados cães para farejar e acuar a caça. A outra estratégia é a “chamada caça de espera”, na qual o ribeirinho escolhe um determinado lugar (geralmente ao pé de uma árvore, onde ele não fica muito exposto) e espera até que um animal passe por perto. Esse tipo de estratégia é mais utilizada à noite.

Dentre os animais caçados estão alguns mamíferos, como queixada (chamado de “porcão” pelos moradores locais), veado, cotia, paca; algumas aves como mutum, jacu e jacamim e répteis como jabuti e tracajá, este último caçado nos rios ou praias. Não foi apontada por nenhum morador qualquer diminuição na quantidade ou qualidade de animais caçados.

O tracajá é pego quando dormindo em troncos caídos, na pedra ou quando na superfície da água e seus ovos são retirados de covas na praia e consumidos em no máximo quatro dias

No caso de excesso de caça, o caçador divide parte da carne com outra família. O animal pode ser limpo em casa ou ainda na mata, onde são deixadas suas vísceras e cabeça. A porção que fica em casa é cozida no mesmo dia ou salgada para ser consumida durante a semana. Há casos nos quais se torna conveniente o abate de uma quantidade maior de animais do que aquela que seria consumida apenas pela família dos caçadores. Por exemplo, na caça do porcão (queixada), cujo bando pode conter centenas de indivíduos, é comum que se mate mais de um e depois distribuir gratuitamente entre parentes e vizinhos

**Pesca** – O peixe, junto com a farinha de mandioca, forma a base alimentar dos moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. A pesca ocorre ao longo de todo o ano tanto para subsistência quanto para comercialização. No caso da comercialização algumas espécies não são pescadas no período de defeso, que vai de novembro a março. A

principal época de pesca é o verão, de maio a outubro, pois há uma maior abundância de peixes.

Segundo relatos históricos, o manejo de peixe não costumava ser um problema na Resex. Porém, atualmente, há depoimentos recentes de diminuição perceptível dos peixes devido à pesca excessiva ou do uso de práticas inadequadas principalmente da malhadeira. Em função disso, alguns moradores estão sugerindo que se interrompa a pesca comercial no Riozinho do Anfrísio por um período ainda não estimado. Tal sugestão foi bem recebida por grande parte dos moradores, principalmente os do médio e alto Riozinho do Anfrísio.

Segundo relato dos moradores, as principais espécies pescadas são: tucunaré (escasso no inverno e abundante no verão), pescada, surubim, pirarara, trairão, fidalgo, aridunha, curimatá, piau.

O tucunaré, a pescada, o fidalgo, a pirarara, o trairão e o surubim são os mais pescados para a comercialização, tendo os dois últimos restrições com relação à pesca comercial de novembro a março, época da piracema. Há ainda outros peixes dificilmente comercializados, mas utilizados na alimentação das famílias, como o pacu, pacuzinho, piau, pacu-de-seringa, matrincham, cadete e piranha.

O mariscar (pesca) é realizado, pela população tradicional, geralmente com anzol, caniço, flecha e algumas vezes são utilizadas também pequenas malhadeiras, com malha de tamanho superior a treze centímetros. Os principais meios de transporte são a canoa ou os próprios barcos de pesca dos regatões.

Os peixes são comercializados de duas formas distintas. A primeira é no gelo (menos utilizadas), na qual o comerciante deixa o gelo com o mariscador e retorna sete dias depois para buscar o marisco. Outra forma é no sal, (mais comum), na qual o mariscador limpa o peixe, deixando somente o filé, salga e vende o saco de peixe salgado.

A pesca comercial é realizada, sobretudo, por famílias residentes da localidade do Morro Verde até a localidade Novo Paraíso, onde existe maior facilidade no escoamento da produção.

### 2.7.1.2. Agricultura

A agricultura na Resex Riozinho do Anfrísio ocorre na forma de roças voltadas para subsistência, considerando a dificuldade de venda da produção. Contudo, alguns produtos são comercializados, como a farinha de mandioca e em menor quantidade o arroz.

Apesar da diversidade de culturas (arroz, feijão, mandioca, macaxeira, milho, banana, melancia, batata, abóbora, favas, cará), a da mandioca predomina, seguida do milho. São cultivadas diferentes variedades de mandioca de acordo com cada região e cultura familiar.

A distância usual entre cada cova de mandioca é de meia a uma braça (medida local que corresponde a aproximadamente dois metros, normalmente feita do chão até a altura de um dos braços levantados, o que varia com a altura do morador), e entre essas covas são plantadas outras espécies alimentícias consorciadas, tais como o milho e a banana.

Os cultivos são realizados em linhas (ou tarefas) que correspondem a vinte e cinco por vinte e cinco braças, ocupando aproximadamente dois mil e quinhentos metros quadrados –  $\frac{1}{4}$  de hectare. Existe uma variação na quantidade de linhas que cada família possui (de nenhuma a dezesseis linhas, com uma média de quatro linhas – um hectare) e também no manejo destas. A variação no número de roças depende do tamanho da família e se a mesma comercializa produtos plantados (milho, arroz e farinha), sendo que a média não representa a realidade individual familiar.

Existem duas classificações tradicionais das linhas: maduras ou verdes. As linhas maduras são as de onde os produtos passaram pelo tempo de amadurecimento e estão prontos para colher e as linhas verdes possuem ou produtos recém plantados ou em fase de amadurecimento.

Geralmente cada linha é utilizada diretamente por dois anos. Após esse período, a área é deixada em *pousio* por pelo menos cinco anos, havendo nessa fase, regeneração do solo e da mata - que necessita ser derrubada (ou “brocada”) e queimada para um novo cultivo. Dessa forma a área total média utilizada pelas famílias é de dezesseis linhas de

roça (equivalentes a 4,3 hectares), sendo quatro produtivas e doze em descanso. No geral, foram constatadas 125,5 linhas de roça, o equivalente a 31,4 hectares produtivos para todas as famílias. A área total - entre roças produtivas e áreas em descanso - de todos os moradores é de cento e vinte e cinco hectares.

Para o estabelecimento de uma roça, a primeira etapa é a limpeza da área de capoeira ou mata nativa, realizada normalmente no mês de julho. Depois de derrubada, a vegetação é queimada, geralmente no mês de agosto, e neste mesmo mês pode ser iniciado o plantio. Nessa fase de plantio as mulheres e filhos costumam ajudar.

Normalmente o plantio começa pela melancia, depois pela mandioca e por último o milho. O arroz é normalmente plantado em uma área exclusiva, servindo mais como fonte de alimentação para a família do que para comercialização. Os plantios de arroz variam entre meia e uma linha.

Os principais produtos agrícolas são: mandioca, arroz, feijão, melancia, milho e banana.

É comum os moradores se queixarem de que suas roças são atacadas por animais silvestres. As principais ameaças relatadas são: caititu, queixada, cotia e paca, que invadem e destroem o roçado para se alimentarem. Eventualmente esses animais são mortos a tiros e constituem uma das fontes de alimento para a família. A formiga saúva é outra ameaça, pois ataca as folhas do pé de mandioca, não permitindo seu crescimento. Geralmente a formiga é controlada com um veneno químico.

### **2.7.1.3. Criação de animais**

Em todas as localidades do Riozinho do Anfrísio somente foram encontradas criações de animais de pequeno porte, com destaque a galinhas e patos. A média de criações por família é de quinze galinhas e oito patos, que são usados na alimentação ou vendidos. Geralmente há um pequeno poleiro construído de madeira e palha de babaçu para abrigar os animais durante a noite, protegendo-os de ataques de predadores. É muito comum também a presença de cachorros, que ajudam na vigilância da casa e na caça. Em

algumas casas são encontrados animais como o mutum, jacamim e jacu criados como animais de estimação.

## **2.7.2. Dinâmica das atividades econômicas**

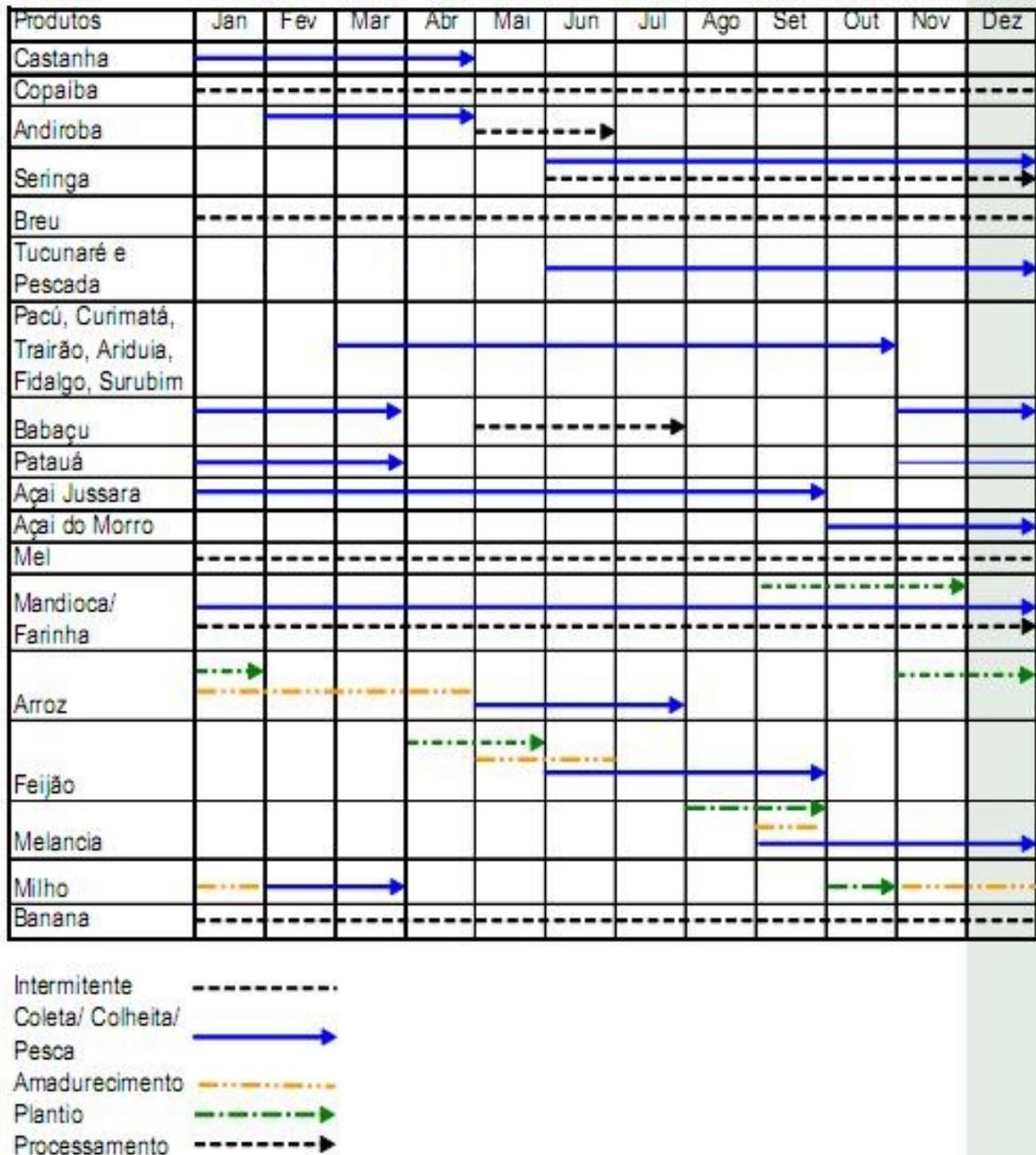
### **2.7.2.1. Calendário Produtivo**

Os diferentes produtos trabalhados no Riozinho do Anfrísio possuem épocas próprias e complementares de plantio, amadurecimento, colheita e extrativismo, as quais consolidam os ciclos de trabalho da população. Estes ciclos ajudam a entender a composição das fontes de renda e subsistência dos moradores ao longo do ano.

O Calendário Produtivo (ICMBio, 2008) ilustra as épocas de produção dos diferentes produtos extraídos e cultivados no Riozinho do Anfrísio, tanto para subsistência quanto para fins econômicos.

Cada período de plantio, amadurecimento e colheita foram indicados pelos moradores. Os produtos que podem ser coletados ao longo do ano estão qualificados como intermitentes. O período de amadurecimento está relacionado com o crescimento da planta e amadurecimento de seus frutos, e a distribuição colocada na tabela representa o período que leva para que a colheita possa começar a ser feita.

A data inicial é o período em que normalmente se começa a colher, podendo variar de local para local e mesmo ultrapassar o tempo de amadurecimento apontado (FIGURA 2.25).



**Figura 2.2511:** Calendário produtivo (Fonte: ICMBio, 2008:35).

### 2.7.2.2. Mapa produtivo

As principais fontes de renda das famílias do Riozinho do Anfrísio são: a pesca, castanha, o óleo de copaíba e andiroba. Em menor escala estão alguns outros produtos, como a seringa e o mel de abelha. Com relação aos produtos de extração mais significativa, apresentam-se pequenas diferenças entre as localidades, especialmente entre o alto e o baixo Riozinho.

Os dados sobre extrativismo, caça e pesca foram organizados em um mapa de produção<sup>6</sup> que apresenta uma distribuição geográfica esquemática, baseada em informações colhidas nas reuniões e verificações em campo.

No mapa estão representadas, de forma generalizada, as áreas onde se encontram copaíba, andiroba, açaí, babaçu e patauí em quantidade significativa. Os piques de castanha são apresentados de forma mais detalhada, incluindo informações sobre quem coleta em cada pique, distâncias de alguns piques (em tempo de caminhada na mata), capacidade produtiva de alguns castanhais referente à coleta mais recente realizada no local e áreas potenciais, indicadas por moradores que sabem da existência de castanhais, mas nunca puderam explorá-los. Apresentam-se também algumas das antigas estradas de seringa, indicadas por moradores que participaram da época de coleta e venda do produto.

No alto Riozinho a extração do óleo de copaíba é uma atividade mais comum do que no baixo, devido à maior concentração de copaibeiras, especialmente a região localizada acima da pista do Formiga.

A andiroba geralmente é coletada complementarmente à castanha, por isso a maioria das áreas indicadas pelos moradores se encontra próxima aos castanhais. Sua exploração não é de grande intensidade, devido ao baixo preço do óleo no mercado local, ao trabalho para processar o óleo e ao fato da época de safra ser a mesma da castanha. A região do igarapé São Pedro é citada pelos moradores como uma das áreas de maior concentração de andiroba na Resex.

---

<sup>6</sup> Este mapa pode ser encontrado junto à gestão da Resex Riozinho do Anfrísio.

Não só a andiroba, mas a maioria dos outros produtos é coletada nas regiões dos piques de castanha, pois os mesmos facilitam a locomoção dos moradores pela floresta, o posicionamento geográfico dos mesmos e o transporte dos produtos coletados. Assim, as áreas indicadas de coleta de babaçu, copaíba, andiroba, açaí, patauá, breu, mel, e outros produtos estão geralmente relacionadas aos piques de castanha ou às estradas de seringa.

Os castanhais estão presentes em todo o Riozinho do Anfrísio, mas há uma concentração maior no médio e baixo. A região de maior abundância está localizada próxima ao igarapé Aurora e é utilizada por um grande número de famílias do baixo. O igarapé Conceição também é citado como uma região rica em castanhais na Reserva, e é utilizado principalmente pelos moradores do médio Riozinho.

As regiões mais distantes das localidades são as que apresentam melhor produção. São também as regiões menos exploradas, já que os moradores vêm recorrendo a elas recentemente, devido à baixa produtividade dos castanhais vizinhos às suas residências.

A pesca comercial é realizada pelas famílias residentes na região entre as localidades Morro Verde e Novo Paraíso, onde existe maior facilidade no escoamento da produção.

As estradas de seringa estão presentes nas margens ao longo de todo o Riozinho e igarapés, porém não representam hoje uma fonte de renda para a maioria da população, devido ao baixo preço e falta de compradores.

### **2.7.2.3. Comercialização**

Cada um dos produtos apresentados anteriormente possui uma variação de mercado em sua comercialização, variando seus valores de ano para ano e também conforme a época do ano/safra do produto. Esse ciclo de preços ocorre com a maioria dos produtos extrativistas, ocorrendo menos com aqueles que possuem um ciclo mais irregular ou intermitente ao longo do ano, como é o caso do breu, do mel, dos peixes e dos óleos. A

comercialização dos produtos no Riozinho é realizada através dos poucos regatões que ali fazem rota.

A pesca tem uma dinâmica própria de trabalho, com um tempo justo para cumprir as tarefas sem perder a mercadoria. O barco passa deixando as caixas de isopor com barras de gelo e retorna pegando a produção pesqueira e levando-a para venda. Essa pode ocorrer ou no porto da Maribel, que dá acesso ao município de Uruará, ou em Altamira, onde se compra gelo para reiniciar o processo, que possui um ciclo de aproximadamente sete dias.

A produção pesqueira ocorre o ano todo, com maior concentração durante o verão, após a safra da castanha, conforme observado no cronograma de produção. O pescado é vendido no próprio Riozinho para o regatão, que compra o quilo do peixe fresco por R\$1,00 (um real) e o quilo do peixe salgado por R\$ 1,30 (um real e trinta centavos).

A troca é a base da comercialização dos produtos locais pelos industrializados. Nesse processo, os ribeirinhos entregam seus produtos ao regatão, recebendo o valor dos mesmos na forma de mercadorias industrializadas, como açúcar, sal, óleo, sabão, café etc. Isso reproduz a forma de funcionamento dos antigos seringais, nos quais toda a produção de borracha era vendida para os patrões em troca de mercadorias de seus armazéns. Assim, os seringueiros só recebiam dinheiro ao apurar o saldo, geralmente quando abandonavam o seringal.

No caso dos ribeirinhos, há a possibilidade de venderem seu produto por dinheiro, mas se adquire um valor menor nesta transação do que quando é trocado por mercadoria industrializada. Conforme os relatos, o valor recebido em dinheiro pode variar de sessenta a noventa por cento do valor que o produto adquire na troca. A caixa de castanha, por exemplo, vale vinte reais na troca, e cerca de doze reais na venda.

O preço dos produtos industrializados é uma das principais queixas da população. Porém, a falta de comercialização prejudica ainda mais os moradores, os quais preferem pagar tais preços a ficarem sem comércio. Os regatões se queixam dos altos custos de fazer a viagem entre o Riozinho e Altamira (óleo diesel, tripulação, “rancho”). Outro fator importante é o alto nível de inadimplência.

Especificamente com relação à castanha, uma das principais fontes de renda da comunidade, a principal queixa sobre a comercialização é que existe apenas um comprador em Altamira. Segundo os moradores, este comprador negocia a castanha à preços muito baixos e ainda subestima a quantidade de castanha oferecida pelos ribeirinhos.

Além dos regatões existem outros canais de comercialização, de menor intensidade, no Riozinho do Anfrísio. As cidades são também veículos utilizados pelos moradores, sendo elas Altamira, para moradores do baixo Riozinho e Trairão e Itaituba para moradores do alto.

Os moradores do baixo Riozinho que comercializam seus produtos em Altamira o fazem ou em viagem junto com os próprios regatões (normalmente no caso de parentesco), ou com o barco da comunidade – esse com pouquíssima frequência, pois os mesmos não conseguiram se organizar ainda para ter combustível e realizar manutenções frequentes no mesmo.

Já no alto Riozinho a comercialização ocorre em sua maioria por uma antiga estrada de animais, a qual foi reaberta pelos madeireiros e hoje é mantida pelos moradores. A estrada São Paulo é utilizada como única rota de comercialização pela maioria dos moradores, sendo comercializado por esse caminho principalmente mel e copaíba. Isso ocorre devido à maior facilidade de acesso por essa rota até a cidade – com dois dias de viagem a pé até a Fazenda Santa Cecília, onde conseguem carona até Trairão ou Itaituba – e também devido ao fato de pouquíssimos regatões chegarem a subir o rio, mesmo no inverno, deixando a população isolada.

A cidade se torna uma opção atraente para os moradores, pois lá conseguem vender seus produtos a dinheiro, pelo mesmo preço vendido a troco pelos regatões, e aumentam seu poder aquisitivo, comprando mercadorias industrializadas a preços mais baixos.

A quantidade de produtos comercializada de ano para ano varia entre as localidades, dependendo principalmente da safra e mesmo do valor pago pelos regatões ou na cidade.

#### **2.7.2.4. Análise das fontes de renda**

Segundo as informações levantadas pelo ICMBio nas fases de elaboração deste Plano de Manejo, a Resex Riozinho do Anfrísio tem como principal fonte de renda o extrativismo, representando 46,3% da renda geral, ocupando uma posição de destaque como fonte de recursos financeiros e/ou conquista de bens industrializados. 31,7% da renda são oriundos de salários, como aposentadoria, funcionalismo público ou diferentes serviços. A renda gerada com produtos de agricultura é de 10,8%, sendo a farinha o principal produto. 5,4% da renda provêm do trabalho em garimpo.

Devido a diferentes fatores, principalmente à maior facilidade de comercialização, à maior quantidade de pessoas, e a uma maior quantidade de moradores assalariados, ocorre uma concentração de renda no baixo Riozinho do Anfrísio (67%), seguida pelo médio (24%) e pelo alto (9%).

A renda média anual familiar da Resex Riozinho do Anfrísio é de R\$3.085,65 (três mil e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) e a renda per capita anual média R\$630,40 (seiscentos e trinta reais e quarenta centavos), inferior ao que se tem na cidade de Altamira onde a renda per capita gira em torno de R\$5.000,00 (cinco mil reais) (IBGE, 2009).

Outro fator importante a se destacar é o maior poder de compra dos assalariados frente aos moradores tradicionais, que trabalham somente com o sistema de aviação. Isso ocorre também porque os primeiros têm acesso constante à cidade, o que permite a compra de produtos a preços menores e, algumas vezes, um ganho sobre a revenda desses produtos para as outras famílias.

#### **2.7.3. Potencialidades de uso dos recursos naturais**

Neste item estão considerados as potencialidades produtivas levantadas na Resex Riozinho do Anfrísio, não considerando ainda outros potenciais, como o turismo.

- Castanha-do-pará: Existem castanhais em diferentes áreas do Riozinho que ainda não são utilizados. Com agregação de valor ao produto há possibilidade de incremento na renda e no trabalho para a região, como por exemplo limpeza da castanha, retirada das amêndoas, produção de óleo e armazenamento para venda posterior.
- Óleo de Copaíba: Há uma grande quantidade de copaibeiras na Resex, especialmente no alto Riozinho. Com agregação de valor e capacitação em novas técnicas de extração do óleo, armazenamento, identificação, filtragem adequados, haverá maior possibilidade de encontrar diferentes compradores, incrementando assim, a renda familiar.
- Óleo de Andiroba: Existe na região uma grande quantidade de árvores de andiroba.. A andiroba pode ser comercializada na forma de óleo bruto, comercialização do caroço de andiroba seco, servindo de matéria prima para indústrias processadoras do óleo, dentre outras formas. Há, assim, um grande potencial de expansão da produção desse óleo, porém com uma melhora nos métodos de processamento do mesmo.
- Mel: Há um grande potencial de produção de mel de diferentes abelhas, sendo necessário, o treinamento para a criação e manejo de abelhas com ou sem ferrão.
- Patauá: É extraído por diversas famílias e comercializado por poucas. É um dos mais caros comercializados na região. O que não há é um levantamento concreto da capacidade de produção deste óleo, apesar de diversas áreas apresentarem grandes concentrações de palmeiras de Patauá.
- Seringa: Faz-se necessário com base no estudo de mercado, investimento e desenvolvimento de parcerias para resgatar essa tradicional prática na região, bem como acesso a PGPM (Política de Garantia do preços mínimos).

- Pesca Comercial: Bem desenvolvida, mas com baixos preços de comercialização. Precisa de agregação de valor para diminuir a quantidade, aumentando a qualidade e renda gerada pela atividade. É insustentável da forma como está evoluindo hoje.
- Pequenos móveis: Há algumas famílias que fabricam pequenos móveis, remos e canoas para a região e até para a venda em Altamira. Pode ser um ótimo mercado a ser desenvolvido.

Foram considerados os mapas produtivos, entrevistas, visitas a campo e observações da equipe. Como ainda não foram realizados estudos específicos de flora e fauna, estas análises não consideraram as capacidades de suporte das determinadas espécies. Também não são consideradas, no momento, as diversas possibilidades de matérias primas da biodiversidade amazônica ainda não comercializadas pelos moradores, bem como o potencial de exploração madeireira, de turismo, comercialização de imagens, dentre outros que podem ser opções para incrementar a renda da população no futuro.

## **2.8. Análise Situacional da Unidade**

O entendimento dos fatores históricos foi e tem sido importante para compreender as relações existentes atualmente (internas e externas às comunidades) e as possíveis portas de entrada de novos e velhos conflitos.

Aqui estão reunidos os principais acontecimentos, presentes e históricos, internos e externos, da Resex Riozinho do Anfrísio, levantados em DRPs (mapa de conflitos, levantamento de problemas, observações, entrevistas e análise de documentos) e também na convivência com as famílias em meio as consultorias realizadas e na relação com as instituições parceiras.

### **2.8.1. Ameaças e conflitos externos**

A região da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio passou por diferentes momentos de invasões, tendo seu ápice entre os anos de 2000 e 2004, culminando na

criação da Resex. As invasões foram realizadas por garimpeiros, grileiros, madeireiros e fazendeiros. O Mapa de Conflitos organizado (FIGURA 2.26) apresenta os principais piques de invasão, os garimpos, pistas de pouso, fronteiras com a Resex e áreas desmatadas.

### **2.8.1.1. Garimpos**

A atividade de mineração e garimpo na Terra do Meio começou em fins da década de 1970, época na qual se tornou uma das principais fontes de renda dos ribeirinhos, dado o declínio da extração da seringa. Os garimpos trouxeram novas fontes de renda, de comércio e também de conflitos para os moradores do Riozinho do Anfrísio, uma vez que a intensificação dessa atividade normalmente acarreta problemas sociais e assim como impactos ambientais. Os garimpos Fortaleza e o Pesquisa foram os que mais se destacaram na região. Diferentes moradores da Resex já trabalharam em garimpos, tanto na extração do ouro sem a utilização de maquinários, quanto profissionalmente, junto a garimpeiros externos no manejo de equipamentos, no transporte dos garimpeiros e de suprimentos, e na construção e manutenção de casas e estradas do garimpo.

Os garimpos existentes na região, hoje desativados (exceto o garimpo Fortaleza), se encontram próximos aos igarapés, em especial os do Pereira, Limão, Buiçu e Manoel Ritinha. No igarapé do Pereira encontram-se os garimpos Pesquisa, Chico Alegre, Areia Branca, Gilberto e Baiana. O Pesquisa foi um dos mais explorados e possui quatro motores (um 22 HP BT, um 27 HP Agralle e dois 93 HP Agralle) e outros equipamentos que se encontram abandonados desde a criação da Resex.

Entre os igarapés Manoel Ritinha e Buiçu, estão os garimpos da Baleia e do Macacão. Já no alto do Igarapé Limão fica o garimpo Fortaleza, que foi explorado durante muitos anos e por diferentes garimpeiros externos. Nesse garimpo também existem motores (90 HP, 18 Hp, 3 motores 93 Hp e 27 HP) e equipamentos deixados pelos garimpeiros.



Os garimpos costumam ser um local onde alguns moradores vão trabalhar em algumas épocas do ano, principalmente quando necessitam de uma renda extra para quitar uma dívida, comprar algo de maior valor ou suprir a esporádica baixa produção dos castanhais ou da pesca, por exemplo. Neles também se estabelecem relações comerciais durante o ano – venda de farinha, peixe, arroz, canoa, remo, entre outros produtos. Segue abaixo (TABELA 2.6) alguns exemplos de produtos vendidos no garimpo Madalena, no Rio Curuá, e o valor pelo qual são negociados:

<b>Produtos</b>	<b>Quantidade de ouro em gramas</b>
Saco de farinha	2,5
Peixe (1kg)	0,3
Galinha	0,5
Pato macho	2
Mel (o litro)	0,4
Arroz (30 kg)	3
Tapioca (1 kg)	0,2

**Tabela 2.8:** Valor dos produtos vendidos no garimpo Madalena.

Após a criação da Resex, houve ampla divulgação do ICMBio demonstrando a ilegalidade deste tipo de exploração nas reservas extrativistas. Os garimpos foram abandonados e desativados, permanecendo em atividade somente o garimpo Fortaleza. Em julho de 2006 ocorreu uma ação do IBAMA no garimpo Fortaleza, retirando os garimpeiros que lá atuavam. Porém ainda se tinha denúncias que este garimpo estava em atividade e, em função disso, o ICMBio juntamente com a Polícia Federal, de posse de um mandato judicial, realizou operação para desativação do garimpo em março de 2010. Segundo consulta ao DNPM não existem mais autorizações de pesquisa de lavra válida na área da unidade.

### 2.8.1.2. Grileiros, madeireiros e fazendeiros

Diferentes grupos, alguns utilizando a denominação de cooperativas, atuaram entre 2000 e 2004 na região do Riozinho do Anfrísio. Eles exploravam madeiras, abriam demarcações e pressionavam a população tradicional a abandonar suas terras para posteriormente vendê-las e implantar fazendas. Cinco grandes grupos de grileiros trabalhavam no Riozinho do Anfrísio: Cooperaquino, Agronesp, Grupo Pires, grupos provenientes do município de Novo Progresso, grupos oriundos da Região Centro-Oeste. Os piques dessas fazendas ultrapassam a área da Resex até a margem esquerda do Riozinho do Anfrísio.

Outro grupo que também merece menção é a CR Almeida. Agindo por meio de diversas empresas subsidiárias, as pretensões do conglomerado abrangiam quase toda a metade meridional da Resex, estendendo-se a outras porções da Terra do Meio e totalizando uma área em torno de sete milhões de hectares.

A expectativa de grilagem da CR Almeida é, hoje, alvo de processo judicial movido pelo Ministério Público Federal. Na prática, até novembro de 2004, a CR Almeida conflitava com outros grileiros que detinham o controle do território na área onde foi criada a Reserva. A empresa não chegou, nem antes e nem depois da criação da unidade a exercer posse nos limites do território da Resex Riozinho do Anfrísio. Essa pode, portanto, ser considerada hoje uma questão encaminhada.

O grupo de maior poder econômico na região foi o da Cooperativa Mista do Alto Rio Iriri, Coopermari, oriundo de Sinop (MT), representando um grupo de vinte e dois empresários que grilaram a área paralela à margem direita do riozinho, num raio de setenta e cinco quilômetros desde o Rio Iriri.

Entre as localidades Alto Alegre e Piranheira foram constatadas várias esplanadas e a estrada que dá acesso ao município de Trairão via PA Areias I e II, localizadas a 1,1 quilômetros da margem esquerda do Riozinho do Anfrísio, possivelmente, esse representa o mais perigoso vetor de roubo de madeiras no interior da Resex.

Por essas estradas eram transportados equipamentos e suprimentos e também escoada a madeira em toras para serrarias localizadas em Miritituba e Itaituba. Uma das estradas abertas pela madeireira Quatro de Paus sai de aproximadamente três quilômetros do Riozinho do Anfrísio (próximo à localidade Palhal), contornando o igarapé Palhal, passando pelos assentamentos Areias I e II e continuando para a BR-163 (Cuiabá-Santarém). Nessa estrada encontra-se a sede da Agronesp, que comprou terras de alguns moradores da região entre 2003 e 2004. Nas margens do Riozinho, nos anos seguintes à criação da Resex, ainda se encontravam pequenas placas azuis em árvores, que indicam a região pretendida por essa empresa.

Outra estrada controlada pela Quatro de Paus é conhecida como Ramal São Paulo e termina a 1100m do Riozinho do Anfrísio, próxima ao igarapé Ferventado, passando pela Flona do Trairão e pela fazenda Santa Cecília, se juntando à estrada que vem do Palhal e por essa chegando a BR- 163.

A maioria das estradas, em sua porção dentro da Resex, estão atualmente tomadas pela capoeira e pela mata em regeneração. Porém, a estrada São Paulo está sendo parcialmente mantida pelos moradores da região, que se mobilizaram no início de 2007 para limpá-la, pois este é o principal acesso deles à cidade mais próxima, Trairão.

Na região onde a estrada cruza o limite da Reserva, próximo aos assentamentos Areias I e II, há uma fazenda chamada Primavera, que chega a ocupar uma área dentro da Reserva e que também foi um importante vetor de saída de madeira. A região representa atualmente um dos principais pontos vulneráveis da Resex.

Outras duas estradas foram abertas e funcionaram dentro da área que hoje é a Resex, ligadas a estrada que sai da localidade do Palhal e do Igarapé São João, ambas eram destinadas à exploração madeireira. No Igarapé do São João funcionavam duas serrarias móveis até novembro de 2004, desativadas em função da criação da Resex.

No Igarapé do Aurora existe a estrutura de um acampamento com tábuas serradas com motosserra e um barracão velho; esse local está identificado pelas placas Fazenda Fortuna I e Fortuna II. Logo após a criação da Resex, foram realizadas operações de

fiscalização do IBAMA, desativando a fazenda. O acesso ao local é feito pelo município de Rurópolis, pelo travessão do Km 115.

Como é costume, a grilagem e a exploração madeireira cooptaram moradores de diferentes áreas do rio para trabalhar na abertura das picadas<sup>7</sup>. Esses trabalhos, com o recebimento de diárias de aproximadamente R\$25,00 (vinte e cinco reais) eram normalmente informais e de curto período, inserindo-se no calendário agrícola e na lógica de uma economia camponesa tradicional onde, no “período de ócio”, alguns membros da família buscam uma atividade complementar (e não alternativa) ao extrativismo e à agricultura familiar.<sup>8</sup>

Até a criação da Resex, praticamente todas as áreas do Riozinho do Anfrísio estavam tomadas por esses grupos de madeireiros e grileiros que agiam protegidos por seguranças armados. A população tradicional ficou restrita a uma pequena faixa de aproximadamente três quilômetros de largura, nas duas margens, ao longo do rio.

Esse processo se iniciou com a intensa exploração madeireira no final da década de 1990, e contava com a instalação de pistas de pouso, grandes esplanadas, estrada madeireira (principalmente ligando a Trairão) e estrutura de serraria na localidade do Formiga.

Em relação às áreas de exploração madeireira mais recentes, foram identificados vários ramais madeireiros provenientes do município de Rurópolis. Algumas dessas picadas atravessam os castanhais da localidade de São Pedro e São João, com o objetivo de chegar até a localidade Morro.

Se até 2004 a atividade madeireira esteve intimamente ligada ao processo de grilagem de terras, após a criação da Resex e a frustração das pretensões de grilagem, as madeireiras passaram a agir de forma ainda mais discreta e de difícil combate, pois já não há necessidade de se fixar na área que é abandonada após o saque.

---

<sup>7</sup> Sobre a cooptação de comunitários locais pela grilagem de terras, ver: Andrade, 1990.

<sup>8</sup> Sobre a tradicionalidade da prática de atividades econômicas sazonais complementares em busca de uma monetarização do grupo familiar camponês, ver: Woortmann (2001), Chayanov (1966), Sahlins (1978).

Até a criação da Resex, houve um intenso mercado de venda de colocações pelas famílias do Riozinho do Anfrísio. Um comum procedimento da grilagem conhecido como “expropriação branca”: por meio de pressões e ameaças, famílias eram obrigadas a “vender” por preços irrisórios suas colocações. Isso permitia ao expropriador aliar o baixo desembolso com o estigma legitimador de que as famílias venderam a terra.

As estradas foram um dos principais instrumentos de barganha utilizados pelos grileiros para cooptarem alguns membros das comunidades do alto Riozinho do Anfrísio. Elas traziam, e ainda trazem, segundo relato de alguns moradores, a possibilidade de transporte para a cidade, facilitando a comercialização de produtos e aquisição de mantimentos; o atendimento médico/hospitalar e o acesso a serviços públicos básicos como a retirada de documentos. Além das estradas, os grileiros propiciavam empregos temporários e atendimentos constantes de agentes de saúde e da SUCCAM.

Pode-se dizer que, o grande aliado da grilagem foi o abandono ao qual essa população foi relegada em termos de atendimento aos seus direitos civis. Como todas as máfias no mundo todo, grileiros e madeireiros ocuparam o vazio deixado pela falta do Estado para inserirem-se no grupo social.<sup>9</sup>

Outro trunfo usado por grileiros para aliciarem a população do alto Riozinho do Anfrísio foi a construção de uma pista de avião na localidade Formiga, para cima da última localidade habitada (Buenos Aires).

Aos grileiros, os ribeirinhos eram importantes, pois forneciam mão de obra barata. Também há que se considerar que os grileiros conheciam a efetiva resistência que os ribeirinhos seriam capazes de oferecer, preferindo, então, evitar confrontos diretos. Essa relação se comprova em diferentes casos ocorridos, nos quais os grileiros mudaram de plano e/ou de rota ao se depararem com algumas insatisfações dos moradores.

No Norte da reserva, diferentes grileiros atuaram na proximidade do igarapé Limão, Piracuí e Aurora. A estrada que viabiliza a entrada na região é o Travessão dos Baianos e o travessão do Km 115, oriundos da Transamazônica, próximo ao município de Rurópolis. A aproximadamente uma hora de caminhada do Travessão dos Baianos, em

---

<sup>9</sup> Sobre análise desse processo em outras regiões da Amazônia, ver: Torres, 2007.

direção ao igarapé Aurora, existiram três fazendas: Caóba (entre o Aurora e o Piracuí) (FIGURA 2.27), Fortuna I e Fortuna II (às margens do Aurora e próximas ao rancho utilizado pelos moradores para a coleta de castanha).



**Figura 2.127:** Placa retirada da fazenda Caobá (Fonte: ICMBio, 2008:86).

O Travessão dos Baianos é até hoje um dos limites mais frágeis da Reserva, em se tratando de invasões por agentes externos. Próximo dali, no limite mais ao Norte, há o assentamento rural PA Campo Verde, que já existia antes da criação da reserva.

Na mesma região foram registradas vendas de terras por ribeirinhos, rastreamento de mogno para derrubada e picadas para a criação de fazendas e extração de madeira. A Nordeste, um grupo atuava explorando madeira e também cortando picadas para posterior venda de terra. Próximo ao Travessão dos Baianos, entre os igarapés São João e Cajueiro, existia uma serraria do grupo que trabalhava a madeira. As picadas limitavam uma área ao Norte/Nordeste da Resex, que se iniciava no Riozinho do Anfrísio, abaixo da localidade do Morro, subindo o igarapé Limão até atingir o Travessão dos Baianos, próximo ao igarapé Aurora. Do Travessão, se dirigia ao Leste até a boca do igarapé Laura, no Iriri. Nas proximidades do Riozinho do Anfrísio e de suas localidades, as picadas cortavam na direção Oeste/Leste até a picada entre o igarapé São João e o Charuto. A picada mais próxima do rio ficava a cerca de quatro quilômetros Sul/Leste.

A Sul, Sudeste e Sudoeste dois grupos atuavam em combinação, Coopermari e Cooperaquino. A maior picada era da Coopermari, que começava em Aruri, cruzava o Riozinho ao alto da localidade Sobradinho e terminava no Rio Iriri, próximo à sede da

cooperativa, que possuía uma pista de pouso. As terras griladas por essa empresa localizavam-se na área Leste e no extremo Sul da Resex. Entre a principal picada da Coopermari e o Riozinho do Anfrísio ficavam as supostas terras da Cooperaquino. A primeira picada saía de Alto Alegre e ia até depois do Antenor, variando de um a quatro quilômetros da margem do rio e localidades. Dentro dessas áreas, eram divididas as glebas para posterior venda, que tinham um tamanho aproximado de 10 x 30 quilômetros.

De modo geral, com a criação da Reserva e as ações do ICMBIO, pode-se dizer que a grilagem na Resex Riozinho do Anfrísio é um problema controlado. A mesma segurança não se transporta para a exploração criminosa de madeira, em especial, na área de sobreposição ao PA Campo Verde e nas proximidades do PA Areias e Flona Trairão.

Atualmente, segundo relatos de moradores, tem ocorrido extração ilegal de madeira nas regiões do Igarapé Conceição e Igarapé dos Malandros e, além disso, no seu entorno, dentro da Flona Trairão. Apesar da sensível diminuição da exploração ilegal de madeira, os limites da Resex ainda são muito frágeis.

### **2.8.2. Ameaças e conflitos internos**

As principais ameaças e conflitos internos parecem derivar principalmente do processo de associativismo que está em curso na Resex. Antes da demarcação da Reserva, a convivência dos moradores das diferentes regiões era tranqüila. Sobretudo por conta da relação desses moradores com agentes externos, diversos conflitos foram gerados. A relação entre as regiões do baixo Riozinho e alto Riozinho foi bem afetada por um processo histórico conturbado, no qual ocuparam lados diferentes.

Pouco antes da criação da Resex, emergiram algumas denúncias vindas do baixo Riozinho sobre pistoleiros e ataques no alto. Foram realmente confirmados, com moradores tanto do alto quanto do baixo, apenas dois eventos dessa natureza, sendo que apenas um foi direcionado especificamente a um morador (ICMBio, 2008).

Essas denúncias que se mostravam falsas e excesso de argumentação sobre a atuação dos grileiros fizeram com que os moradores do alto cultivassem certa mágoa com relação aos do baixo.

Outro vetor de conflitos é a aceitação dessas denúncias, por parte de algumas instituições que atuam na Resex, sem questionamento mais detalhados de quem as fez ou mesmo uma confirmação dos fatos com os acusados, segundo moradores do alto Riozinho.

Os moradores do médio Anfrísio, que estariam aparentemente fora desses conflitos e discussões, não tinham ressentimentos com nenhuma das partes. Porém, atualmente um sentimento de maior concentração de benefícios no baixo e no alto Riozinho proporciona um grande desgosto aos moradores do médio Riozinho com os projetos e com a Associação.

Ao se construírem ações que atendam um ou outro lugar em detrimento do todo, começam a se romper os fios sociais que haviam sido tecidos pela convivência. Como geralmente esses acontecimentos têm uma velocidade muito maior do que a possibilidade de refletir/avaliar/aprender junto com essas famílias sobre tais acontecimentos, muitos problemas se criam. É necessário, no entanto, visando uma diminuição nas ameaças e conflitos internos e uma conseqüente maior possibilidade de fortalecimento comunitário e conquista de direitos, que ocorram processos de valorização dos espaços de organização comunitária endógenos à comunidade e um aprendizado contínuo sobre outras formas de associativismo, como por exemplo, o espaço da associação.

Seguindo um caminho de entendimento e de fortalecimento aumentam as possibilidades de se ampliarem os elos de ligação entre os moradores, fortalecendo o tecido social que mantém a solidariedade entre estas famílias. É preciso, portanto, ao se buscar a efetivação de ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores da Resex e de proteção da floresta que essas famílias habitam, investir na formação destes moradores, buscando o fortalecimento comunitário e a gradativa conquista de direitos.

### **3. GESTÃO DA UNIDADE**

#### **3.1. Estrutura da Gestão da Unidade**

##### **3.1.1. Gestão da Unidade**

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

Os gestores do ICMBio responsáveis pela Resex Riozinho do Anfrísio ficam lotados em Altamira/PA, vinculados à Coordenação Regional 03, sediada em Itaituba/PA e à Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP – na sede do ICMBio em Brasília.

A gestão da unidade sempre foi realizada de forma integrada com a gestão das outras Unidades de Conservação Federais da Terra do Meio, principalmente com a Resex do Rio Iriri, por serem contíguas. Esta é uma estratégia institucional para consolidação e implementação das unidades de conservação da Terra do Meio. Em função disto, o ICMBio publicou a portaria nº 28 de 17/12/2007, criando as bases operacionais - núcleos de gestão integradas, ficando a Resex Riozinho do Anfrísio inserida no contexto da base avançada de Altamira/PA.

Faz-se necessário a formalização do Mosaico da Terra do Meio, sendo importante ressaltar a discussão sobre quais áreas protegidas farão parte deste mosaico, levando em consideração a dificuldade logística na região, o tamanho das áreas em questão, o grau de implementação das unidades, a integração entre o ICMBio-IBAMA-SEMA/PA-FUNAI e os recursos humanos e financeiros disponíveis.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), artigo 18 § 2º, “*a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade*”. Para o cumprimento do disposto, foi criado, em 2008, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, composto por diversos segmentos sociais e governamentais. O Conselho Deliberativo foi oficializado pela Portaria nº 13 de 06 de fevereiro de 2008, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação do Plano de Manejo da Unidade, o cumprimento dos objetivos de sua criação e o disposto no Capítulo V do Decreto 4.340/2002, que regulamentou a Lei do SNUC.

O conselho se reúne três vezes por ano, sendo duas reuniões ordinárias e uma extraordinária. As três primeiras reuniões ocorreram na cidade de Altamira, porém os moradores solicitaram que as reuniões ocorressem no interior da Resex. A partir de então as outras duas reuniões ocorreram na Resex e se percebeu que nessas reuniões os ribeirinhos se comunicam melhor, expondo seus anseios, suas dificuldades, seus sonhos. Para os representantes das instituições, a maioria urbanos, é um importante conhecimento da realidade local, contudo a reunião torna-se mais dispendiosa e a dificuldade de

deslocamento impede a participação de alguns conselheiros institucionais importantes. Por isso é necessário haver um equilíbrio entre reuniões na cidade e na Resex, de forma que haja gastos equilibrados e a participação efetiva de todos os representantes.

Além da instância formal de gestão participativa proporcionada pelo Conselho Deliberativo, o órgão gestor tem interlocução direta com outras instâncias de organização das comunidades.

### **3.1.2. Infraestrutura e Equipamentos**

A Resex Riozinho do Anfrísio não dispõe de infra-estrutura na Unidade e sua base está localizada no Escritório do IBAMA (ESREG) em Altamira. Os equipamentos e materiais permanentes da Resex estão provisoriamente nesse Escritório do IBAMA, tendo sido adquiridos por meio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA e encontram-se em bom estado de conservação. A unidade dispõe de: 01 Caminhonete modelo L-200, 4x4; 4 computadores (2 PCs e 2 notebooks); 2 máquinas fotográficas; 2 GPS; 2 voadeiras (40HP).

### **3.1.3. Pessoal**

Durante o primeiro ano de existência, a Resex não possuía servidores lotados especificamente para esta unidade, sendo que a gestão era feita pelos servidores do ESREG/IBAMA de Itaituba/PA e GEREX/IBAMA Santarém.

Em novembro de 2005, através de concurso promovido pelo IBAMA, uma servidora foi lotada na Resex; e em 2007 dois servidores foram lotados na Resex do Rio Iriri, integrando o trabalho das duas unidades, proporcionando um melhor desempenho das atividades e cumprimento das demandas. Em dezembro de 2006, foi nomeado o primeiro chefe da Resex Riozinho do Anfrísio, por meio da Portaria n. 1994/IBAMA.

Em 2009 houve a convocação de treze analistas ambientais, aprovados em concurso público, que vieram somar ao NGI (Núcleo de Gestão Integrada) de Altamira e assim, neste contexto de gestão integrada, auxiliar na gestão das UCs da região. Um desses analistas ambientais foi lotado especificamente na Resex Riozinho do Anfrísio.

Mesmo com esse trabalho integrado e o aumento do número de servidores, há muitas demandas da Resex que ficam comprometidas em função do número reduzido de servidores. É necessário que o efetivo de servidores seja complementado, seja através de concurso, seja através de contratos.

Qualquer funcionário novo, seja do ICMBio, sejam de instituições parceiras devem estar cientes que necessitam conhecer a Resex, seus moradores, regras e demais mecanismos de gestão, compreendendo melhor a realidade local e o modo de vida de seus moradores, permitindo uma eficácia maior das atividades de conservação e uso sustentável desenvolvidas pelo ICMBio e pelas populações tradicionais.

#### **3.1.4. Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio**

A Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio - AMORA - foi criada em 28 de março de 2003, com sede localidade Morro do Anfrísio, localizada dentro da Resex. A AMORA foi criada com o apoio da sociedade civil organizada, no intuito de que as comunidades tivessem uma personalidade jurídica no processo de criação da Resex, melhorando sua interlocução com o Governo e a Sociedade.

Apesar da AMORA ter sido criada em 2003, a idéia do associativismo ainda não foi amadurecida, o que faz com que haja dificuldades de atuar sem ajuda de entidades externas.

A realidade Amazônica, em grande parte, ainda é marcada pelo coronelismo, pelo patronato, situação que marca o imaginário dos moradores. É necessário, portanto, compreender a realidade política em que estão inseridos os moradores da Resex e fomentar uma formação voltada para o exercício da cidadania, do associativismo e do cooperativismo. É necessário que os moradores compreendam a função de cada pessoa na cooperativa ou na associação, a importância e a atuação das lideranças, o papel dos moradores no processo de fortalecimento dessas associações, cooperativas e da própria Reserva. É essencial que este trabalho ocorra com uma regularidade, a fim de que sejam proporcionadas as condições para um entendimento aprofundado do associativismo e que conflitos entre moradores possam ser resolvidos de maneira a fortalecer os laços comunitários.

### 3.1.5. Conselho Deliberativo

A formação do Conselho Deliberativo da Resex Riozinho do Anfrísio foi o principal enfoque da gestão do IBAMA/ICMBio em 2007. Este processo está documentado e a disposição na sede da unidade e na sede do ICMBio em Brasília, sob n. 02001.004521/2007-36.

Dentre os critérios de seleção dos conselheiros foi definido que deveria haver representatividade de pessoas de todo o Riozinho do Anfrísio, considerando a presença de mulheres, de jovens, para que as opiniões de todas as pessoas pudessem chegar até as reuniões de Conselho e também para que os resultados da reunião voltassem para todos, bem como uma boa distribuição entre as instituições que fariam parte do conselho.

Dentre as pessoas escolhidas há duas mulheres e treze homens; há três pessoas com mais de cinquenta anos; nove pessoas de vinte a cinquenta anos e três pessoas abaixo de vinte e cinco anos. Observa-se, portanto que o grupo escolhido apresenta uma boa representação geográfica e de idade, mas a representação de gênero não é equilibrada. Isso foi apontando, mas decidiu-se por esta composição.

Com os representantes das comunidades e instituições escolhidas durante as reuniões, foi realizada uma reunião em Altamira para a finalização da formação do Conselho.

Todo esse processo de formação ocorreu juntamente com a Resex do Rio Iriri e todas as reuniões do Conselho da Resex Riozinho do Anfrísio que ocorreram até hoje foram em conjunto com o Conselho da Resex do Rio Iriri. É importante se discutir a possibilidade de junção destes Conselhos, o que diminuiria gastos e quantidade de conselheiros, facilitando a gestão e a metodologia de condução das reuniões.

Após a publicação da Portaria n. 13/2008, oficializando a formação do Conselho, já houve cinco reuniões sendo que nas duas primeiras formulou-se o regimento interno e um plano de ação inicial focado em saúde e educação. Nas outras três reuniões as pautas se basearam principalmente em: Reconhecimento da Resex pelo INCRA, acordos de pesca, retorno de famílias para Resex, projetos de instituições parceiras, discussão do plano de

manejo, formação de GTs como pesquisa, produção e comercialização, saúde e educação, dentre outros.

### **3.1.6. Proteção dos Recursos Naturais**

O Plano de Proteção da Resex Riozinho do Anfrísio tem como objetivo embasar o planejamento, as ações e a integração com a população a fim de combater as ameaças à preservação da unidade e de seu entorno. Este plano foi elaborado pela equipe técnica do ICMBio de Altamira, tendo como base os trabalhos de campo realizados no decorrer dos últimos anos e oficinas específicas realizadas para o tema, e será um documento norteador das atividades, tendo que ser constantemente revisado com intuito de melhorar as práticas utilizadas na proteção.

Os vetores de pressão que se pretende trabalhar por meio deste planejamento são: pesca comercial predatória, extração mineral (ouro), caça por colonos dos assentamentos Campo verde e Paraíso, grilagem de terras, extração ilegal de madeira. Dentre as estratégias de atuação levantadas estão a ocorrência de operações de fiscalização – tanto por água como por terra, o atendimento de denúncias e a integração com o entorno, tanto por meio da atuação do Conselho Deliberativo, como por ações de educação ambiental junto a moradores do PA Campo Verde.

## **3.2. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso**

A reserva ainda não possui o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Este deve ser precedido da devida regularização fundiária que ainda não foi efetivada e da publicação do Plano de Manejo.

## **4. PLANO DE UTILIZAÇÃO**

### **4.1. Elaboração do Plano de Utilização**

O processo de elaboração do Plano de Utilização da Resex Riozinho do Anfrísio foi baseado na Instrução Normativa/ICMbio 01/2007, que regulamenta os procedimentos para elaboração do Plano de Manejo e Plano de Utilização das Reservas Extrativistas.

O Plano de Utilização (PU) foi construído antes da elaboração do Plano de Manejo como um todo, mas não chegando a ser publicado. Este Plano de Utilização passou pelas instâncias deliberativas e foi aprovado pelo Conselho em sua 4ª reunião ordinária, faltando somente análise da Procuradoria Jurídica e encaminhamento para publicação. Entretanto, devido à continuidade da elaboração dos demais conteúdos deste Plano de Manejo, percebeu-se que não haveria necessidade de publicação do Plano de Utilização separadamente.

Para construção deste Plano de Utilização, foram realizadas reuniões de planejamento em Altamira e quatro reuniões em campo com as comunidades, sendo três reuniões menores e uma reunião grande com toda comunidade, a fim de se coletar e validar as informações que foram construídas de forma participativa.

Nas reuniões menores foram discutidas as formas de utilização da Resex, dando continuidade às discussões que se iniciaram com a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo nos anos de 2006 e 2007. Na reunião ampliada, foram validados e comparados os dados coletados, sendo que as regras conflitantes foram apresentadas e discutidas até a chegada de consenso.

O Plano de Utilização foi encaminhado à DIUSP, que emitiu o parecer técnico nº n°13/CGREX/DIUSP/2009, com contribuições significativas ao Plano. Essas contribuições foram acatadas durante a realização da plenária da 4ª reunião do Conselho Deliberativo, que, ao final, aprovou o Plano de Utilização e encaminhou-o para publicação.

## **4.2. Plano de Utilização**

### **OBJETIVOS E FINALIDADES**

- 1 O objetivo deste Plano é garantir a conservação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio por meio da regulamentação da utilização dos recursos naturais renováveis por parte dos moradores, visitantes, funcionários do governo e instituições. O Plano de Utilização servirá ainda como um guia para as ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) dentro da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. Além disso, é objetivo deste Plano ser instrumento legal para os órgãos da administração pública, dos poderes executivo e judiciário, para que as normas de Utilização da Reserva aqui estabelecidas sejam respeitadas e cumpridas.
- 2 É objetivo deste Plano apresentar a relação de condutas tradicionais incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir as leis brasileiras sobre o meio ambiente, tendo como principal referência o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- 3 O Plano de Utilização deve ser um guia para que os moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio tirem seu sustento da Reserva, mas se comprometam em conservá-la para seus filhos, netos e gerações futuras.
- 4 O Plano tem também objetivo de definir as responsabilidades de cada morador, visitantes e instituições na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.
- 5 Este plano deve ser aplicado dentro dos limites da Resex.

### **RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO**

- 6 Todos os moradores e associações de moradores, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e todas as organizações que compõe o Conselho Deliberativo da Reserva são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização.

- 7 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é responsável pela administração da Reserva junto com o Conselho Deliberativo e Associações de Moradores.

### **DELIMITAÇÃO DOS TERRENOS/COLOCAÇÕES, ENTRADA DE NOVOS MORADORES E VENDA DE BENFEITORIAS**

- 8 Cada família só poderá ter uma colocação (ou um lugar). É considerada uma colocação a área de uso imediato de cada família, ou seja, área onde moram e trabalham, de roçado e de pesca de subsistência. As áreas de caça, de castanhais, retirada de copaíba e andiroba, podem ser distantes da colocação.
- 9 É responsabilidade dos extrativistas zelarem por suas estradas de seringa, castanheira, plantios de árvores, palmeiras ou outras estradas que possuem em suas colocações e áreas de uso comum.
- 10 No caso da ocupação de colocações abandonadas, a ocupação da mesma deve ter autorização da família e vizinhos. Deve ser comunicado a Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio – AMORA e ao chefe da Resex qual será a família que ocupará a colocação. Para que a colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a família, vizinhos e a Associação dos moradores da Resex.
- 11 Fica proibido o loteamento e venda das colocações existentes na Reserva.
- 12 A transferência de uma família para uma nova colocação deve ser aprovada pelos vizinhos, pela associação, com registro em ata da reunião, e pelo gestor da Resex, respeitando o zoneamento da Resex.
- 13 Caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista da Resex do Riozinho do Anfrísio.

### **ATIVIDADES EXTRATIVISTAS**

- 14 O uso do fogo deve ser evitado ao máximo pelos moradores, podendo ser utilizado para a abertura de novos roçados e novas colocações, desde que sejam tomados todos os

cuidados necessários. Deverão ser feitos aceiros no entorno das árvores nobres, por exemplo: castanheira, andiroba, copaíba, seringueira, ipê, maçaranduba, mogno, cedro e outras madeiras nobres e protegidas por lei. O controle do fogo é de responsabilidade do morador da colocação e da pessoa que colocou o fogo.

- 15 As seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas.
- 16 É permitido que seja roçado (mantendo as árvores maiores) até 100 (cem) metros em frente às colocações.
- 17 As estradas de seringa poderão ser reabertas pelos antigos seringueiros, desde que um respeite a estrada do outro.
- 18 Ficam definidas como áreas comuns para a exploração da castanha, os castanhais do Aurora, o Nazaré e Casa Branca (excluindo os piques que já tem dono).
- 19 A coleta de copaíba, breu, andiroba, mel, cipós e outros produtos tradicionalmente coletados pode ser praticada em qualquer local dentro da reserva, desde que respeitando as áreas das casas de cada família e os acordos existentes.
- 20 Os moradores da Reserva poderão extrair madeira somente no interior da Unidade, para construção de barcos, gamelas, remo, artesanatos, móveis e instrumentos de trabalho, para uso das famílias e pequenas vendas de produtos beneficiados. Para comércio em maior escala deve-se elaborar plano de manejo florestal comunitário, conforme previsto no §7 do art. 18 do SNUC. Não será permitido o uso de madeiras protegidas por lei e deve ser evitada a extração de árvores de uso medicinal.
- 21 As madeiras utilizadas para lenha ou carvão serão de árvores mortas, já caídas ou de capoeira.
- 22 É permitido o uso de palmeiras por parte dos moradores para a cobertura de suas casas, bem como a coleta de seus frutos, folhas e sementes. Fica autorizado o corte para a construção de casas e centros comunitários, conforme a tradição local.
- 23 Podem ser explorados produtos não madeireiros para uso familiar e comercial, desde que a exploração não comprometa o uso destas espécies pelas futuras gerações. Alguns exemplos destes produtos são: Castanha, Copaíba, Andiroba, Seringa, mel, cipó (titica,

ambé, timbó), breu, cascas de árvores, sementes, palhas, frutos, fitoterápicos, coco babaçu, buriti, açaí, patuá, cumaru, bacaba, jatobá.

- 24 Além das atividades extrativistas, os moradores da Reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura para consumo familiar e venda. Alguns exemplos de produtos são: arroz, mandioca, feijão, pimenta do reino, urucum, milho, banana, batata, inhame etc. e criação de animais de pequeno e médio porte como porco (esses devem ser criados em cercados), galinha e pato.
- 25 A criação de animais de médio porte deve ficar distante pelo menos 100 (cem) metros de rios, igarapés, nascentes e lagos.
- 26 Fica definido que para a abertura de roças os extrativistas vão continuar fazendo como era antes da criação da reserva, ou seja, será livre, de acordo com a necessidade de cada família, e deve ser distante ao menos 100 (cem) metros de rios e igarapés.

### **PESCA**

- 27 Os moradores cadastrados da Reserva têm o direito de pescar (mariscar) para sua alimentação e comercialização. Deve-se respeitar a lei do defeso. É proibida a pesca de espécies de peixe que se encontrem em risco de extinção e o uso de técnicas predatórias previstas na Lei.
- 28 Não é permitido aos moradores convidar pessoas que moram fora da Reserva para essas atividades.
- 29 A malhadeira é permitida, desde que respeitado o tamanho permitido pela legislação, ou seja, a malhadeira poderá ter até o tamanho de um terço da largura do rio e não podem fechar as bocas de igarapés, rios e lagos.
- 30 Os restos de peixes vendidos e o lixo devem ser enterrados, nunca jogados no rio ou na praia e, quando possível, devem ser queimados antes de serem enterrados.
- 31 Os mariscadores não podem pescar na frente de nenhuma casa, a não ser a sua, sem a autorização do(s) morador(es) residente(s) na área.

- 32 Aquelas áreas definidas como de uso coletivo pela comunidade, podem ser utilizadas por todos para as atividades extrativistas e de pesca.
- 33 Em colocações abandonadas, a área em frente à colocação é de uso comum.
- 34 Os igarapés do Limão e Pereira podem ser utilizados para a pesca por todos os moradores em períodos de redução dos peixes no Riozinho do Anfrísio; todos os outros igarapés e áreas não citadas neste acordo estão proibidos para a pesca comercial.

### **ÁREAS DE USO COMUM**

- 35 As nascentes dos rios e igarapés foram definidas pelos moradores como áreas de preservação permanente e preservação do próprio Riozinho do Anfrísio, não sendo permitida qualquer atividade de coleta de castanha, pesca etc.
- 36 Ficam definidas as localidades do Morro, Morro Verde, Boa Saúde e Lajeado como as regiões para os centros comunitários.
- 37 Aquelas áreas definidas como de uso coletivo pela comunidade podem ser utilizadas por todos para as atividades extrativistas e de pesca.

### **PROTEÇÃO DA RESERVA**

- 38 Cada morador é colaborador para fazer cumprir as normas em sua colocação, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste Plano de Utilização sejam cumpridas pelo conjunto dos moradores.
- 39 A fiscalização da Reserva é responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que deverá contar com o apoio das Associações de Moradores existentes na Reserva.
- 40 Caso haja a invasão ou ocupação sem autorização de colocações abandonadas, o fato deve ser comunicado às associações de moradores para que entrem em contato com o

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para que tomem providências.

### **PENALIDADES**

- 41 O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do contrato do direito real de uso da reserva por parte do morador, de modo a conservá-la para os filhos e netos tal como a receberam, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano de Utilização.
- 42 Quando houver uma infração ao Plano de Utilização, o morador e/ou visitantes estarão sujeitos às penalidades previstas neste plano de uso.
- 43 Se for identificada alguma infração a esse Plano de Utilização pelos moradores, pessoas de instituições ou visitantes, esses serão inicialmente advertidos por escrito pela Associação ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Se voltarem a cometer o mesmo erro ou em caso de crimes graves previstos na lei, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho Deliberativo para que sejam tomadas as devidas providências.
- 44 O plano de utilização constitui o documento que estabelece os acordos entre os moradores da Reserva e deve ser considerado perante o Ministério Público em processos legais que tratam do uso da Reserva.
- 45 De acordo com o previsto neste Plano, morador extrativista que descumprir o limite de 01 (uma) colocação perderá o direito de uso da área aberta por último, ficando a critério da associação a destinação dela.
- 46 O morador extrativista que tiver perdido o direito de uso não poderá requerer outra colocação na mesma Unidade.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

- 47 Por ser um guia da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, o Plano de Utilização deve ser amplamente divulgado. Quando um extrativista solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade e desde que sua colocação esteja bem cuidada (estradas limpas, recursos ambientais conservados). Deve-se fazer o registro em ata comunitária.
- 48 Fica proibida a ocupação de colocações e utilização de residências por pessoas que não estão no cadastro oficial da Resex como extrativistas, salvo pessoas que comprovadamente prestem serviço a comunidade e, para isso, devem possuir autorização do ICMBio.
- 49 O acesso de comerciantes (regatão) dentro da unidade para compra e venda de produtos deve ser comunicada à Associação e ao chefe da Resex.
- 50 Para acesso de pessoas estranhas a Resex, deve haver autorização do chefe da unidade com a anuência da Associação. Estranhos são: pessoas não parentes dos comunitários, e instituições em geral. A autorização deve ser apresentada a qualquer morador sempre que solicitada.
- 51 Quando um objeto for doado à AMORA ou comprado por esta não tiver a pessoa certa para o receber, quem deve decidir o que fazer com ele é a comunidade.
- 52 Fica acordado entre os moradores que qualquer família que não esteja cadastrada até o momento e que queira mudar para a área da Resex deverá seguir os seguintes passos:
- Consultar a associação em uma reunião geral, registrada em ata e com lista de presentes, com a presença da maioria dos moradores, através do encaminhamento de uma carta para a associação;
  - A associação deve enviar o pedido ao Conselho Deliberativo, que verificará se há algum problema ou risco de conflitos, autorizando ou não a família a ir para o local.

- Com as autorizações da associação e do Conselho Deliberativo, a família pode: escolher um local para abrir uma nova residência e área de plantio e extrativismo; se mudar para o local escolhido e fazer a abertura de roça e construção da casa.
- 53 Uma vez autorizada, a família tem até três anos para se mudar para área definitivamente. Caso tenha uma pessoa sozinha morando na casa que mora uma família, essa pessoa é considerada agregada e não uma nova família, por isso se quiser abrir uma colocação deve passar pelo processo descrito no item 52.
- 54 Uma pessoa, desde que possua mais de dezoito anos, tem o direito de morar sozinha e ser considerada uma família.
- 55 Entende-se por família:
- Os pais e os filhos não-casados;
  - Pessoas maiores de idade que queiram morar sozinhas.
- 56 Podem pedir alteração deste Plano de Utilização: associações, Conselho Deliberativo e ICMBio, chegando sempre que possível a um consenso.
- 57 Este plano deve compor o Plano de Manejo da Resex do Riozinho do Anfrísio.
- 58 As propostas de alteração deste Plano deverão ser levantadas em reuniões a serem realizadas nas comunidades da Reserva para aumentar a participação. As propostas levantadas deverão ser organizadas e encaminhadas pelas Associações de Moradores ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Conselho Deliberativo. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade também poderá propor alterações ao Plano de Utilização.
- 59 Este plano pode ser revisado a qualquer momento que for necessário e justificado em reunião do Conselho Deliberativo.
- 60 A publicação do Plano de Utilização se dará após análise do ICMBio que o encaminhará ao Conselho Deliberativo da Resex que, através de resolução, o encaminhará para publicação no Diário Oficial da União - DOU.

## SIGNIFICADOS

**Áreas de uso comum:** Locais que não possuem “dono”, ou não foram identificadas pessoas que queiram retirar produtos florestais não madeireiros desta área. Neste caso a área é destinada a qualquer morador cadastrado, respeitando as regras aqui estabelecidas.

**Morada/Colocação:** Local onde a pessoa mora e seu quintal.

**Localidade:** Região onde está localizada uma ou várias moradias.

**Regatão:** Comerciante itinerante que leva e traz produtos da Resex em barcos regionais.

## 5. ZONEAMENTO DA UNIDADE

O zoneamento da Resex é, segundo o SNUC, a definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz, ou seja, é uma ferramenta que visa organizar o uso e conservação dos recursos naturais. O zoneamento apresenta as diferentes formas de uso do solo e dos recursos naturais na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

É importante lembrar que no modo de vida tradicional ribeirinho o manejo e a conservação dos recursos naturais são naturalmente praticados, pois essas populações dependem da integridade da floresta para dela retirar seu sustento. Sendo assim, é comum se fazer um rodízio entre as áreas de uso, ora explorando ora preservando os recursos de uma mesma região de acordo com sua produtividade. Portanto, esse zoneamento deve atender a essa dinâmica de uso e ocupação do solo que já ocorre, sendo revisto e atualizado dentro do prazo de revisão do próprio Plano de Manejo.

Abaixo seguem as definições das zonas e o mapa do zoneamento (FIGURA 5.2) construído com as comunidades.

- **Zona de Pesca (ZP)** - Compreende as áreas onde pode ser realizada a pesca para fins comerciais de acordo com o plano de utilização da Resex Riozinho do Anfrísio. Corresponde ao: trecho do Riozinho do Anfrísio que vai de sua foz até a localidade Ascroa; o trecho do igarapé do Pereira que vai desde sua foz no Riozinho até a cachoeira conhecida como Carreira Cumprida; e finalmente o trecho do igarapé do Limão que vai de sua foz no Riozinho até a confluência com o igarapé São Francisco. É importante salientar que vários moradores, principalmente os que pescam somente para consumo, têm se queixado de uma diminuição na quantidade e qualidade de peixes. Dessa forma indicam-se, para esta zona, atividades de monitoramento da ictiofauna acompanhado da análise da capacidade de suporte destas áreas, buscando a manutenção das populações de peixes.

- **Zona de Extrativismo (ZE)** – Compreende as áreas destinadas ao uso múltiplo dos recursos florestais, com ênfase na exploração dos recursos florestais não madeireiros. Trata-se uma área importante para a manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades residentes na Resex, sendo permitido o uso comercial dos produtos pelos moradores. As áreas enquadradas nesta zona são divididas em três subzonas:
  - 1- Uso Sazonal – Compreende uma área de 291.537 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e sete) hectares, correspondendo a 40% da área total da Unidade. Esta área é utilizada pelos moradores da reserva, para o desenvolvimento das atividades tradicionais, como extrativismo e a caça de subsistência. A utilização dos recursos nesta área pode se dar de forma comunitária ou individual de acordo com o plano de utilização.
  - 2- Uso Eventual – Compreende uma área de 144.535 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco) hectares correspondendo a 15% da área total da Unidade. Esta área é utilizada eventualmente pelos moradores para retirada de produtos como castanha, breu, óleo de copaíba, entre outros. Importante notar que esta subzona extrapola os limites da Resex Riozinho do Anfrísio, sobrepondo-se em parte as Flonas de Altamira e Trairão. Trata-se de antigas áreas de uso dos moradores da Resex, estabelecidas ainda antes da criação dessas Unidades de Conservação. Dessa forma, o zoneamento das respectivas Flonas deve atentar para essas áreas garantindo a permanência de seu uso pelas populações tradicionais.
  - 3- Áreas Potenciais – Compreende uma área de 52.248 (cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito) hectares correspondendo a 5% da área total da Unidade. São áreas ainda não exploradas onde podem ser encontrados recursos extrativistas como castanheiras, copaibas, andirobas, cipós, entre outros.
  
- **Zona de Uso Intensivo (ZI)** – Esta zona compreende os arredores das casas dos moradores da Resex, onde são implantados os roçados, obras de infra-estrutura, como por exemplo, casas de farinha, e onde se utiliza o trecho do rio para a pesca de subsistência.
  
- **Zona de Potencial Ecoturístico (ZPE)** – Compreende as áreas indicadas pelos moradores como sendo de especial beleza cênica, com potencial para a realização de

atividades de ecoturismo - expedições. Trata-se das seguintes regiões: grotas do Belo, localizada próximo a cabeceira do igarapé Aurora, sendo um afluente deste; Peladão – uma extensa área rochosa, aberta em meio à floresta, com cerca de duzentos metros de altitude, distante cerca de duas horas de caminhada da localidade Boa Saúde (FIGURA 5.1); Pedra da Mimososa – paredão de pedra localizada na região do igarapé do Tracoá nas proximidades da localidade Estapiri de Cima; e a Cachoeira São José, localizada no igarapé Conceição acima da confluência com o igarapé Manoel Ritinha e Morro da Copaíba na localidade do Novo Paraíso. Além dessas áreas citadas, todo o percurso ao longo do Riozinho do Anfrísio é dotado de grande beleza, sendo possível avistar várias aves e mamíferos como, por exemplo, preguiças e macacos. O turismo de experiência é também uma ótima opção, sendo que os eventuais visitantes terão a chance de vivenciar com os moradores locais, o tradicional modo de vida ribeirinho.



**Figura 5.1:** Foto do Peladão, próximo à localidade Boa Saúde.

- **Zona de Preservação (ZPP)** – Compreende as áreas onde não há ocupação e nem uso humano, sendo destinada a conservação de biodiversidade e recursos naturais. Está área ocupa cerca 272.680 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta) hectares, correspondendo a aproximadamente 40% da área total da unidade.
  
- **Zona de Amortecimento (ZA)** – Segundo a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Conforme disposto nessa Lei, o ICMBio deve estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento, sendo que tanto os limites da zona de amortecimento quanto suas respectivas normas poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente. Todas as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

A Lei do SNUC determina que o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Dentre as normas definidas no Plano de Manejo para a zona de amortecimento, insere-se as que tratam das atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados, observadas as informações contidas nas decisões técnicas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, e que afete unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada deverá ser uma das beneficiárias da compensação ambiental.

A Resex Riozinho do Anfrísio é em grande parte circundada por áreas protegidas: Ao nordeste a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, ao leste a Reserva Extrativista do Rio Iriri, ao sudeste a TI Xipaya, ao sul Flona de Altamira, ao sudoeste o Parque Nacional do Jamanxim, ao oeste e noroeste a Floresta Nacional do Trairão. Somente uma pequena parte de seu perímetro, na porção norte da unidade, não limita com áreas protegidas.

A zona de amortecimento proposta é de uma faixa de 10 km circundante aos limites da unidade. A justificativa da inserção dessa zona de amortecimento nas áreas protegidas do entorno é a busca de um diálogo com a FUNAI, responsável pela gestão das Terras Indígenas; e uma gestão integrada com as demais unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio. A parceria na gestão é importante, pois os mesmos problemas afetam diferentes unidades, a exemplo da exploração de madeira nos ramais de acesso à cidade de Trairão, passando pela Resex Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional do Jamanxim e Floresta Nacional Trairão. Nessas unidades de conservação do entorno também ocorrem áreas de uso eventual dos comunitários da Resex Riozinho do Anfrísio. Desta forma, a inserção da zona de amortecimento sobreposta a essas unidades de conservação oficializa a necessidade de discussão no que se refere a garantir o acesso dos comunitários aos recursos naturais, bem como no tocante a implantação de projetos nessas unidades, tais como exploração florestal e visitação.

Ao norte, onde não há área protegida no entorno da unidade, observa-se a presença de dois projetos de assentamento rural (Paraíso e Campo Verde), além de rodovia de acesso à cidade de Rurópolis. A zona de amortecimento nesse setor visa um maior controle na implantação de estradas e ramais, coibir a exploração de madeira irregular, caça amadorística e profissional, garimpos, desmatamentos e grilagens, fiscalizar a exploração de madeira autorizada, influenciar na definição de reservas legais e se manifestar nos licenciamentos de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

Conforme disposto no SNUC, a administração (ICMBio), pode definir normas na zona de amortecimento na sua criação ou posteriormente. A zona de amortecimento constante nesse Plano de Manejo é uma proposta para o entorno da unidade e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico. Assim, no momento de seu estabelecimento, poderão ser definidas normas específicas para a zona de amortecimento, as quais não foram definidas na presente proposta.



**Figura 5.2:** Zoneamento da Resex Riozinho da Anfrísio.

## **6. CENÁRIOS**

As projeções dos cenários foram construídas com base nos diálogos acerca da elaboração dos Programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Resex Riozinho do Anfrísio. Além disso, pretende-se o diálogo com as instituições responsáveis ou

parceiras da Resex, procurando o cumprimento do seu papel de indicar estratégias e ações para as demandas identificadas nesse plano de manejo.

O conhecimento acumulado com a estruturação do plano de manejo (Diagnósticos, Plano de Utilização e Zoneamento) deve ajudar a determinar as possibilidades futuras para a gestão da Resex. Será uma visão coletiva com papel norteador para o detalhamento de ações e prioridades realizadas pelos administradores que de alguma forma tem atuação na Resex, seja do ICMBio, AMORA, Prefeitura, ONGs ou demais organizações de apoio.

## 6.1. Cenário Ótimo

Cenários para 5 anos	Cenário 1 – Ótimo (bem positivo)
<b>Condições do Cenário</b>	Muitos recursos para a gestão da Resex (equivale à manutenção do recurso ou mais recursos). Muitos parceiros envolvidos nas causas da Resex. Políticas públicas específicas para a Resex bem definidas, principalmente nas áreas de educação e saúde. Mais linhas de projetos e investimentos privados para Resex. Projetos piloto de captação de carbono e pagamento por serviços ambientais em andamento nas Resex do país. Manutenção do regime hidrológico dos rios.
<b>Eixos de Gestão</b>	Boa gestão de conflitos e redução das pressões externas. Informações sobre dinâmica florestal (volume, biomassa, mortalidade e recrutamento), pesqueira e faunística (volume, biomassa, mortalidade e recrutamento). Bases operativas do ICMBio ao longo da unidade para pesquisa, visitas, proteção, fiscalização e monitoramento. Participação efetiva de comunitários nas atividades de vigilância e redução da pressão de pesca. Interromper e evitar invasões e desmatamento na Resex. Todos os pescadores com carteira de pesca. Base de fiscalização nas estradas que ligam o Alto Alegre a Trairão/Itaituba. Ações de fiscalização para coibir o funcionamento ilegal do Garimpo Fortaleza e averiguação das denúncias de extração de madeira nos Igarapés dos Malandros, Conceição e Aurora.

---

**Desenvolvimento da  
Resex 1 (Saúde,  
Educação, Infra-  
estrutura,  
comunicação,  
transporte)**

Implantação do posto de saúde, com enfermeira, transporte para emergência (voadeiras, ambulância e horas de voo) e visitas médicas/odontológicas com frequência de três em três meses. Implantação de escolas com profissional qualificado e bibliotecas, garantindo o atendimento de toda a comunidade. Redução de malária e verminoses. Moradores da Resex em cursos técnicos de microscopia e enfermagem. Abertura da estrada que liga o Alto Alegre a Trairão/Itaituba com manutenção periódica. Acesso mais rápido à cidade em casos de emergência médica, comunicação facilitada entre as localidades, entre comunidade e cidades, e entre comunidade e ICMBio/IBAMA. Telefones públicos instalados nas comunidades (Morro e Lajeado). Construção da sede da Associação. Embarcações adequadas para transporte dos produtos (barcos que comunitários possam consertar), energia elétrica, unidades de beneficiamento de produtos não-madeireiros e de agricultura (mandioca, frutas etc.). Implantação de fossas e água potável nas localidades. Lotação de dez analistas ambientais na UC.

---

**Desenvolvimento da  
Resex 2 (Pesca,  
Produtos não-  
madeireiros, Roça,  
Artesanato)**

Identificação do potencial de peixes para manejo e comercialização. Melhoria do valor do pescado manejado. Melhores técnicas de plantio, incluindo sistemas agroflorestais e processamento de produtos de roça e extrativismo para aumento da renda por quantidade de trabalho (maior valorização do trabalho). Agregação de valor aos produtos florestais não madeireiros (PFNMs), por meio da busca de novos compradores e da melhoria da qualidade e do beneficiamento destes. Contratos com empresas e/ou pessoas físicas para venda de pescados. Manejo de algumas espécies de animais silvestres utilizados para a alimentação. Comunitários capacitados em utilização e beneficiamento de PFMNs, pesca sustentável e produção de peças artesanais. Aproveitamento de frutas por meio do processamento e venda

---

<p><b>Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)</b></p>	<p>Implantação de infra-estrutura e fortalecimento da organização comunitária para a implementação do turismo na região da Resex. Implantação de áreas demonstrativas (ou áreas piloto) de manejo florestal. Aproveitamento, pela comunidade, de madeira caída (elaboração de móveis, artesanatos e outros produtos de madeira). Instalação de uma base de inventário florestal contínuo. Processamento de madeira dentro da comunidade para uso local. Comunitários preparados para receber turistas.</p>
<p><b>Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, conselho, parceiros)</b></p>	<p>Fortalecimento da AMORA com recursos para poder pagar funcionários. Boa comunicação da AMORA com os moradores da Resex. Decisões/deliberações da AMORA com uma assertividade maior. Fortalecimento da organização comunitária. Maior integração da Associação com o Conselho Deliberativo. Parceria com prefeitura de Altamira. Realização de quatro reuniões do Conselho por ano. Plano de Manejo publicado e sendo executado em sua totalidade. Apoio da prefeitura para a Resex. Solução dos conflitos internos na comunidade. Conselheiros capacitados e cumprindo suas funções. Participação da AMORA nos conselhos das Flonas Altamira, Trairão e PARNA Jamanxim</p>
<p><b>Conservação</b></p>	<p>Propostas de manejo implementadas. Diversidade da flora e da fauna mantidas e cabeceiras dos igarapés preservados. Solução dos principais conflitos internos na comunidade relacionados a uso dos recursos.</p>
<p><b>Pesquisa</b></p>	<p>Ampliação de convênios e parcerias de pesquisa, construção de uma base de apoio a pesquisadores, com acesso a internet e outros meios de comunicação, além de acomodações adequadas.</p> <p>Pesquisas aplicadas conforme demanda das comunidades e com prévia autorização.</p>
<p><b>Cultura Tradicional</b></p>	<p>Valorização e resgate das festas típicas e rituais na Resex. Valorização e resgate de conhecimentos populares como as plantas medicinais e curas tradicionais, lendas etc. Valorização</p>

---

do conhecimento tradicional ("querer que o filho saiba o que o pai sabe e aprenda novas coisas").

---

## 6.2. Cenário Mais Provável

Cenários para 5 anos	Cenário 2 – Mais provável (mais realista)
<b>Condições do Cenário</b>	Ampliação do recurso para a Resex. Aumento dos parceiros. Manutenção das linhas de projeto existentes
<b>Eixos de Gestão</b>	
<b>Fiscalização e Monitoramento</b>	Aumento da participação comunitária. Aumento de pescadores com carteira de pesca. Aumento do monitoramento e proteção dos limites da Resex. Parcerias com outras UCs.
<b>Desenvolvimento da Resex 1 (Saúde, Educação, Infra-estrutura, comunicação, transporte)</b>	Melhorias nos serviços de saúde, água e saneamento. Construção de base para proteção e monitoramento e construção de um posto de saúde no Morro. Implantação de escolas. Implantação de mais rádios de comunicação. Construção das fossas. Lotação de dois analistas ambientais na UC.
<b>Desenvolvimento da Resex 2 (Pesca, Produtos não madeireiros, Roça, Artesanato)</b>	Completar estudos para implementar cadeias produtivas de PFNM. Realização de cursos para manejo do extrativismo. Incentivar a produção de artesanato. Manejo de alguns animais silvestres utilizados na alimentação. Baixo aproveitamento de frutas que não passaram por processamento algum.
<b>Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)</b>	Aproveitamento da madeira caída da floresta e madeira em pé, para uso na comunidade. Intercâmbio de experiência com comunidades que trabalham com manejo da madeira. Aproveitamento de resíduos de madeira. Intercâmbio de experiências com comunidades que trabalham com turismo. Elaboração de um projeto de implementação do turismo.
<b>Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, conselho, parceiros)</b>	Implementação de ações previstas no Plano de Manejo. Manutenção do quadro atual de servidores na Resex. Realização de duas reuniões do conselho deliberativo. Fortalecimento da AMORA. Aumento de parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Conselheiros cumprindo

---

	as suas funções. Formação de conselheiros. Participação da AMORA nos conselhos das Flonas Altamira, Trairão e PARNA Jamanxim
<b>Conservação</b>	Manutenção da diversidade de espécies de flora e fauna, preservação das cabeceiras dos igarapés. Redução dos principais conflitos internos na comunidade relacionados ao uso dos recursos. Cumprimento do plano de utilização.
<b>Pesquisa</b>	Manutenção das parcerias existentes e aquisição de algumas novas parcerias. Utilização de base de proteção e monitoramento para suporte aos pesquisadores.
<b>Cultura Tradicional</b>	Manutenção dos festejos. Técnicas de extração e manejo de produtos alterados. Absorção de técnicas externas.

---

### 6.3. Cenário Ruim

Cenários para 5 anos	Cenário 3 – Ruim (Cenário negativo)
<b>Condições do Cenário</b>	Diminuição de recursos. Política de Altamira contra a Resex. Diminuição de parceiros (afastamento, distanciamento) ou interferência negativa dos "parceiros". Não aprovação de mais projetos para a Resex. Defeso total de todas as espécies de peixe. Permissão ou proibição total da pesca. Fortes alterações ambientais (seca ou cheia fortes, ou "roça de ventos").
<b>Eixos de Gestão</b>	Aumento de invasões. Desmotivação de Agentes comunitários. Aumento do comércio ilegal de peixe, caça e madeira. Nenhuma base instalada na Resex. Funcionamento do garimpo Fortaleza.
<b>Fiscalização e Monitoramento</b>	Aumento de doenças; mais idas para Altamira em busca de atendimento (mais tempo fora da Resex); surtos de malária e outras epidemias. Não aproveitamento de frutas por falta de processamento adequado. Falta de manutenção nos equipamentos, acarretando deterioração de rádios, voadeiras e outros equipamentos. Não continuidade no processo de criação da escola. Não ter apoio da Secretaria municipal de educação. Não ter apoio da secretaria municipal de saúde. Nenhum analista lotado na UC.
<b>Desenvolvimento da Resex 1 (Saúde, Educação, Infra-estrutura, comunicação, transporte)</b>	Sobreexploração e venda desordenada de recursos não-madeireiros e pesqueiros. Queda do preço de produtos não-madeireiros, pescado e farinha. Atraso nos projetos para exploração de produtos não-madeireiros. Impedimento legal do uso dos recursos, venda ilegal de produtos e a falta de metodologias para quantificar não-madeireiros pode dificultar processos de manejo de PFNM. Aumento da quantidade de pescadores de fora da Resex. Aumento da caça e diminuição dos animais silvestres.
<b>Desenvolvimento da Resex 2 (Pesca, Produtos não madeireiros, Roça, Artesanato)</b>	

<b>Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)</b>	Não implementação de atividade de turismo. Redução de espécies de madeira de valor econômico. Degradação das áreas de beleza para o turismo, lixo no rio e na comunidade etc. Assoreamento de rio. Turismo desordenado na comunidade com público que degrada ambiente. Retirada de produtos das comunidades (animais, potes antigos, etc.). Concentração de lixo. Não elaboração de plano de manejo florestal comunitário.
<b>Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, Conselho, parceiros)</b>	Redução do quadro de funcionários da Resex. Aumento de conflitos entre moradores e enfraquecimento da organização comunitária e da AMORA. Redução de viagens para a Unidade. Desentendimento entre prefeitura e ICMBio, prefeitura e AMORA. Redução do número de reuniões do Conselho Deliberativo. Conselho funcionando de forma inadequada. Conselheiros não cumprindo suas funções.
<b>Conservação</b>	Agravamento dos principais conflitos internos na comunidade, relacionados ao uso dos recursos. Degradação das cabeceiras dos igarapés e redução de espécies de flora e fauna. Uso predatório dos recursos naturais. Não cumprimento do plano de utilização.
<b>Pesquisa</b>	Perda de parceiros. Perda de pesquisas.
<b>Cultura Tradicional</b>	Abandono de saberes essenciais na reprodução material e simbólica do grupo.

Um desdobramento desejável a partir do conteúdo dos cenários é a definição de ações, atores responsáveis, cronograma, meios de execução, custos e contingências para cada um dos eixos de gestão e para cada cenário, considerando as possibilidades de acontecimentos futuros. Isso representa a construção do plano tático e operacional para a Resex. Espera-se que isso seja realizado sempre que necessário pelos interessados, usando como base essa análise de cenários somada às ações dos programas e subprogramas. Detalhamentos nesse nível são necessários principalmente para a gestão mais fina das atividades anuais, mas também para a estruturação de projetos de busca de financiamento. Esta base deve ajudar a administrar mudanças drásticas de cenário ao longo do ano e justificar financiamentos junto ao governo e entidades privadas.

## 7. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE

O processo de construção dos programas e subprogramas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Resex Riozinho do Anfrísio tem início nos primeiros estudos para criação do mosaico de Unidades de Conservação (MMA, 2002), nos primeiros estudos para a criação da unidade (IBAMA, 2003), seguidos de diagnósticos socioeconômico (LAET 2005; ICMBio 2008), de encontros de formação do Conselho Deliberativo (2007), reuniões do Conselho Deliberativo (2008-2009) e da Rede Terra do Meio (2006 a 2009).

### 7.1. Metodologia Utilizada

Para a consolidação das ações que integram os programas e subprogramas que aqui se tratam foram realizadas quatro reuniões comunitárias, sendo que os programas e subprogramas foram trabalhados em dois grupos diferentes: a) Programa de qualidade de vida e cidadania; [Programa de monitoramento e proteção ambiental](#); b) [Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas](#). Em cada grupo foi feita a validação das informações até então diagnosticadas, seguida do levantamento das ações para cada subprograma e da priorização destas. Após concluída esta etapa, um grupo apresentou ao outro o que fora produzido, validando as informações construídas nos pequenos grupos. Em seguida foi realizada uma nova priorização, agora coletiva, destacando as ações que são mais urgentes para aquelas famílias.

Para facilitar a visualização das ações que foram priorizadas pelos comunitários, foi criado um sistema de cores: vermelho – ações priorizadas nas reuniões; amarelo – ações priorizadas nos pequenos grupos de trabalho; verde – ações levantadas, porém sem destaque, pelos comunitários; azul – ações propostas pelas instituições envolvidas com a Resex e a gestão estratégica da unidade.



**Figura 7.1:** Reunião para discussão dos programas e subprogramas, 2009. Foto: Rogério Gutierrez

Os programas e subprogramas descritos abaixo apontam ações para:

- Promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a conservação do ambiente em que vivem e do qual vivem, considerando a manutenção do modo de vida das populações da Resex;
- Apoiar o acesso dos moradores às políticas públicas, tais como: saúde, educação, crédito, saneamento, comunicação, dentre outras.

## **7.2. Programa Qualidade de Vida e Cidadania**

### **7.2.1. Subprograma Saúde**

A saúde está entre os temas considerados prioritários pelos moradores da Resex Riozinho do Anfrísio. Como a ação mais necessária para a Resex foi apontada de forma unânime a construção de um Posto de Saúde. Quando se diz Posto de Saúde, está se entendendo o mesmo com as diversas características que o qualificam, como o/a enfermeiro/a atendendo, prescrevendo remédios, com leitos para receber doentes, com

equipamentos para análise de alguns exames e com barco para transporte de emergência (voadeira 40 HP). As ações, portanto, caminham no seguinte sentido (TABELA 7.1).

**Tabela 7.1.** Ações propostas para o subprograma de saúde.

<b>Proposta</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Indicador</b>	<b>Observações</b>	<b>Prioridade</b>
Construção de Posto de saúde com estrutura adequada (enfermeira, cama, remédios etc.)	SEMUSA	Posto em funcionamento	Já existe o recurso para a construção. Falta resgatar estas articulações e instalar o posto de fato. Já houve comprometimento da SEMUSA na reunião do Conselho.	1
Aquisição de uma voadeira, com piloto e motor 40 hp para locomoção para a cidade em casos graves	SEMUSA	Voadeira adquirida		1
Visitas médicas com frequência de dois a três meses (Dentistas, Pediatras, Urologista, Ginecologista...)	SEMUSA	Visitas agendadas	Tentar conciliar com ações do ICMBio e instituições atuantes para minimizar custos.	3
Fomentar ações de Educação em Saúde, as quais se somem as ações dos ACS.	SEMUSA	ACS capacitados e ações realizadas	Conciliar com atividades de parceiros que possuam recurso para este fim.	3
Melhoria da estrutura de diagnóstico e tratamento da malária	SEMUSA	Diminuição de casos de malária		3
Reserva mensal de combustível para urgências	SEMUSA, AMORA	Casos de emergência atendidos de forma rápida.		3
Formação e acompanhamento em campo dos agentes comunitários de saúde;	SEMUSA e ONGs	ACS formados e capacitados.	Identificar parcerias que tenham recurso para este fim.	4
Desenvolvimento de inseticidas naturais contra “pium” e “carapanã”, para substituir o veneno da FUNASA	SEMUSA, UFPA e FUNASA	Índice de infestação de insetos menor.		4
Valorização dos conhecimentos dos	UFPA, ICMBio e ONGs			4

mais experientes a respeito de remédios caseiros (promover curso de plantas medicinais e horta medicinal).				
--	--	--	--	--

### 7.2.2. Subprograma Educação

A educação formal também aparece como uma das principais demandas das famílias da Resex Riozinho do Anfrísio. A implantação de mais escolas é a segunda ação necessária dentre todos os programas na opinião dos moradores. Esta ação visa atender a dinâmica da distribuição populacional da Resex, na qual as famílias estão distribuídas ao longo do rio com grandes distâncias de região para região. A atenção às reivindicações que estão sendo feitas pelas famílias é fundamental para a manutenção das crianças e das famílias nas comunidades. Com uma educação escolar de qualidade nas comunidades, crianças e jovens tem oportunidade de conviver com o cotidiano da família e da floresta – não mais tendo que ir para cidade para estudar, jovens e adultos podem retomar a oportunidade de ler e escrever o mundo (das letras) que não enxergam.

É importante lembrar que a escola é um dos espaços onde nos educamos, como também o fazemos na família, na comunidade, no trabalho, na vida. São diversas, portanto, as práticas sociais nas quais nos educamos. Além desse olhar sobre educação, é essencial que gestores públicos e professores respeitem o modo de vida que vem sendo construído por diversas gerações. Entende-se respeito, nesse caso, como uma ação de entendimento de algo, antes de querer mudá-lo. Para tanto o diálogo com as instituições que já atuam na Resex também é essencial.

Em função do exposto, para melhoria do sistema educacional na Resex, as propostas abaixo foram elencadas pelas comunidades.(TABELA 7.2).

**Tabela 7.2.** Ações propostas para o subprograma de educação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Construir escolas (Boa Saúde, Praia do Frizan e Novo Paraíso)	SEMEC	2010	Início das aulas nas comunidades	Já houve discussões neste sentido no plano de ação do conselho. Deve-se articular auxílios à SEMEC, a fim de que haja cumprimento desta proposta prioritária.	1
Contratação de professores (Boa Saúde, Novo Paraíso)	SEMEC	2010	Profs. contratados	Os professores estar abertos a adequação dos conteúdos a realidade local.	1
Transporte escolar	SEMEC		Contratação dos barqueiros	A própria comunidade possui gente apta a este transporte.	1
Ampliar ensino para 9ª série	SEMEC		Resex com 9ª série instituída		3
Apoiar os ribeirinhos no avanço dos estudos fora da Resex (para que retornem posteriormente como profissionais formados)	ONGs, SEMEC E UFPA		Professores da própria comunidade		3
Acompanhamento pedagógico dos professores da Resex	SEMEC	2010	Relatório de acompanhamento		3
Aquisição do benefício Bolsa Escola para as famílias com filhos matriculados nas escolas	Governo		Acesso ao benefício	Devem ocorrer conversas com a prefeitura e a AMORA para cadastro.	3

Sistema de energia para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – aulas noturnas	ELETRONORTE e SEMEC		Escola com iluminação própria	Pode-se conversar com ONGs e demais parceiros a fim de viabilizar este acesso.	3
Material pedagógico para a EJA	SEMEC e UFPA		Jovens e adultos alfabetizados e avançando nos estudos		3
Contratação de merendeira	SEMEC		Merenda de qualidade sendo servida		3
Implantação do Programa Merenda Regionalizada	SEMEC, AMORA e parceiros	2010	Merenda Regional	Com o reconhecimento da Resex pelo INCRA facilita-se o acesso ao PAA que contribui para utilização dos alimentos produzidos por eles na merenda escolar.	3
Valorização da cultura ribeirinha	ICMBio, UFPA, parceiros e SEMEC	2010	Cultura local inserida no conteúdo programático.	O conselho deve acompanhar este processo e recomendar ações neste sentido.	4
Sensibilização de prof. em Educação Ambiental, formando ribeirinhos multiplicadores	ICMBio, SEMAT, SEMEC e parceiros		Educação ambiental permeando todas as matérias lecionadas nas escolas ribeirinhas	Deve-se fazer ações diferenciadas para este fim.	4
Capacitação dos professores em Educação no Campo.	SEMAT, SEMEC, IFPA, UFPA e parceiros		Professores capacitados		4

### 7.2.3. Subprograma Saneamento

A qualidade da água, o tratamento do lixo e a estruturação de banheiros são os temas tratados dentro deste subprograma, sendo que as questões que mais foram salientadas foi o tratamento da água - tendo como propostas de ação, a aquisição de filtros e a construção de poços -, e a problemática do descarte de pilhas, encaminhando estas para um descarte seguro. Abaixo estão listadas as ações (TABELA 7.3).

**Tabela 7.3.** Ações propostas para o subprograma de saneamento.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Implantação das pedras sanitárias nas residências	ONGs, FNS, Parceiros		Pedras instaladas	Já houve um início deste tipo de atividade na Resex que não teve continuidade pelos moradores. Deve-se pensar em uma educação sanitária de qualidade antes desta implementação.	3
Construção de fossas adequadas a cada comunidade para todas as casas	ONGs, FNS, Parceiros		Fossas construídas	O acesso aos créditos do PRONAF deve viabilizar este tipo de construção.	3
Implantação de poços ou outro tipo de captação e distribuição de água para as localidades da Resex (poço, bomba de água, encanamentos, caixa de água)	ONGs, FNS, Parceiros		Água de qualidade nas casas		3
Definir local para descartar pilhas	AMORA, Prefeitura	2010	Pilhas recolhidas	É fundamental o trabalho de educação ambiental e sensibilização quanto à problemática dos lixos tóxicos.	4

#### 7.2.4. Subprograma Comunicação

A comunicação é tema essencial na relação humana. É por meio dela que as pessoas interagem uma com as outras e com os diversos conhecimentos que estão no mundo. Para tanto, para além da estrutura de rádio-amador presente no interior da Resex, faz-se fundamental investir em ações de acesso a informações relevantes ao cotidiano da Resex. Foi sugerido que fosse organizado por algumas instituições (ICMBio, FVPP, ISA, IPAM, WWF) um jornal reunindo as principais notícias do Brasil e do Mundo, informações que alimentassem o cotidiano das famílias. Esse jornal poderia inclusive ser utilizado como material pedagógico para a educação de jovens e adultos, como também material de formação para a associação e comunidade em geral.

Quanto aos sistemas de comunicação, é importante observar que estes dependem de fontes de energia, na maioria dos casos. Portanto, ambas as questões devem ser pensadas e dimensionadas de forma conjunta. Abaixo estão listadas as demandas colhidas com as comunidades e instituições atuantes na Resex (TABELA 7.4).

**Tabela 7.4.** Ações propostas para subprograma de comunicação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Ampliar sistema de rádio-comunicação nas Escolas e no Posto de Saúde	MDA, ICMBio e Parceiros	2010	Comunicação sigilosa implantada	Existe uma articulação com o MDA, a fim de implantar sistemas de telecentros comunitários na Resex.	3
Instalação de telefone celular rural no Posto de Saúde	ANATEL e parceiros		Telefone instalado		3
Promover maior interação e troca de experiências da AMORA com outras comunidades, por meio de visitas	Parceiros		Visitas de capacitação realizadas	Já houve este tipo de interação que demonstrou ser eficiente e necessária de ser continuada.	3

Divulgar a Resex para o público externo (Altamira, Pará, Brasil e Mundo)	AMORA, ICMBio e parceiros	2010	Divulgação da UC	Elaboração de jornal, documentários e cartilhas de divulgação das ações da Resex, inclusive deste plano de manejo.	4
--	---------------------------	------	------------------	--	---

### 7.2.5. Subprograma de Cultura

A proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais<sup>10</sup> é objetivo central de uma Resex. Assim a valorização da cultura, em seus diversos aspectos, deve ser priorizada nesse Plano de Manejo. Aspectos das manifestações culturais estão descritos em diversos itens do plano (educação, saúde, extrativismo etc.) e suas recomendações estão nos programas e subprogramas específicos. Desta forma, neste subprograma estão descritas as propostas relacionadas com as festas e eventos culturais, como segue abaixo (TABELA 7.5).

**Tabela 7.5.** Ações propostas para o subprograma de cultura.

Proposta	Ajuda	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Promover a educação formal de maneira a valorizar a cultura ribeirinha	SEMEC		Cultura ribeirinha no programa escolar.		3
Promover ações que incentivem e apoiem a criação de músicas, poesias, histórias, brincadeiras, artesanato, com qualificação de técnicas e instrumentos dos artistas da região.	SEMEC, ICMBio e parceiros		Obras divulgadas.		3
Apoiar a realização de festejos e divulgação do calendário de festas	AMORA		Calendário de festejos.		3
Promover oficinas de troca de experiências de conhecimento tradicional;	ICMBio e parceiros		Intercâmbios realizados	Conciliar com outras trocas.	4
Trazer a “Arca das letras” para as comunidades que ainda não a tem (biblioteca móvel).	SEMEC, MEC		Escolas com a arca das letras.		4

<sup>10</sup> Snuc, art 18.

### 7.2.6. Subprograma de Esporte e Lazer

Junto às manifestações culturais, no subprograma de Esporte e Lazer são apresentadas propostas para tornar a vida na Resex mais animada e saudável, envolvendo crianças, jovens e adultos em atividades educativas e recreativas de grande importância para contribuir com a fixação das famílias na Resex e valorização da cultura local (TABELA 7.6).

**Tabela 7.6.** Ações propostas para o subprograma de esporte e lazer.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Aprimorar as áreas de esportes/lazer na Resex	Parceiros, ICMBio e prefeitura		Áreas aprimoradas	Aproveitar as áreas já destinadas para este fim	3
Apoiar campeonatos e jogos internos	AMORA parceiros e prefeitura		Campeonatos com calendário instituído.	Conciliar com calendários de festejos.	3
Buscar repasse de material de esporte às comunidades pela prefeitura (uniforme, chuteira, bola...)	Parceiros e Prefeitura		Material de esporte entregue.		3

### 7.2.7. Subprograma de Habitação

As moradias ribeirinhas guardam toda uma forma de conhecimento construída por gerações, as quais se caracterizam pelo uso de materiais, em sua grande maioria, retirados da mata, associados a um conjunto de técnicas de amarração e encaixes. Estes materiais, associados às técnicas de construção, conferem a estas casas um conforto térmico adaptado ao clima. No entanto, é desejo de algumas famílias o acesso a materiais com uma durabilidade maior para a cobertura das casas (cavaco, telhas de barro) e para o piso das casas (cimento), conferindo às casas uma menor proliferação de bichos e menos trabalho na manutenção das mesmas. Segue abaixo uma lista de ações sugeridas (TABELA 7.7).

**Tabela 7.7.** Ações propostas para o subprograma de habitação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
----------	------------------	----------	-----------	-------------	------------

Aquisição de materiais de construção para a reforma das casas	ICMBio, INCRA e parceiros	2010	Casas reformadas e construídas	Com acesso ao PRONAF haverá liberação de crédito para este fim. Deve-se respeitar a tradicionalidade das construções.	1
---	---------------------------	------	--------------------------------	---	---

### 7.2.8. Subprograma de Energia

O acesso à energia elétrica é um dos fatores que ampliam as possibilidades de processamento de produtos extrativistas, implantação de programas efetivos de educação de jovens e adultos e outros aspectos que elevam a qualidade de vida, contribuindo para a fixação das famílias na Resex. A busca por soluções energéticas deve levar em consideração as potencialidades climáticas e demais características locais como ponto de partida, para a criação de soluções que sejam adaptadas à região e às condições de uso das famílias. Esta é uma premissa fundamental para a implementação do Programa Luz para Todos na Resex Riozinho do Anfrísio. Deste modo, é fundamental ter em vista os custos com a aquisição e manutenção de motores de luz, o consumo de combustível, como também a demanda por energia pelas famílias da Resex. Seguem abaixo as propostas relativas a este subprograma (TABELA 7.8):

**Tabela 7.8.** Ações propostas para o subprograma de energia.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Buscar alternativas e implementar energia solar	ELETRONORTE, MME		Luz em todas as comunidades		1
Buscar instalação do programa Luz Para Todos em todas as comunidades	MME		Luz em todas as comunidades		1

### 7.2.9. Subprograma de Transporte

Os investimentos no sistema de transporte da Resex são essenciais para melhorar o acesso à educação, aos serviços de saúde e para escoar a produção. É importante se destacar a ocorrência, na reunião na Boa Saúde, da demanda por uma urna eleitoral na localidade da Praia do Frizan, a qual atenderia o eleitorado de ambas as Resex, e que proporcionaria uma melhoria na condição dos ribeirinhos na hora de exercerem o seu dever – o período de votação é uma época que o rio está muito ruim para navegar, aumentando o tempo e o esforço da viagem e o risco de acidentes.

Além disso, faz-se necessário indicar a demanda pela construção de uma estrada que ligue a localidade Alto Alegre até Itaituba e Trairão. Essa estrada já existe desde a época da seringa. Foi muito utilizada pelos madeireiros e grileiros e hoje é mantida, como uma trilha, pelos moradores, facilitando seu acesso até os municípios de Itaituba e Trairão. Essa estrada sai da Resex e passa pelo interior do Parna Jamanxim e Flona Trairão. De modo que, para sua efetiva abertura e manutenção, a mesma necessita ser aprovada e prevista nos planos de manejo das Unidades de Conservação citadas. Essa tem sido uma demanda freqüente dos moradores desde a Boa Saúde até a localidade Buenos Aires.

Com relação à ação de reforma do barco comunitário, faz-se importante destacar a avaliação das populações e das instituições que atuam na região. Estas vêm indicando a necessidade da aquisição de embarcações pequenas (com capacidade de mais ou menos 3 toneladas) para os núcleos formados na Resex – Morro Verde/Praia do Frizan, Morro, Boa Saúde e Lajeado -, propiciando condições de melhoria no transporte para um número maior de pessoas e promovendo um comprometimento maior das pessoas com a manutenção dos mesmos. Seguem abaixo as propostas apresentadas pelos comunitários (TABELA 7.9).

**Tabela 7.9.** Ações propostas para o subprograma de transporte.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
----------	------------------	----------	-----------	-------------	------------

Implantar transporte para alunos	SEMEC		Transporte contratado	Implantar transporte para alunos	1
Construção de estrada que liga Alto Alegre a Itaituba e Trairão	INCRA, Comunitários		Estrada construída		1
Transporte fluvial e combustível para os agentes de saúde transportarem pacientes em casos graves	SEMUSA		Transporte contratado		3
Melhorar transporte de professores e agentes de saúde da Resex para Altamira	SEMEC		Transporte contratado		3
Reformar barco comunitário para transporte de carga, produtos e pessoas	Parceiros		Barco navegando		3
Urna eleitoral na Praia do Frizan	TRE	2010	Urna na praia		3

### 7.3. Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas

#### 7.3.1. Subprograma Extrativismo (produtos não-madeireiros)

O extrativismo proveniente dos produtos não-madeireiros representa a principal forma de geração de renda das famílias da Resex. A organização e o fortalecimento deste trabalho podem contribuir no incremento da renda familiar, ao mesmo tempo, que valoriza e conserva a cultura tradicional.

Como ação prioritária indicada pelos moradores da Resex está a busca de crédito financeiro para a compra de alimentos e materiais de trabalho, seguida de novos compradores para os principais produtos (castanha, copaíba, farinha, seringa). É importante destacar que a qualidade dos produtos comercializados está intimamente ligada com processos de organização comunitária e com melhorias no beneficiamento destes, e que a ação de busca de novos compradores – e preços melhores – deve ser precedida ou

acompanhada destas outras ações. Abaixo estão listadas as ações levantadas junto aos moradores (TABELA 7.10):

**Tabela 7.10.** Ações propostas para o subprograma de extrativismo (produtos não madeireiros).

<b>Proposta</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Observações</b>	<b>Prioridade</b>
Buscar novos compradores para os produtos de extrativismo (castanha, seringa, óleos entre outros produtos)	Parceiros				1
Buscar crédito financeiro para a aquisição de materiais de trabalho e alimentos para a manutenção do trabalho das famílias nas safras(castanha, seringa e copaíba)	Parceiros				1
Melhorar o sistema de transporte para escoamento da produção – reforma do barco da comunidade	Parceiros				2
Criação de uma ou mais cooperativas de trabalho visando a auto-gestão da atividade extrativista	Parceiros				2
Implementar ações de extrativismo do babaçu	Parceiros				2
Promover o fortalecimento da organização do trabalho de forma coletiva dentro da comunidade	Parceiros				2
Implantação de projetos para fazer criação de abelhas para produção de mel	Parceiros				2
Formação dos ribeirinhos em técnicas de administração, qualidade dos produtos e óleos vegetais	Parceiros				4
Realização de pesquisas de mercado referentes a cada um dos produtos extraídos na Resex	Parceiros				4

Riozinho do Anfrísio, tendo em vista suas potencialidades para a região e para fora dela					
Convênios para assistência técnica voltada à melhoria o sistema de produção, a produtividade, a diversificação da produção e a agregação de valor aos produtos extraídos.	Parceiros				4
Sensibilizar e formar a população para Sistemas Agro-florestais, permitindo um aumento na capacidade produtiva de Produtos Florestais Não Madeireiros	Parceiros				4
Buscar certificação como forma de reconhecimento dos produtos extrativistas e técnicas tradicionais de produção	Parceiros				4

### 7.3.2. Subprograma de Animais Silvestres

Os animais silvestres, como já abordado neste documento, são importantes componentes da biodiversidade e exercem funções essenciais para o equilíbrio ecológico e são de extrema importância para a alimentação das famílias da Resex. Assim, o objetivo deste subprograma é promover a conservação da fauna silvestre e manter o uso sustentável das principais espécies que fazem parte da subsistência das famílias. As espécies de animais silvestres que são encontradas na área da Resex estão apresentadas no item 3.7.1.3 do presente relatório. É importante frisar que estas espécies relacionadas são manejadas de forma tradicional para uso exclusivo de subsistência. É importante se destacar o alerta que fazem alguns pesquisadores com relação aos custos relacionados à criação em cativeiro dessas espécies citadas. Para tanto, é indicado a elaboração de estudos para compreender a viabilidade ambiental e socioeconômica de tal atividade, sendo que todos os estudos e projetos serão realizados em conjunto com os centros especializados do ICMBIO. Abaixo seguem algumas propostas para este subprograma (TABELA 7.11).

**Tabela 7.11.** Ações propostas para o subprograma de animais silvestres.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Estudos detalhados sobre a interferência das araras e cutias na produtividade dos castanhais	UFPA, ICMBio e parceiros		Pesquisa realizada		2
Melhorar a estrutura de preservação de quelônios	UFPA, ICMBio e parceiros		Aumento na desova dos quelônios	Proteção dos ninhos naturais, transferência de ninhos ameaçados e manutenção de filhotes	4
Criação de animais silvestres: caititu, mutum, jacamim, queixada, conforme legislação vigente, viabilidade econômica, e as possíveis demandas para esse mercado	UFPA, ICMBio e parceiros		Relatório de viabilidade	Intercâmbio com outras comunidades que manejam animais silvestres	4

### 7.3.3. Subprograma Recursos Pesqueiros

Diante da importância da pesca como uma das principais fontes de renda para algumas famílias da Resex é premente o desejo destas pela melhoria desta atividade. Porém, na Resex Riozinho do Anfrísio está acontecendo um processo de mobilização da comunidade para fazer uma pausa na pesca comercial. Este movimento tem sido apoiado principalmente por pescadores e por famílias que não tem a pesca como fonte de renda, entretanto não há uma unanimidade, principalmente pela posição contrária das famílias que tem a pesca como principal fonte de renda. A justificativa para esta pausa é a diminuição do pescado tanto para comércio como para subsistência. A partir deste quadro deve ser atentado para importância do fortalecimento de outras formas de geração de renda, possibilitando uma menor pressão sobre o recurso pesqueiro e a substituição da fonte de renda para as famílias que dependem exclusivamente da pesca. Este alerta da busca de fontes alternativas de renda foi sinalizado, principalmente, no baixo e no médio Riozinho, associadas a um trabalho de fiscalização mais eficiente por parte do órgão gestor no comprimento das ações do plano de uso da pesca. Além desse alerta que fazem algumas famílias com relação à pesca comercial, evidenciando uma postura de proteção das condições de subsistência das famílias, há um alerta que vem de algumas instituições que atuam na região. A pressão sobre a pesca

atualmente coloca uma questão crucial para os moradores: ou se interrompe a pesca comercial ou a pesca de subsistência pode ficar comprometida, como tem ocorrido em outras regiões do Brasil, desencadeando um processo de pressão sobre outras fontes protéicas (carne de caça) e riscos a segurança alimentar das famílias. Além disso, a eminência da construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte pode aumentar ainda mais a pressão sobre esse recurso, na medida em que tende a aumentar a população que reside na cidade de Altamira e região. Face a esse quadro propõe-se que a área do Riozinho do Anfrísio seja uma área de refúgio, na qual apenas a pesca de subsistência seja praticada. A identificação das espécies da ictiofauna atualmente exploradas na Resex Riozinho do Anfrísio esta na parte 2.7.1 do presente relatório. As ações, estudos e projetos que serão elaborados devem buscar parceria com o CEPNOR e/ou outros centros especializados relacionados aos recursos pesqueiros. Segue abaixo as ações propostas pelas famílias da Resex (TABELA 7.12):

**Tabela 7.12.** Ações propostas para o subprograma recursos pesqueiros.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Pausa na pesca comercial por um período determinado	ICMBio, IBAMA, comunidade				1
Promover a criação de novos canais de comercialização (ponto de venda próprio da cooperativa ou da associação na cidade de Altamira ou Uruará)	parceiros		Pesquisa realizada		3
Reformar o barco comunitário para o transporte da produção do pescado					3
Implantar medidas para controlar o volume da produção pesqueira comercial comunitária	ICMBio		Produção fiscalizada	É necessário estudo para embasar ação.	2
Valorizar outras formas de extrativismo, como estratégia de diminuir a pressão sobre o recurso pesqueiro	UFPA, ICMBio e parceiros		Diminuição da pesca.		2

Fomentar um plano de estudo para verificar a necessidade de pausa da pesca comercial	UFPA, ICMBio e parceiros		Relatório de pressão pesqueira.		4
Acessar políticas de preço mínimo para os produtos extrativistas, criando possibilidades a curto e médio prazo de diminuir a pressão sobre o recurso pesqueiro;	ICMBio, CONAB e parceiros		Acesso a PGPM		4
Promover reuniões comunitárias e gerais para apresentar, avaliar e discutir as ações de manejo para redução dos conflitos	ICMBio e parceiros		ATA das reuniões		4
Piscicultura de peixes nativos	UFPA, ICMBio		Peixes criados em cativeiro		4

#### 7.3.4. Subprograma de Segurança Alimentar

Na Resex Riozinho do Anfrísio a produção de farinha de mandioca representa uma das principais fontes de renda da população, além de ser base para alimentação local. Desta forma, o apoio para a melhoria da produção da farinha de mandioca pode se configurar como uma importante ação de melhoria da renda destas famílias. Por outro lado, também aparece como demanda dos moradores o incremento na diversificação dos produtos agrícolas, sendo muito importante para garantir a segurança alimentar dos moradores da Resex, bem como a possibilidade de melhorar a sua renda. Junto com o extrativismo vegetal, pesca e caça de subsistência, a agricultura familiar compõe o centro do modo de vida da população ribeirinha, necessitando de atenção especial. Seguem abaixo as propostas para melhoria desse subprograma (TABELA 7.13).

**Tabela 7.13.** Ações propostas para o subprograma de segurança alimentar.

Proposta	Ajuda	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
----------	-------	----------	-----------	-------------	------------

Estimular a implantação de novas sementes para aumentar a variedade nutritiva e produtiva do roçado	Parceiros				1
Estimular a comercialização de produtos agrícolas, por meio de estudos para implementar melhores formas de escoar a produção	Parceiros				2
Melhorar o preço e qualidade dos produtos agrícolas	Parceiros	2010	Preços melhorados	Acesso a PGPM ajudará nesta atividade	2
Promover intercâmbios e cursos para melhorar a qualidade da farinha e das casas de farinha para aumentar a produção.	Parceiros	2010	Melhora dos produtos e maior produção	Já existem parceiros atuando nesta atividade.	2
Desestimular a sobrepesca no Riozinho, conservando a pesca de subsistência como alternativa de obtenção de fonte protéica					2
Promover a formação para organização do trabalho comunitário para fortalecer uma base de produção para o comércio;	Parceiros		Melhoria de produtos e preços		4
Estímulo a estruturação de hortas, procurando diversificar os alimentos presentes na dieta das famílias	Parceiros		Hortas instaladas		4
Curso de cultivo de plantas medicinais	Parceiros				4

### 7.3.5. Subprograma de Produtos Madeireiros

A madeira é um recurso estratégico para as populações da Resex, utilizada na construção de casas, embarcações e diversos utensílios para as casas e para o trabalho das famílias. É também um recurso com potencial de complementação da renda familiar devido à grande demanda de mercado. No entanto, são necessários estudos que levem em conta a legislação vigente e muita organização dos órgãos responsáveis e dos ribeirinhos, de forma a não comprometer a base da floresta que compõe a Resex. Para tanto é fundamental

compartilhar dos aprendizados que tem tido as populações que trabalham com o manejo comunitário da madeira. É importante destacar que as famílias da Resex já tem o costume de aproveitarem árvores caídas para a construção de utensílios de trabalho, utensílios domésticos e móveis, configurando-se como uma importante atividade de manutenção do modo de vida e de geração de renda destas famílias. Iniciativas de aprimoramento e de valorização do manejo de árvores caídas podem propiciar um incremento da renda destas famílias. Portanto, são recomendadas as seguintes propostas (TABELA 7.14):

**Tabela 7.14.** Ações propostas para o subprograma de produtos madeireiros.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Aproveitamento de madeira caída na floresta para utensílios domésticos, utensílios de trabalho e móveis	Parceiros		Utensílios fabricados		2
Incentivar e desenvolver o artesanato com madeira	Parceiros		Utensílios fabricados		2
Plano de Manejo específico para a madeira beneficiada no interior da Resex para fabricação de pequenos móveis	ICMBio, Parceiros		PMF realizado	Com acompanhamento obrigatório do conselho deliberativo	2
Desenvolvimento e realização de pequenas oficinas para beneficiar madeira nas comunidades	Parceiros		Relatório das oficinas	Já existe esta iniciativa na Resex	3
Estudos que apontem as macroregiões com potenciais madeireiros	Parceiros, SFB		Relatório dos estudos		4

### 7.3.6. Subprograma Turismo

Os atrativos físicos, de flora e de fauna, bem como a cultura local, são evidências do potencial turístico da região. Essa possibilidade, no entanto, exige pesquisas, planejamento para seu desenvolvimento e uma integração forte com os ribeirinhos. Não

existe nenhuma forma de turismo na área da Resex. Foram identificadas duas áreas potenciais para o turismo na Resex do Riozinho do Anfrísio: o Morro do Peladão e a Pedra da Mimosa. Para além dessas regiões, no entanto, é importante indicar que existe uma modalidade de turismo no qual as pessoas procuram vivenciar o modo de vida de comunidades tradicionais, denominado de turismo de experiência ou turismo cultural. Deste modo, toda a extensão do Riozinho do Anfrísio tem um forte potencial para receber este tipo de prática, dado o modo de vida que caracteriza as famílias da Resex. Foi detectado que a comunidade como um todo tem pouco conhecimento sobre o funcionamento da atividade turística. Para tanto, faz-se fundamental o investimento em ações de organização comunitária, a fim de que estas sustentem o trabalho posterior de implementação do turismo na Resex. Desta forma, é importante ter em vista os ensinamentos de processos ocorridos em outras regiões, nas quais a imaturidade organizacional da atividade turística trouxe mais conflitos do que melhorias para as famílias. Seguem abaixo propostas para este subprograma (TABELA 7.15):

**Tabela 7.15.** Ações propostas para o subprograma de turismo.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Implementação de ações de fortalecimento comunitário para iniciar a organização das atividades turísticas	Parceiros ICMBio	2010	ATA da reunião do conselho.	Deve-se começar esta discussão nas reuniões do conselho deliberativo e buscar parceiros potenciais.	1
Formação de moradores - guias turísticos - para receber o turismo	ICMBio, Parceiros		Moradores certificados		2
Intercâmbio de experiências com outras comunidades que implementaram o turismo como uma fonte de renda	Parceiros		Intercâmbio realizado	Associar a outro intercâmbio esta troca de experiência	2
Levantamento de locais propícios a visitação, com potenciais e possíveis locais de trilhas	ICMBio parceiros		Relatório de pontos turísticos		2

Fiscalização das atividades turísticas	ICMBio				3
Criação de infra-estrutura para organização e recepção das atividades turísticas	Parceiros				3

### 7.3.7. Subprograma de Pesquisa

Em grande parte dos subprogramas há propostas que não tem soluções óbvias e precisam ser pesquisadas, principalmente nas questões relativas ao manejo de recursos naturais, geração de renda, saúde, energia e educação. Considerando que a Resex tem como uma das finalidades a pesquisa científica, é importante indicar lacunas de pesquisas que precisam ser preenchidas ao longo do tempo por alunos de pós-graduação, ONGs, pelos próprios centros especializados do ICMBio e consultorias contratadas para fins específicos. Abaixo estão as demandas levantadas pelas comunidades (TABELA 7.16):

**Tabela 7.16.** Ações propostas para o subprograma de pesquisa.

Proposta	Responsabilidade	Indicador	Observações	Prioridade
Promover pesquisa do potencial de beneficiamento e mercado de produtos florestais não madeireiros (óleos, resinas, fibras, tinturas, mel, babaçu, açaí, castanha, cacau etc)	UFPA, ICMBio Instituições de pesquisa e parceiros	Relatório das pesquisas	As pesquisas devem ser inseridas no SISBio e ser conhecida do GT de pesquisa criado no âmbito do conselho deliberativo.	2
Promover estudos sobre a fossa mais adequada nas localidades, que evitem a proliferação de insetos				2
Promover estudos sobre soluções de energia adequados ao contexto das famílias				2
Promover estudos para avaliar atividade pesqueira em função da capacidade de suporte do Riozinho do Anfrísio				4

Promover pesquisa para a melhoria de produtividade dos castanhais e para implantação de formas alternativas de plantio de cacau				4
---	--	--	--	---

### 7.3.8. Subprograma de Certificação Ambiental

A certificação deve ser buscada como forma de agregar valor a grande parte dos produtos comercializados pelas famílias da Resex. Os produtos potenciais para certificação são os mais trabalhados pelas famílias como a castanha, os óleos (copaíba, andiroba, babaçu, patauá), entre outros produtos artesanais madeireiros e não-madeireiros. Seguem sugestões de pesquisadores que estiveram na Resex Riozinho do Anfrísio.

- Intercambio com comunidades que já tenham produtos certificados;
- Buscar certificação ambiental para a castanha;
- Buscar certificação ambiental para os óleos (copaíba, andiroba, babaçu, patauá);
- Buscar certificação ambiental para a seringa;
- Buscar certificação ambiental para os produtos artesanais madeireiros e não-madeireiros.

## 7.4. Programa Recuperação de Áreas Degradadas

### 7.4.1. Subprograma Recuperação de Áreas Degradadas

As áreas degradadas na Resex são muito pequenas, porém necessitam de planejamento para recuperação. Seguem algumas ações propostas (TABELA 7.17):

**Tabela 7.17.** Ações propostas para o subprograma de recuperação de áreas degradadas.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
----------	------------------	----------	-----------	-------------	------------

Enriquecimento com espécies de importância econômica, tal como castanheira, andiroba, copaíba, babaçu e cacau	Parceiros		Colheitas nas áreas degradadas		3
Encaminhamento dos processos de regularização fundiária das áreas ocupadas por fazendas dentro da Resex;	ICMBio		Concessão de direito real de uso entregue		4
Planejamento conjunto com as famílias da Resex para o processo de recuperação das áreas degradadas	Conselho		Áreas recuperadas		4
Viabilidade de acesso a crédito carbono e pagamento de serviços ambientais para recuperação das áreas degradadas	ICMBio parceiros		Relatórios elaborados		4
Realização de diagnóstico sobre áreas degradadas da Resex					4

#### 7.4.2. Subprograma de Impactos Ambientais

A população da Resex Riozinho do Anfrísio, no seu modo de vida, respeita e conserva os recursos naturais locais, pois dependem deles para o seu sustento. No entanto, foi relatado que o garimpo Fortaleza localizado no interior da Unidade continua em funcionamento. Inclusive alguns moradores confessaram trabalhar no garimpo em algum período, como forma de complementação de renda. Dessa forma, a interrupção das atividades desse garimpo deve ser acompanhada de alternativas legais de geração de renda, que não causem impactos ambientais.

Além disso há denúncias de retirada de madeira em algumas regiões do Alto Riozinho, as quais necessitam de ações de fiscalização e monitoramento. Sendo assim, as ações para esse subprograma são as seguintes (TABELA 7.18):

**Tabela 7.18.** Ações propostas para o subprograma de impactos ambientais.

<b>Proposta</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Observações</b>	<b>Prioridade</b>
Ações de monitoramento e fiscalização das regiões do Igarapé Conceição, Igarapé Aurora, Igarapé dos Malandros e Garimpo Fortaleza	ICMBio		Relatórios de proteção		4
Plano de monitoramento da qualidade da água da Resex;	ICMBio Parceiros		Relatório da qualidade da água		4
Informação sobre inseticidas nocivos e tóxicos	Parceiros ICMBio		Cartilha educativa	Utiliza-se em algumas plantações MIREX e outros inseticidas nocivos	4

## **7.5. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental**

### **7.5.1. Subprograma de Monitoramento**

Para garantir o cumprimento e melhoria no atendimento aos objetivos da Unidade de Conservação, são necessárias ações sistemáticas de monitoramento das atividades. Faz-se essencial a construção dessas formas de monitoramento com as famílias da Resex, procurando identificar as formas que estas já tem de monitoramento, criar outras em conjunto e encontrar formas para a geração de renda associada a proteção de espécies ameaçadas como, por exemplo, os quelônios. Os projetos, estudos e ações relacionadas ao monitoramento de peixes, quelônios e animais silvestres devem buscar a colaboração dos centros especializados do ICMBIO.

Em maio de 2009 foi apresentado aos moradores, um calendário de caça e pesca, no qual os ribeirinhos podem anotar as quantidades dos animais que eles consomem ao longo de todo o ano, é uma experiência piloto que facilitará o acompanhamento e subsidiará estudos e monitoramentos futuros sobre o manuseio de animais silvestres. Trata-se de uma primeira experiência de monitoramento comunitário da fauna na Resex, na qual cada família pode iniciar o acompanhamento das populações mais caçadas e pescadas. Sendo assim, as ações para esse subprograma são as seguintes (TABELA 7.19):

**Tabela 7.19.** Ações propostas para o subprograma de monitoramento.

Proposta	Responsabilidade	Indicador	Prioridade
Elaborar plano de manejo para animais silvestres em conjunto com IBAMA, visando o monitoramento das espécies de fauna silvestre da Resex.	ICMBio, IBAMA e parceiros	Levantamento dos calendários	2
Fazer monitoramento de quelônios, peixes e caça na Resex		Relatórios de monitoramento	3
Implantar sistema de monitoramento com informações organizadas		Sistema funcionando	4
Aumentar o monitoramento da vigilância e fiscalização;	ICMBio		4
Consolidar o SIG como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação;	ICMBio parceiros		4
Capacitar os funcionários no uso do SIG.	ICMBio parceiros		4

### 7.5.2. Subprograma de Proteção Ambiental

A Resex Riozinho do Anfrísio é circundada por diversas UC, tais como a Resex do Rio Iriri, a Flona Trairão e a Flona Altamira, o Parna Jamanxim, e as T. I. Cachoeira Seca do Iriri e a Xipayá. Esta condição somada as dificuldades de acesso – terrestre e fluvial – conferem a esta região um grau de vulnerabilidade muito pequeno. No entanto, ainda assim há regiões de maior vulnerabilidade – como a região do Igarapé dos Malandros, Igarapé Conceição e Igarapé Aurora, os quais parecem ter presença de invasores constantemente, necessitando de ações de fiscalização e ordenamento do uso dos recursos naturais. A fiscalização, associada à vigilância constante dos locais de maior pressão é, portanto, muito importante para garantir o cumprimento da lei e conseqüentemente a melhoria da preservação dos recursos naturais da Resex. As ações para esse subprograma são as seguintes (TABELA 7.20):

**Tabela 7.20.** Ações propostas para o subprograma de proteção ambiental.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
----------	------------------	----------	-----------	-------------	------------

Realizar operações de fiscalização para desativar o Garimpo Fortaleza	ICMBio, PF e exército	2010	Atividade encerrada	“Operação Mercúrio”	1
Maior fiscalização nas áreas que fazem limite com as FLONAS da BR163, com a TI Cachoeira Seca e com a Resex do Rio Iriri	ICMBio				3
Fiscalização no Igarapé dos Malandros, no Igarapé Conceição, Igarapé Aurora e Igarapé do Limão	ICMBio				3
Ações de proteção intensivas na vazante e no período da desova	ICMBio	2010			3
Fomentar um grupo de comunitários ligados a associação que prestem serviços de monitoramento de áreas sob impactos nocivos a Resex	ICMBio, AMORA				4
Definir a equipe de vigilância e propiciar estrutura;	ICMBio				4
Implantar o curso de Agente Ambiental Voluntário;	ICMBio				4
Colocação de mais placas de sinalização em regiões sob risco	ICMBio	2010		Placas já adquiridas	4

### 7.5.3. Programa de Gestão e Administração

#### 7.5.3.1. Subprograma Gestão

O plano de manejo apresenta diversas propostas para garantir e orientar a gestão e a sustentabilidade da Resex em longo prazo. Entretanto, um incremento na capacidade de gestão faz-se necessária, tanto no ICMBio quanto nas comunidades e na AMORA, para

implementar as diretrizes do plano. Com relação a esta, são necessárias ações com uma frequência de três em três meses, a fim de construir e consolidar os elementos fundadores do trabalho associativo. É importante que esse trabalho de formação dialogue com ações de educação de jovens e adultos, procurando ampliar o conjunto de conhecimentos que serão necessários no cotidiano da vida da comunidade e da associação. Assim, os tópicos abaixo resumem as linhas de atuação da gestão para conseguir atingir as metas do plano. (TABELA 7.21).

**Tabela 7.21.** Ações propostas para o subprograma de gestão.

<b>Proposta</b>	<b>Ajuda</b>	<b>Previsão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Prioridade</b>
Fortalecer a mobilização social das famílias da Resex, por meio de um processo de formação em associativismo e de fortalecimento comunitário	ICMBio, AMORA e Parceiros			3
Acompanhamento da Associação, esclarecendo os papéis dos respectivos cargos	ICMBio, Parceiros			3
Capacitar os gestores do ICMBio e a AMORA em administração e contabilidade	Parceiros, UFPA			4

#### 7.5.1.1. Subprograma de Comunicação

Com o intuito de fortalecer a cultura ribeirinha, as instituições que atuam na região têm desenvolvido várias ações no sentido de incentivar esse modo de vida. Seguem algumas propostas para a divulgação dessa cultura e para o fortalecimento das ações que vem sendo desenvolvidas (TABELA 7.22).

**Tabela 7.22.** Ações propostas para o subprograma de comunicação.

<b>Proposta</b>	<b>Ajuda</b>	<b>Previsão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Prioridade</b>
Elaboração de um filme de caráter documentário sobre as comunidades da Resex	ICMBio, Parceiros			3
Apoiar/promover o intercâmbio de comunitários com outras comunidades extrativistas	ICMBio, Parceiros e AMORA			3

### 7.5.1.2. Subprograma de Organização Comunitária

Por entender que diversos subprogramas tem como eixo condutor, para a sua implementação, as formas de organização comunitária existentes na Resex, optou-se por criar um subprograma que descrevesse as ações necessárias para o seu fortalecimento. Neste subprograma está sendo sugerida a criação de um pólo de assistência, com o objetivo de propiciar condições para tornar factível o acesso a políticas públicas reivindicadas pelas famílias da Resex, na medida em que será facilitado o acesso de profissionais como procurador de justiça, juiz de direito, médicos, entre outros profissionais. Estas ações estão listadas abaixo (TABELA 7.23).

<b>Propostas para os núcleos comunitários</b>	<b>Prioridade</b>
Construção de pequenos postos para atendimento de emergências médicas	3
Construção de escolas	3
Manutenção e construção dos barracões comunitários	3
Construção de barracão para armazenamento dos produtos extrativistas	3
Aquisição de pequenas embarcações, com capacidade aproximada de três toneladas	3

**Tabela 7.23.** Ações propostas para o subprograma de organização comunitária.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Riozinho do Anfrísio é um refúgio de flora, fauna e da cultura ribeirinha. Tal cultura pode ser observada, respirada, sentida a todo o momento; na construção das casas típicas, com a utilização de cipós, madeiras, barro e palha de babaçu, todos disponíveis na floresta e manejados com cuidado para que se preservem; nos momentos de doença, com o uso intensivo de remédios naturais; nas embarcações cavadas no “oco do pau” e na pesca na canoa, com o uso mínimo de utensílios.

As tradições emergem em pequenas comemorações, na divisão do resultado de uma caça, no respeito aos mais velhos pelos mais jovens e nas inúmeras histórias da época da seringa, caça do gato, conflitos, das épocas de bonança e de sofrimento. Emergem durante as caminhadas pela mata, ao constatar o respeito ao local que os abriga e os sustenta.

O Riozinho do Anfrísio possui um grande potencial de desenvolvimento que, levando em conta uma relação orgânica com o modo de vida local, pode consolidar o modelo de Reserva Extrativista.

Neste modelo, a idéia é o homem viver em harmonia com a natureza, sendo um agente de preservação e uso sustentável, ao contrário do processo histórico ocorrido até então na Amazônia, no qual predominam a exploração predatória de madeira, queimadas e desmatamentos criminosos.

A diversidade de produtos explorados na Resex e do conhecimento tradicional dos ribeirinhos que lá vivem é única.

Há um pedido unânime por educação, por instrumentos de conexão do mundo no qual eles vivem com o mundo das cidades. Essa educação, além de conectar as diferentes realidades, deve gerar condições de fortalecimento e de aumento de confiança aos moradores do Riozinho do Anfrísio. Devem ser desenvolvidos mecanismos de circulação do vasto conhecimento fragmentado em meio às numerosas curvas do rio e à suntuosa mata. É fundamental não perder de vista que o conhecimento é passado de pai para filho de forma muito particular.

Tendo em vista a distância que a escola tradicional construiu da vida, do cotidiano, do saber fazer das pessoas, há de se ter cuidado para não se reproduzir os erros cometidos pelas escolas da cidade. Estas se encontram perdidas, muitas vezes, na falta de propósito do seu papel na vida das pessoas ou na busca de outras formas de ser da educação.

Os conflitos foram intensos e ainda continuam, mas de forma menos ameaçadora e encaminhando-se para soluções benéficas.

Depois do decreto de criação da Resex, uma nova fase iniciou na vida dos ribeirinhos, novas possibilidades se abriram, a esperança de melhora foi renovada. O trabalho não vai deixar de ser penoso, mas há caminhos a serem escolhidos que podem levar ao reconhecimento da função dessa população que do início do século até os dias atuais se mantém na mesma região, conservando a mata de outrora.

## 9. REFERÊNCIAS

ALEIXO, A. **Planejamento estratégico do mosaico “terra do meio” Avaliação ecológica rápida**. 2008. (Relatório da primeira expedição – componente avifauna).

ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola. 1998.

BARATA, R. O terror e as artimanhas da contra-reforma agrária paraense. In: CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. **Amazônia, a valsa da galáxia**. Florianópolis: UFSC, 2000.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das letras, 2002.

BRASIL. DNPM. **Projeto RADAM**. Folha SB.22 Araguaia e parte da folha SC.22 Tocantins. Rio de Janeiro: DNPN.1974.

BRASIL. DNPM. (1975). **Projeto RADAM**: Levantamento de Recursos Naturais, 7, Folha SB.21 Tapajós. Rio de Janeiro: DNPN. 1975. 418p.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Art.18. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 26 de nov. 2010.

DUELLMAN, W. Herpetofaunas in Neotropical Rainforests: comparative composition, history, and resource use. In: GENTRY, A. H. (ed.), **Four Neotropical Rainforests**. New Haven: Yale University Press, 1996. p. 455-487.

FEARNSIDE, F. M. Deforestation impacts, environmental services and the international community. In: HALL, A. (ed.). **Amazonia at the crossroads: the challenge of sustainable development**. London: Institute of Latin America Studies, 2000, p.11-24.

FREIRE. P. **Ação cultural para a liberdade**, 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

IBGE. **IBGE cidades 2009**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de fev. 2009.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diagnóstico socioeconômico, cadastramento e formação do conselho deliberativo da Resex Riozinho do Anfrísio. Altamira. 2008.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. Educação do campo: Identidade e políticas públicas. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). **Por Uma Educação do Campo: Declaração 2002**. Brasília: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

LAURANCE, W. F.; et al. The future of the Amazon. **Science**, v. 19, n. 291, 2001, p. 438-439.

LAURANCE, W. F.; VASCONCELOS, H. L. A década da decisão para a Amazônia. **Ciência Hoje**, 2000, p. 59-62.

MARINI, M. A.; GARCIA, F. I. Conservação de aves no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005. p. 95-102.

MPEG e WWF-Brasil. **Diagnóstico e Estudo da Vegetação do Mosaico “Terra do Meio”**. 2007. (Relatório Técnico – 1ª expedição).

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. Tese (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

\_\_\_\_\_. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus. 1988.

ROCHA, C. G. S. et al. **Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio**. Altamira: LAET/UFPA, 2005.

RUEDA, R. P. Reservas Extrativistas no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas: Conservação da Biodiversidade e Ecodesenvolvimento**. Belém, 1997, (Série Cooperação Amazônica).

SCHNEIDER, R. R. et al. **Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural**. Belém: Banco Mundial/Imazon. 2000.

SILVA, P. A. **Contextualização socioambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo de caso – Altamira, PA.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

TORRES, M. **O boi que não leu o Snuc.** São Paulo, mimeo. 2008. (Versão preliminar).

\_\_\_\_\_. **A beiradeira e o grilador.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008b.

\_\_\_\_\_. **A polifonia da terra:** o conflito entre IBAMA, grileiros e camponeses ocupantes da Esec Terra do Meio, nas proximidades da Vila Canopus. Laudo pericial solicitado a fim de subsidiar o Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000424/2008-50, instaurado pelo Ministério Público Federal, na Procuradoria da República no Município de Altamira – Pará. Altamira, 2007.

VILLAS-BÔAS, A. et al. **Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

WWF. **Expedição Terra do Meio Flona de Altamira e Parna do Jamanxim, Pará. 2008.** (Relatório Técnico Equipe: Ictiofauna).

## ANEXOS

### ANEXO A – Decreto da criação da Reserva Extrativista Rio Iriri

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Rio Iriri, no Município de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo no 02001.006395/2004-10;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Rio Iriri, no Município de Altamira, Estado do Pará, com área aproximada de 398.938 ha (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e oito hectares), tendo por base as Folhas MI-721, MI-791, MI-862, MI-863, de escala 1:100.000, editadas pela Diretoria de Geodésia e Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e MIR-143, de escala 1:250.000, publicada pela Diretoria de Serviço Geográfico-DSG com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 04°26'12.83" S e 53°40'44.24" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Iriri, segue por uma reta, atravessando o Rio Iriri para a sua margem direita, com um azimute de 169°22'59" e distância 2.632,44 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 04°27'37.06" S e 53°40'34.60" Wgr., localizado na margem direita do Rio Novo, na confluência com o Rio Iriri; deste, segue a montante pela margem direita do Rio Novo, por uma distância aproximada de 25.236,44 metros até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 04°35'33" S e 53°37'48" Wgr., localizado na margem direita do Rio Novo; deste, segue por uma reta de azimute 262°45'43" e distância aproximada de 11.234,52 metros até o Ponto 4, de coordenadas geográfica aproximadas 04°36'19.08" S e 53°43'53.04" Wgr., localizado no Igarapé das Dívidas ou das Pacas; deste, segue em linha reta de azimute 260°48'11" e distância aproximada de 15.913,07 metros até o Ponto 05, de coordenadas geográfica aproximadas 04°37'41.88" S e 53°52'28.91" Wgr., localizado no Igarapé do Caititu; deste, segue por uma reta de azimute 231°18'00" e distância aproximada de 22.656,07 metros até o Ponto 06, de coordenadas geográfica aproximadas 04°45'23.04" S e 54°2'38.04" Wgr., localizado no Rio Carajari; deste, segue por uma reta de azimute 271°13'47" e distância aproximada de 17.005,92 metros até o Ponto 07, de coordenadas geográfica aproximadas 04°45'11.16" S e 54°11'48.84" Wgr., localizado no Rio Branco; deste, segue por uma reta de azimute 259°36'35" e distância aproximada de 20.601,32 metros até o Ponto 08, de coordenadas geográfica aproximadas 04°47'12.12" S e 54°22'55.91" Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Branco; deste, segue por uma reta de azimute 186°59'15" e distância aproximada de 8.010,43 metros até o Ponto 09, de coordenadas geográfica aproximadas 04°51'30.96" S e 54°23'48.13" Wgr., localizado na nascente do Igarapé Fortaleza; deste, segue pelo referido Igarapé no sentido jusante por uma distância aproximada de 8.841,97 metros até o Ponto

10, de coordenadas geográfica aproximadas  $04^{\circ}55'36.12''$  S e  $54^{\circ}25'59.17''$  Wgr., localizado no Igarapé Fortaleza; deste, segue por uma reta de azimute  $149^{\circ}36'18''$  e distância aproximada 11.422,92 metros até o Ponto 11, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}0'56.88''$  S e  $54^{\circ}23'17.89''$  Wgr., localizado no Igarapé Jatobá; deste, segue por uma reta de azimute  $173^{\circ}28'06''$  e por uma distância aproximada de 7.947,21 metros até o Ponto 12, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}5'13.92''$  S e  $54^{\circ}23'9.96''$  Wgr., localizado em um igarapé sem denominação, afluente do Igarapé Jatobá; deste, segue por uma reta de azimute  $153^{\circ}16'01''$  e distância aproximada de 12.691,31 metros até o Ponto 13, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}11'22.92''$  S e  $54^{\circ}20'35.88''$  Wgr., localizado em um igarapé sem denominação, afluente do Igarapé do Gelo; deste, segue em por uma reta de azimute  $166^{\circ}15'54''$  e distância aproximada de 21.572,51 metros até o Ponto 14, de coordenadas geográfica aproximadas  $5^{\circ}22'43.63''$  S e  $54^{\circ}18'49.22''$  Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Iriri; deste, segue pelo referido igarapé no sentido jusante até sua confluência no Rio Iriri por uma distância aproximada de 12.604,02 metros até o Ponto 15, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}24'46.08''$  S e  $54^{\circ}24'23.04''$  Wgr., localizado na confluência do referido igarapé sem denominação com o Rio Iriri; deste, segue pela margem direita do Rio Iriri no sentido montante por uma distância aproximada de 10.651,60 metros até o Ponto 16, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}28'24.22''$  S e  $54^{\circ}21'6.15''$  Wgr., localizado na margem direita do Rio Iriri; deste, segue por uma reta de azimute  $265^{\circ}49'57''$  e distância de 8.717,05 metros até o Ponto 17, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}28'44.50''$  S e  $54^{\circ}25'48.28''$  Wgr., localizado na divisa das Terras Indígenas de Xipaya e Kuruáya; deste, segue por uma reta de azimute  $355^{\circ}50'58''$  e distância aproximada de 4.773,46 metros até o Ponto 18, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}26'9.51''$  S e  $54^{\circ}25'45.53''$  Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do Rio Iriri; deste, segue a jusante pelo referido igarapé por uma distância aproximada 4.914,44 metros até a sua confluência com o Rio Iriri, no Ponto 19, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}23'53.64''$  S e  $54^{\circ}25'53.82''$  Wgr.; deste, segue pelo limite nordeste da Terra Indígena de Xipaya por uma distância aproximada de 81.127,64 metros até o Ponto 20 de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}16'30.46''$  S e  $54^{\circ}50'0.02''$  Wgr., localizado na divisa da Terra Indígena Xipaya com a Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio; deste, segue por uma reta de azimute  $029^{\circ}23'14''$  e distância aproximada de 17.308,54 metros até o Ponto 21, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}08'19.50''$  S e  $54^{\circ}44'41.72''$  Wgr, localizado na nascente do Igarapé Nazaré; deste, segue a jusante pelo referido igarapé por uma distância aproximada de 33.980,05 metros até o Ponto 22, de coordenadas geográfica aproximadas  $05^{\circ}00'19.39''$  S e  $54^{\circ}33'04.60''$  Wgr, localizado na confluência do Igarapé Nazaré com o Rio Iriri; deste, segue pela margem esquerda do Rio Iriri por uma distância aproximada de 36.506,37 metros até o Ponto 23, de coordenadas geográfica aproximadas  $04^{\circ}45'35.83''$  S e  $54^{\circ}39'31.10''$  Wgr, localizado na confluência do Igarapé Laura com o Rio Iriri; deste, segue pela margem esquerda do Rio Iriri por uma distância aproximada de 146.832,55 metros até o Ponto 01, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de quinhentos e quarenta e três mil, cento e setenta metros e trinta e um centímetros, ficando excluídas do limite acima descrito as ilhas Sobradinho, São João, Marisal, Chico Domingos, Do Amor, Do Moreira e Do Remanso Velho pertencentes à Terra Indígena Xipaya.

Art. 2o A Reserva Extrativista Rio Iriri tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama administrar a Reserva Extrativista Rio Iriri, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4o Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Rio Iriri.

§ 1o O Ibama fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2o As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Pará somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3o A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Ibama, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Rio Iriri.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Marina Silva

## ANEXO B – Procedimento de uso de palha babaçu em construções

Todas as casas são construídas em estrutura de madeira, troncos roliços de aproximadamente 15 cm de diâmetro ou seções, denominadas esteios. Algumas madeiras utilizadas para este fim são: cedro, castanheira, itaúba, aquariquara, maçaranduba, jutaí, preciosa (as duas últimas apenas para os pilares menores). Para dimensionamento dos pilares, costuma-se utilizar a medida de palmos como referência (um palmo mede aproximadamente 20 cm). Geralmente é utilizada uma malha de pilares retangular, constituída por três pilares na largura, com vãos entre os pilares que variam de dois a três metros, e três ou quatro pilares no comprimento, com vãos de três a quatro metros. Os pilares centrais sustentam a estrutura até a cumeeira, e são enterrados cerca de 1,00m a 1,20m no solo (cinco ou seis palmos), já os pilares laterais são enterrados cerca de 60 ou 70 cm (três ou quatro palmos). As vigas são encaixadas no topo ou na lateral interna dos pilares, onde são realizados entalhes para encaixe, dando maior firmeza à amarração. Alguns exemplos de madeiras comumente utilizadas para vigas, além das espécies já citadas para os pilares são amejú, capoeira e maçarandubinha, com espessura entre 8 e 10cm de diâmetro. Para amarração de vigas e pilares são usados geralmente os cipós timbó ou titica.

Quanto à quantidade de árvores derrubadas para a construção de uma casa, sabe-se que, para uma casa de 12m de comprimento por 10m de largura, utiliza-se aproximadamente oito árvores para a composição da estrutura, conforme relata um morador de Barra do Vento, sobre a construção de sua própria moradia. Segundo ele, pode-se obter seis ou sete esteios de um rolo (tronco) de itaúba, por exemplo.

A maior parte das casas do Riozinho possui fechamento com o barro. O método utilizado para construção se assemelha à taipa de mão: é realizada uma malha de madeira, com vãos de cerca de 15 a 20cm entre as ripas, que são preenchidos com barro. As madeiras mais utilizadas para a realização da malha são camurim, envira, japá, lacre. O barro utilizado para preenchimento da malha de madeira é retirado da beira do rio, amolecido com água e prensado com as mãos. O barro branco é utilizado para dar acabamento no piso e nas paredes. Também pode ser obtido na beira do rio, onde os moradores costumam cavar buracos para encontrar um barro mais branco. Existem

algumas poucas casas onde o fechamento é feito em palha (trançado feito com palha de babaçu) ou madeira (tábuas dispostas em seção única, amarradas uma ao lado da outra).

Os telhados possuem três ou quatro águas. Como os ventos dominantes da região incidem a leste, a face oeste é a mais protegida contra a incidência direta de chuvas. Por isso, quando o telhado possui apenas três águas, uma face fica aberta para circulação de ar, a oeste. A estrutura da cobertura é formada por troncos de madeira de aproximadamente 5 a 7cm de diâmetro, distando cerca de 50 cm entre si. As madeiras mais utilizadas são: envira preta, capoeira, amejú, toarí. Para cobrir o telhado é utilizada a palha do coco babaçu. Existe apenas uma casa no Riozinho que possui fechamento em telha de fibrocimento.

Para a construção de uma casa, o tempo médio estimado é de dois a três meses, se o morador se dedicar principalmente a esta atividade.

#### **Procedimento de uso da palha de babaçu em construções**

O olho do babaçu é utilizado para cobrir as águas do telhado e a folha externa é utilizada para fechar a cumeeira. Os moradores relatam que há grande preocupação com a preservação das palmeiras, por isso é retirada apenas uma palha do olho de cada uma, procedimento que garante sua sobrevivência. A palha do babaçu pode ser retirada em qualquer período do ano, sendo que a palmeira demora um período de três a quatro meses para se recuperar. Para a retirada do olho é necessário sacudir a palmeira, o que afasta a folha pequena da grande, para então cortar a palha com o facão.

O construtor costuma retirar as palhas do babaçal mais perto da casa em construção. Ele costuma realizar esta atividade com amigos e parentes, para auxiliar no carregamento. Cada pessoa costuma carregar cerca de 20 a 30 palhas por vez, amarradas com cipó envira para facilitar o transporte. Este procedimento leva de dois a três dias, e a cobertura total da casa leva aproximadamente dez dias para ser finalizada.

Depois de retiradas, as palhas secam um pouco ao sol, para facilitar a próxima etapa, que consiste na dobra das folhas. Cada folha da palha é dobrada para dentro (procedimento que possui dois movimentos: um lateral e outro para baixo), de forma que

encaixe no outro lado, fechando a trama. Para cobrir uma casa utiliza-se por volta de sete a dez palhas por metro quadrado (cálculo feito com base em informações cedidas por Xaviel, Barra do Vento, Fernando e Paulo Afonso), o que dá um número aproximado de 400 a 700 palhas, para a construção de uma casa de tamanho médio, para os padrões locais (5 a 7 m de largura por 8 a 10 m de comprimento).

Para amarração das palhas na estrutura da cobertura é utilizado o cipó envira, que é retirado principalmente das árvores toari, envira preta ou amejú. Este cipó é retirado do tronco da árvore, em lascas. A madeira da árvore também é utilizada na composição da estrutura da cobertura, pois quando o cipó é retirado já se aproveita o restante do tronco também. Para cobrir, geralmente são utilizadas duas palhas, uma sobre a outra, o que aumenta a durabilidade da cobertura em quase duas vezes, se comparado à utilização de apenas uma palha por fileira. É a chamada “coberta maranhense”, que possui durabilidade de aproximadamente cinco anos. Para a cumeeira é feito um tecido que se chama japá, da palha do babaçu já aberta, trançada da mesma forma que se trança cofos e esteiras (FIGURA 37).



**Figura Anexo B (A e B).** Cobrindo a moradia com palha de babaçu (ICMBio, 2008).

## **ANEXO C – Acordo de Pesca de 15 de abril de 2009**

### **TERMO DE ACORDO DE PESCA NO LEITO DO RIO IRIRI NA REGIÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO IRIRI, DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA E DA TERRA INDÍGENA XIPAYA**

CONTRATANTES: OS RIBEIRINHOS DA Resex DO RIO IRIRI, representados pelos pescadores da comunidade e representante do ICMBio, Daniel de Miranda Pinto de Castro, ÍNDIOS ARARAS DA CACHOEIRA SECA, representados pelos líderes da comunidade e pelo representante da FUNAI, Benigno Pessoa Marques, e INDIOS XIPAYA, líderes da comunidade e representante da FUNAI Benigno Pessoa Marques, presente o representante do Ministério Público Federal, Rodrigo Timoteo da Costa e Silva.

#### **OBJETO DO ACORDO:**

Disciplina das áreas de pesca no leito do Rio Iriri contido dentro da área da Terra Indígena Cachoeira Seca, Xipaya, e Reserva Extrativista do Rio Iriri.

- 1) Os contratantes disciplinaram a pesca no leito do Rio Iriri, dentro da área objeto do acordo da seguinte forma:
  - a) os ribeirinhos residentes da Reserva Extrativista do Rio Iriri poderão realizar a pesca comercial entre o ponto da boca do Igarapé Rio Novo (início da Resex) até a ponta da Ilha do Cosme, da Cachoeira do Julião até Igarapé Jabuti e do Igarapé João Pinto até a divisa com a Estação Ecológica Terra do Meio;
  - b) os Índios Araras residentes na Terra Indígena Cachoeira Seca terão a exclusividade da pesca no leito do rio Iriri entre a ponta da Ilha do Cosme até a Cachoeira do Julião;

- c) os Índios Xipaya da Terra Indígena Xipaya terão a exclusividade de pesca no leito do Rio Iriri entre Igarapé Jabuti até o Igarapé João Pinto (área correspondente a delimitação da Terra Indígena Xipaya);
- 2) Fica permitida a pesca comercial para os ribeirinhos residentes em frente à área de exclusividade de pesca dos Indígenas Xipaya ;
  - 3) O lago situado em frente a terra Indígena Xipaya (Lago do Amor) não poderá ser explorado economicamente para a pesca, ficando permitida apenas a pesca de subsistência.
  - 4) Fica permitida a pesca não comercial para os ribeirinhos residentes em frente a área de exclusividade de pesca dos Indígenas Ararras;
  - 5) Fica vedada a entrada de terceiros não residentes nas comunidades envolvidas para a realização de pesca comercial na área objeto do acordo.
  - 6) O presente acordo tem eficácia imediata, vigendo pelo período de 02 anos, quando será novamente realizada reunião entre os contratantes para discussão das cláusulas do acordo.

Altamira, 15 de abril de 2009.